



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 053 - SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Morais - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
<b>Maioria</b> <b>(PMDB) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> Vice-Líder ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Exedito Júnior <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Demóstenes Torres - DEM</b> Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... <b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Jefferson Peres - PDT</b> Vice-Líder Osmar Dias	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b> Vice-Líder	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# CONGRESSO NACIONAL

## LEI Nº 11.661, DE 24 DE ABRIL DE 2008

**Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.**

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 407, de 2007, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo-limite de 31 de julho de 2009, os contratos por prazo determinado, vigentes em 27 de dezembro de 2007, realizados com base na alínea **h** do inciso VI do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação disposta no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

§ 1º A autorização de que trata o **caput** deste artigo é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 2º A prorrogação não poderá ultrapassar a data-limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º O **caput** do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

.....”(NR)

Art. 3º O **caput** do art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

.....”(NR)

Art. 4º O **caput** do art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

.....”(NR)

Art. 5º O inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

II – 800 (oitocentos) cargos de Analista de Infra-Estrutura.”(NR)

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 1º .....

.....

§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.”(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 24 de abril de 2008. – 187º da Independência e 120º da República, – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 60ª SESSÃO ESPECIAL, EM 24 DE ABRIL DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, de acordo com os Requerimentos nºs 50, 163, 233 e 392, de 2008, do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores. .... 10722

#### 1.2.1 – Oradores

Senador Inácio Arruda ..... 10722

Senador Pedro Simon ..... 10726

Senadora Marisa Serrano ..... 10729

#### 1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

#### 1.2.3 – Oradores (continuação)

Senadora Serys Slhessarenko ..... 10732

Senador Mão Santa ..... 10733

Sr. Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa ..... 10736

Senadora Lúcia Vânia (nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal) ..... 10738

#### 1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Inácio Arruda)

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – ATA DA 61ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE ABRIL DE 2008

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

#### 2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 495, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, em adendo ao Requerimento nº 193, de 2008, tendo em vista que foram 36 (trinta e seis) e não 31 (trinta e um) os municípios situados no Bioma Amazônia relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu “mapa do desmatamento” ..... 10741

Nº 496, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando *autorização para desempenhar missão parlamentar no exterior, na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 27 a 30 de abril de 2008*. .... 10741

Nº 497, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando *autorização para de-*

*sempenho de missão parlamentar no exterior, na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias de 27 e 28 de abril de 2008*. .... 10741

Nº 498, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando *autorização para que seja considerada como missão política sua ausência dos trabalhos da Casa no dia 24 de abril, por estar participando, na cidade de Porto Velho, Rondônia, de diligências como membro da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia*. .... 10742

Nº 499, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando *autorização para desempenho de missão parlamentar em diversos municípios do Estado de Rondônia, como membro da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, nos dias 23 a 25 de abril de 2008*. .... 10742

#### 2.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 22, de 2008 (nº 103/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. .... 10742

Recebimento do Aviso nº 23, de 2008 (nº 33/2008, na origem), do Banco Central do Brasil, informando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, referentes ao 1º trimestre de 2008. .... 10742

#### 2.2.3 – Ofício

Nº 1/2008, de 23 do corrente, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a designação do Senador Gilberto Goellner para compor, como titular, a Subcomissão Permanente de Biocombustíveis – CRA-BIO. .... 10742

#### 2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que acrescenta o artigo 183-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estipular

a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal. .... 10742

Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 1/6 o acréscimo ou diminuição da pena base em decorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes..... 10743

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA)..... 10745

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, que acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais..... 10747

Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2008, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional..... 10756

## 2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre a visita do Presidente Lula ao Estado do Mato Grosso, onde tratou do PAC. .... 10758

SENADOR MÃO SANTA – Constatação de que o Piauí já está sofrendo com a dengue. A falta de estradas para transporte dos alimentos produzidos no Piauí. .... 10760

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de que a Justiça determinou ao Prefeito de Joinville/SC arcar com a reforma do telhado das escolas. Comentários sobre a reunião do Conselho Político do Governo. .... 10762

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Elogios ao gerenciamento, pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, do incidente causado pelas declarações do Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre os descaminhos da política indigenista brasileira. .... 10764

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reiteração de apelo para que as FARC liberte a ex-Senadora colombiana Ingrid Betancourt. .... 10767

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre a reivindicação do Paraguai de revisão do Tratado da Usina de Itaipu. .... 10774

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Reflexão sobre a situação política e econômica do País. .... 10775

## 2.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 500, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros senhores senadores, solicitando voto de louvor à Excelentíssima Ministra Ellen Gracie Northfleet, que hoje encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Sibá Machado. .... 10778

Nº 501, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert..... 10779

## 2.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOÃO TENÓRIO – As atribuições enfrentadas pelo Estado de Alagoas..... 10779

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Considerações sobre o Programa Territórios da Cidadania... 10782

## 2.3 – ORDEM DO DIA

**São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária a realizar-se terça-feira, dia 29, em virtude de não haver acordo de Lideranças.**

### Item 1

Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica..... 10783

### Item 2

Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica..... 10783

**Item 3 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007..... 10783

### Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 10784

### Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. .... 10784

### Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66,



da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. .... 10784

#### Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. .... 10784

#### Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)..... 10784

#### Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados..... 10785

#### Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. .... 10785

#### Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..... 10785

#### Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. .... 10785

#### Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. .... 10785

#### Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. .... 10786

#### Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos. .... 10786

#### Item 16

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências..... 10786

#### Item 17

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família..... 10786

#### Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas).. 10786

#### Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. .... 10786

#### Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo..... 10786

#### Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem

dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)...

10787

**Item 22**

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.....

10787

**Item 23**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). .....

10787

**Item 24**

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ...

10787

**Item 25**

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. ....

10787

**Item 26**

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....

10787

**Item 27**

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). ....

10788

**Item 28**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....

10788

**Item 29**

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo tra-

balhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). .....

10788

**Item 30**

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. ....

10788

**Item 31**

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. ....

10788

**Item 32**

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....

10788

**Item 33**

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....

10788

**Item 34**

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. ....

10789

**Item 35**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. ....

10789

**Item 36 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços...

10789

**Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre



consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. .... 10789

**Item 38 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. .... 10789

**Item 39**

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. .... 10789

**Item 40 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. .... 10790

**Item 41**

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. .... 10790

**Item 42**

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados. .... 10790

**Item 43**

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços. .... 10790

**Item 44**

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mu-

danças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. .... 10790

**Item 45**

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ... 10790

**Item 46**

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. .... 10790

**Item 47**

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. .... 10791

**Item 48**

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa. .... 10791

**Item 49**

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País. .... 10791

**Item 50**

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. .... 10791

**Item 51 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.* ..... 10791

**Item 52**

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* ..... 10791

**Item 53 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".* ..... 10791

**Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.* ..... 10792

**Item 55**

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.* ..... 10792

**Item 56 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.* ..... 10792

**Item 57**

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.* ..... 10792

**Item 58**

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado*

*aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.* ... 10792

**Item 59**

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.* ..... 10792

**Item 60**

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.* ..... 10792

**Item 61**

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.* ..... 10793

**Item 62**

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.* ..... 10793

**Item 63**

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.* ..... 10793

**Item 64**

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.)* ..... 10793

**Item 65**

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.* ... 10793

**Item 66**

Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)* ..... 10793

**Item 67**

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)* ..... 10793

**Item 68**

Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)* ..... 10793

**Item 69 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt* ..... 10794

**Item 70 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt* ..... 10794

**2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia**

Requerimentos nºs 496 e 497, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados...** 10794

Requerimentos nºs 498 e 499, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados....** 10794

**2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR SIBÁ MACHADO – Registro do lançamento do PAC da Embrapa. .... 10794

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Proposta de criação de uma comissão especial mista para debater a reforma política ..... 10799

SENADOR JOÃO PEDRO – Elogios ao trabalho desenvolvido pela Embrapa. Importância de o Congresso Nacional priorizar a reforma tributária... 10803

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Alusão à eleição do Sr. Fernando Lugo para presidir o Paraguai ..... 10805

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre o II Seminário Internacional sobre Pobreza e Educação, realizado na Comissão de Educação ..... 10812

SENADOR GEOVANI BORGES – Justificação pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 143/2008, para incluir conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio. Homenagem ao Senador José Sarney pelo transcurso de seu aniversário, hoje ..... 10817

**2.3.3 – Discurso encaminhado à publicação**

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Campanha contra a Emenda 29”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 23 do corrente ..... 10819

**2.4 – ENCERRAMENTO****3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 24-4-2008****4 – EMENDAS**

Nºs 1 a 11, apresentadas à Medida Provisória nº 424, de 2008. .... 10821

**5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 803 e 804, de 2008. .... 10834

**SENADO FEDERAL****6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**



# Ata da 60ª Sessão Especial, em 24 de abril de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

### *Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Inácio Arruda*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas e 6 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, de acordo com os Requerimentos de nºs 50, 163, 233 e 392, de 2008, do Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a decisão desta Presidência, faremos como nas outras sessões especiais: usarão da palavra os Srs. Líderes ou os indicados pelas Lideranças. Teremos aqui o privilégio, desde logo anuncio, de ouvir o pronunciamento do Senador Pedro Simon, porque, mesmo que não houvesse indicação da Liderança, ele seria indicado pela Presidência.

A Presidência vai compor a Mesa com a presença honrosa, para todos nós, do Dr. Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (palmas); do Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional (palmas); e do Senador Inácio Arruda, autor da presente proposição (palmas).

Convido a todos para, de pé, acompanharmos a execução do Hino Nacional Brasileiro, pelo Coral do Senado Federal.

*(Execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, primeiro subscritor do requerimento.

Antes de V. Ex<sup>a</sup> ocupar a tribuna e iniciar sua oração, gostaria, com sua permissão, de convidar para compor a Mesa a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República. (Palmas.)

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero inicialmente cumprimentar o Sr. Maurício Azêdo, Presidente desta que é uma das maiores instituições do povo brasileiro, a Associação Brasileira de Imprensa;

cumprimentar o Sr. Fernando Tolentino, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr<sup>a</sup> Subprocuradora-Geral da República Julieta Cavalcanti de Albuquerque; nosso Professor Joaquim Campelo Marques, ex-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós temos, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, realizado seguidas sessões de homenagem aos órgãos de imprensa do nosso País – revistas, jornais, televisão, rádios – que têm desempenhado um importante papel na vida política, democrática do nosso País. Alguns nem tanto, mas têm recebido a homenagem pelo serviço de utilidade pública que realizam.

Eu fiquei imaginando que essa organização, uma organização que tem uma trajetória tão rica na vida política brasileira, na luta por democracia, por liberdade e pelos direitos sociais, merece uma homenagem justa do Senado da República.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queremos lembrar estes 100 anos de nascimento da Associação Brasileira de Imprensa. Precisamente a 7 de abril de 1908, nascia uma das mais respeitadas instituições brasileiras. A Associação Brasileira de Imprensa surgiu não apenas para testemunhar a história do Brasil contemporâneo, mas, digamos assim, surgiu da necessidade; é como se houvesse um clamor pela existência de uma organização desse porte. Por isso, ela nasceu para fazer história. Foi o que se viu ao longo de uma existência centenária, comprometida com os mais legítimos interesses dos profissionais que representa e, acima de tudo, com a defesa intransigente do Estado democrático de direito.

A ABI foi o fruto mais nobre do perseverante idealismo de Gustavo de Lacerda. Sem ter partido político ou suporte econômico, Lacerda foi um socialista convicto, contestador, que vivia da profissão de jornalista. Catarinense radicado no Rio de Janeiro, mestiço, filho de família humilde, ele projetou-se entre as figuras que marcaram o período entre o final do Império e o início da República no Brasil, como Rui Barbosa e o abolicionista José do Patrocínio. Visionário, defendia bandeiras avançadas que só se tornariam realidade no País décadas mais tarde, a exemplo da reforma agrária, uma luta já presente em muitos países do mundo

capitalista, que, só depois de uma longa jornada e da ABI, se torna uma necessidade para o povo brasileiro e uma bandeira forte do movimento social.

Tendo vivido uma existência voltada para o bem comum, ironicamente morreu subnutrido na Santa Casa da Misericórdia, no Rio. Morreu de fome, sendo enterado sem honras, em vala comum, no Cemitério São João Batista. Talvez não vislumbasse que, até hoje, 100 anos depois, ele estaria sendo lembrado por nós, que buscamos contribuir na luta democrática e libertária do povo brasileiro nos dias atuais.

O século XX começou com a agitação do operariado, e, não por acaso, o surgimento da ABI aconteceu no ano seguinte ao do Congresso Operário Brasileiro, impregnada pelo socialismo de Gustavo de Lacerda. A idéia original da entidade era servir como uma trincheira operária, uma tribuna sindical, no entender de seu idealizador.

Ao surgir, quando o País dava os primeiros passos no aprendizado republicano, não foram poucos os que desqualificavam o projeto inovador. Não faltou quem visse na nascente Associação a inaceitável união de “um grupo de malandros” – que eram, obviamente, os operários e os intelectuais da época – “chefiados por um anarquista perigoso”, que era o Lacerda. Além disso, mestiço.

Mesmo contra todas as dificuldades, nascia a Associação, com objetivo de prestar assistência aos profissionais de imprensa e aos seus familiares, por meio de uma caixa de pensões, atendimento médico, pecúlio e residências para os mais desfavorecidos no “Retiro dos Jornalistas”. Outras bandeiras seriam deflagradas nesse período inicial marcado pela hostilidade dos donos dos jornais: a instituição do curso de Jornalismo e a realização, com regularidade, de congressos de jornalistas.

Acompanhando e interferindo no processo de modernização do Brasil, fazendo-se ouvir na defesa apaixonada das liberdades e da prevalência da justiça, a ABI convivia, em seus primeiros anos de vida, com dificuldades materiais de toda a ordem. Até a década de 30, não pôde contar com sede própria, acomodando-se em espaços alugados ou em locais cedidos gratuitamente.

Nenhum transtorno, porém, foi capaz de calar a sua voz ou de desfigurar seu espírito elevado. Foi sob a liderança sempre louvada de Herbert Moses que a ABI conseguiu erguer a sua sede: a Casa do Jornalista, uma imponente construção na Rua Araújo Porto Alegre, que, fora o caráter simbólico da conquista, fruto de anos de esforço e abnegação, é considerada um marco arquitetônico pelas suas linhas arrojadas e técnicas utilizadas em sua construção. A sede foi palco de

entrevistas históricas com personalidades como Fidel Castro, Che Guevara – que completaria 80 anos de nascimento no mês de junho –, Neil Armstrong – que, depois de pisar a Lua, resolveu pisar a sede da ABI – e Bob Kennedy, que também resolveu vir até a sede da Associação Brasileira de Imprensa. Depois de receber esse povo todo, a ABI sofre dois atentados a bomba em 1976, mas não desiste da luta por liberdade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao completar cem anos, a ABI mostra-se cada vez mais jovem. Nunca perdeu o seu viço, o vigor de seus primeiros anos de vida, justamente porque jamais se afastou do caminho traçado pelos pioneiros que a constituíram e a consolidaram. É dessa seiva marcada pela tenacidade da ação e pela integridade de propósitos que ela se nutre. É impossível desvincular a ABI de todos os momentos decisivos que se consubstanciaram no Brasil de nossos dias.

No difícil contexto dos anos 30 e 40, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, lá estava a ABI. De que lado? Ajudando a mobilizar a Nação em torno da luta dos aliados contra a barbárie nazi-fascista. Como em tantas outras oportunidades, lá estava ela praticando o exercício que melhor a define: o de defender o ideal da liberdade como condição essencial à própria dignidade humana.

A sede da ABI foi palco de incontáveis reuniões patrióticas em torno da memorável campanha “O petróleo é nosso”. Diziam que não havia petróleo. Agora dizem que tem petróleo. Até as bolsas internacionais se abalam com qualquer notícia de petróleo no Brasil. Eu já aproveito para anunciar que a Petrobras, Sr. Presidente, também vai perfurar uns poços de petróleo lá no Estado do Ceará, brevemente. Não sei se a bolsa vai cair ou se vai subir, mas, que a Petrobras vai perfurar, vai. Isso foi fruto dessa luta histórica do povo brasileiro. A ABI estava ali, era o lado dela. Dali ecoaram vozes nacionalistas, comprometidas com o desenvolvimento brasileiro, que viram seu grande objetivo materializar-se em outubro de 1953. Naquele momento, com a promulgação da Lei nº 2004, estava criada a Petrobras, a Petróleo Brasileiro S/A, e instituído o monopólio estatal para a exploração do petróleo.

Quando a força do autoritarismo se impôs sobre a Nação, a ABI portou-se com a dignidade que se esperava de quem jamais perde a coragem cívica. Foi assim à época do Estado Novo de Vargas. Foi assim quando do regime militar instaurado em 1964, situação de extrema gravidade, onde estavam suspensas as garantias individuais e livres – livres, digamos assim, um paradoxo – os caminhos do arbítrio. Ao mesmo tempo em que dava as mãos à cidadania, na busca incessante da superação desse quadro de exceção que agredia a

consciência democrática, a ABI diligenciava na defesa da integridade física e moral dos jornalistas.

Em 1937, Getúlio Vargas institucionalizou o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), inspirado no modelo de repressão nazista. O DIP representou, de fato, o cerceamento da liberdade de expressão em um dos momentos mais marcantes da história da imprensa em nosso País. Mas, nesse mesmo ano em que era criado o DIP, fundava-se o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

O movimento sindical dos jornalistas paulistas teve três momentos marcantes: em 1961, quando uma greve conquistou o primeiro piso salarial da categoria – a ABI estava, digamos assim, por trás de tudo isso, por trás no bom sentido; em 1975, quando a morte do jornalista Vladimir Herzog, pela ditadura militar, provocou a indignação geral e diversas manifestações aconteceram pelo País inteiro; e em 1979, ano marcado por outra greve que mobilizou grande parte da categoria por todo o Brasil.

Durante a década de 70, a ditadura militar e o AI-5 impuseram estratégias de sobrevivência das publicações. Surgiram os pasquins e o jornalismo alternativo. Com o apoio de Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; de Audálio Dantas, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; além do empresário nacionalista Fernando Gasparian e do jornalista Raimundo Pereira, os progressistas Lysâneas Maciel, Marcos Freire e Alencar Furtado, entre outros Parlamentares e empresários e personalidades da vida política, democráticos e teimosos, vararam o País de Norte a Sul em busca de adeptos e de recursos para viabilizar o jornal **Opinião**, que depois se chamaria **Movimento** e viria a se tornar um símbolo da imprensa alternativa brasileira, na fase mais dura de resistência política ao regime militar.

Foi graças a esse empenho sem limites que muitos profissionais da Imprensa foram libertados da opressão, livrando-se de constrangedores inquéritos policiais, e, não raro, puderam vencer o terrível castigo do exílio e retornar ao País. É fato marcante para a vida política nacional o surgimento de um jornal alternativo que teve na ABI o seu alicerce, porque deu voz, deu bandeira ao movimento social e denunciou as perseguições pelo Brasil afora, com grande respeitabilidade nas suas opiniões, nos seus editoriais, nos seus artigos. E isso facilitou, querendo ou não, o renascimento da vida democrática brasileira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao recapitular a esplêndida trajetória da ABI, não podemos deixar de reverenciar a memória de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, um nome, meu caro Maurício Azêdo,

que sempre vem à lembrança de todos quando se fala de imprensa, de liberdade e de amor ao Brasil. Em seus mais de cem anos de vida, esse advogado, jornalista, ensaísta, historiador, professor, ex-governador, político que Pernambuco ofereceu ao Brasil não fez outra coisa senão dar lições cotidianas de coerência de princípios, de integridade pessoal e de devoção absoluta às causas populares e nacionalistas.

Barbosa Lima Sobrinho confunde-se com as lutas mais gloriosas, ainda que difíceis e desgastantes, empreendidas pelo Brasil ao longo do século XX. À frente de cargos públicos, como o de Deputado Federal por Pernambuco, de Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, de Governador de Estado ou de Procurador da Prefeitura do Distrito Federal, pautou-se pela seriedade e pelo incontestável predomínio do viés social que ele impunha à sua ação política e administrativa.

Do princípio ao fim de sua fértil e longa carreira, seus textos expressavam o eterno compromisso pelos ideais nacionalistas e a convicção de que sua profissão deveria ser vista como meio para levar à população brasileira a verdadeira conscientização política. Foi esse espírito que embalou permanentemente o ofício que Barbosa Lima Sobrinho tão bem soube honrar e dignificar. Acima de tudo, porém, Barbosa Lima Sobrinho inscreve-se na galeria dos grandes vultos da história do Brasil por seu trabalho como jornalista, entrelaçando sua vida profissional com a trajetória da Associação Brasileira de Imprensa.

Na juventude de seus 29 anos de idade, em 1926, Barbosa Lima assumiu, pela primeira vez, a Presidência da entidade. Encerrou seu ciclo na Presidência da ABI, mas, no momento em que a Nação mais precisava da sua firme e ilustre presença na luta contra o autoritarismo, foi alçado novamente à categoria de Presidente, sendo sucessivamente reeleito desde 1978.

Alguns anos antes, em 1973, emprestara seu nome, na condição de companheiro de chapa, à extraordinária “anticandidatura” do Dr. Ulysses à Presidência da República. Daquele gesto heróico, renasceu a oposição ao regime militar, preparando-se o caminho que levaria o País ao reencontro com a normalidade democrática. Por fim, vamos encontrá-lo à frente do movimento que redundou no inédito **impeachment** presidencial, em 1992.

Outra iniciativa que levou a marca de Barbosa Lima Sobrinho foi a fundação, em 1990, do Movimento em Defesa da Economia Nacional, o Modecon. Atualmente presidido pela médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda, o Modecon se reúne na sede da ABI e tem pautado sua atuação nos grandes movimentos pela soberania nacional e lutando contra as reformas que considera lesivas aos interesses do País, principalmente



no que diz respeito ao petróleo, manifestando-se contra políticas entreguistas e prejudiciais ao setor.

Aproveito para estender esta homenagem a todos aqueles que, a exemplo de Barbosa Lima Sobrinho e de Gustavo Lacerda, honraram o Brasil, ocupando a presidência da Associação Brasileira de Imprensa nestes anos de busca pela liberdade de expressão: Francisco Souto, Dunshee de Abranches, Belisário de Souza, Raul Pederneiras, João Guedes de Melo, Gabriel Loureiro Bernardes, Manuel Paulo Filho, Alfredo Neves, Herbert Moses, Celso Kelly, Elmano Cruz, Danton Jobim, Adonias Filho, Líbero Osvaldo de Miranda, Prudente de Moraes Neto, Fernando Segismundo. E queremos cumprimentar, de forma ainda mais honrosa, a direção da ABI, na pessoa de Maurício Azêdo, nosso atual Presidente, cujo mandato segue até 2010.

Além de reunir profissionais da imprensa, a ABI contou, ao longo de sua história, com ilustres associados, que compartilharam com ela os ideais mais elevados, voltados ao desenvolvimento e à redemocratização do País, como o maestro Villa-Lobos, autor do Hino da ABI, e Oscar Niemeyer, sócio desde 1953 e conselheiro da antiga administração durante muitos anos.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, espero ter registrado, em meu nome e no de milhões de brasileiros, o reconhecimento ao trabalho de cem anos realizado pela Associação Brasileira de Imprensa. Reafirmo minha convicção de que a plenitude democrática somente ocorre quando uma imprensa livre, mas responsável, pode atuar.

A luta pela democratização da mídia e em defesa da cultura nacional é hoje uma bandeira estratégica, que exige a mobilização da sociedade. O meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, tem participado ativamente dessa luta. Perseguido e censurado por regimes ditatoriais, sempre defendeu a ampla liberdade de expressão, mas nunca confundiu a liberdade de imprensa com a liberdade dos monopólios. Porque há monopólios na mídia que querem formar a opinião do povo e dizer que a opinião do povo é a partir das suas idéias, do seu ideário, e não da vontade, da necessidade da Nação brasileira.

E é justamente agora, quando esse debate ganha nova força na sociedade, que se deve mobilizar amplos setores políticos e sociais. Nesse ponto, não tenho dúvidas de que a ABI possui um papel decisivo e que já começou a jogar nesse processo, resgatando sua história e atuando com firmeza em prol de uma imprensa que efetivamente cumpra seu objetivo de informar a população e, sobretudo, de defender o nosso País. Uma imprensa livre é, ao mesmo tempo, requisito e consequência da consolidação de uma sociedade democrática. Disso não podemos abrir mão. Porém, a

questão que se levanta no horizonte desse debate é que a imprensa, por estar a serviço da sociedade...

E é bom que se diga que parte significativa da imprensa de hoje, diferentemente da imprensa do início do século XX, final do século XIX, usa concessões públicas. Os canais de rádio e televisão pertencem à União, pertencem ao povo, pertencem ao Estado brasileiro. Não podem ser usados para atacar os interesses populares, muito menos da Nação brasileira.

Portanto, essa imprensa, por estar a serviço da sociedade, deve servir aos objetivos desta e não pairar acima dela, alheia até mesmo aos seus pressupostos constitucionais como a dignidade da pessoa humana, o devido processo legal, a proteção da honra e da vida privada de todos.

Além do resgate dessa função precípua da imprensa, há outras batalhas importantes para a sociedade brasileira, que só terá a ganhar recebendo o apoio e o engajamento da ABI, como o combate à política de juros altos. Os mais altos do mundo são os juros adotados no Brasil. É bom a gente ter a idéia de que, quando os juros começaram a cair, o povo começou a ter mais acesso aos alimentos, o povo começou a ter mais acesso aos empregos. A vida do povo melhorou, e o PIB cresceu. O PIB cresceu 5,2% por isso, porque se atualizou a política de juros, fazendo-os descender, fazendo-os diminuir. Mas o Brasil subiu os juros de novo. O mundo inteiro está baixando os juros, mas o Brasil resolveu subir os juros. Esse fato merece uma grande batalha e um engajamento forte da ABI. E também a batalha da busca pelo pleno emprego e pela redução da jornada de trabalho e de tantas outras desigualdades que ainda existem no País.

Ao encerrar minhas palavras, expresso a gratidão, minha e do meu Partido, o PCdoB, e tenho certeza de que da maioria dos Senadores, à Associação Brasileira de Imprensa. Renovamos nossa confiança no trabalho dessa Entidade e desde já nos colocamos totalmente à disposição. O nosso mandato de Senador da República é um mandato que pertence também à Associação Brasileira de Imprensa. Que ela prossiga empreendendo o mesmo esforço que outrora resultou na conquista e na consolidação da democracia, desta vez rumo à crescente ampliação da cidadania e da justiça social, ou seja, conquistar o desenvolvimento econômico para garantir cidadania e justiça para o nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Um grande abraço, Maurício, a você e a todos que fazem a Associação Brasileira de Imprensa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Garibaldi, que tem honrado esta Casa, buscando recolocá-la no seu devido lugar; meu querido Senador Inácio Arruda, autor desta homenagem; grande brasileiro Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr<sup>a</sup> Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora da República; Sr. Joaquim Campelo Marques, jornalista, editor e Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado; senhoras e senhores; estamos, hoje, reunidos nesta sessão especial. O Congresso, a Câmara e o Senado realizam muitas sessões especiais, importantes, mas esta é uma sessão ultra-especial, daquelas que marcam a história desta Casa, Sr. Presidente, porque estamos aqui, neste momento, fazendo história.

Estamos aqui homenageando uma entidade que escreveu seu nome na história brasileira em letras maiúsculas: a Associação Brasileira de Imprensa. Em todos os momentos importantes da vida pública brasileira, da história deste País, nos últimos cem anos, a Associação Brasileira de Imprensa atuou de forma decisiva e corajosa. Com a sua postura ética, as ações, muitas vezes, próximas do heroísmo, sofrendo perseguições e até mesmo sendo alvo de atentados, atentados terroristas, a ABI merece a admiração do povo brasileiro e se impôs ao respeito de todos os poderosos.

Hoje, homenageamos uma instituição histórica da imprensa brasileira e, no dia 3 de junho próximo, em nova sessão especial do Senado, vamos comemorar os 200 anos da fundação do primeiro jornal brasileiro e o Dia da Imprensa. Na ocasião, será homenageado o Patrono da Imprensa, Hipólito José da Costa, o primeiro jornalista brasileiro. Em 1º de junho de 1808, em Londres, onde estava exilado, fugindo da Inquisição portuguesa, fundou o **Correio Braziliense**. Foi o nosso primeiro jornal, com distribuição mensal no Brasil e em Portugal. Pioneiro na profissão, Hipólito foi também o primeiro jornalista perseguido por suas opiniões, críticas e idéias.

Meus irmãos, a imprensa e os jornalistas brasileiros conhecem então, desde sua origem, a intolerância dos governos autoritários.

A imprensa livre não foi uma dádiva, mas uma conquista dos povos que anseiam por liberdade.

O jornada da ABI começou em 7 de abril de 1908, no Rio de Janeiro, quando foi criada pelo repórter catarinense Gustavo de Lacerda. A entidade, a princípio, foi pensada nos moldes de um sindicato, com a finalidade de defender interesses específicos da categoria nas

relações de trabalho. Durante sua trajetória, porém, a ABI ganhou uma estatura diferente, ultrapassou as fronteiras da atuação meramente corporativa, chegando aos dias de hoje como uma instituição que participou de forma destacada da história política brasileira, defendendo as bandeiras da liberdade de imprensa, os direitos humanos e a democracia.

Foi na sede da ABI, por exemplo, que nasceu a emocionante e memorável campanha nacionalista “O petróleo é nosso”, movimento que culminou com a confecção da lei que criou a Petrobras, a grande empresa brasileira e uma das grandes do mundo, emblema de nossa soberania.

A instituição também abrigou, em tempos mais recentes, manifestações nacionalistas contrárias à privatização do patrimônio público. A ABI atuou sempre com equilíbrio e de forma democrática em cenário de disputas políticas e ideológicas acirradas. Foi assim na campanha pelo monopólio do petróleo, quando o mundo atravessava uma era de extrema polarização e antagonismo. O Brasil também sofreu influência do espírito de intolerância vigente no quadro da Guerra Fria, o conflito permanente não declarado que sucedeu à Segunda Guerra Mundial e colocava em campos opostos os Estados Unidos e a União Soviética, envolvendo as nações de suas respectivas áreas de influência. Duas lideranças mundiais representativas dessa época estiveram na ABI, que democraticamente, abriu as portas para Fidel Castro e Robert Kennedy.

A intolerância contra a diversidade de opiniões e ao papel crítico e fiscalizador da imprensa, na realidade, foi uma constante na maior parte da nossa história. A instauração da República, em 1889, veio acompanhada de fortes restrições à liberdade de imprensa. Jornais foram depredados, jornalistas e tipógrafos, perseguidos e, alguns, até assassinados. Uma história que ainda vai-se desfazer.

Eu cada vez tenho mais carinho e respeito pela figura de Dom Pedro II e cada vez tenho mais restrições às fórmulas com que a República, com um golpe de estado, foi implantada. Sofreram os jornais, apedrejados. Jornalistas e tipógrafos, perseguidos e alguns até assassinados. Nada parecido com os ventos de liberdade de opinião que a introdução do sistema republicano de governo gerou em outros países.

Hipólito José da Costa confessou em seu livro **Diário de Minha Viagem para Filadélfia** (1789-1799) sua admiração pela liberdade de imprensa que encontrou lá nos Estados Unidos, país que conheceu quando a ex-colônia ainda dava seus primeiros passos como uma nação independente.

Temos hoje – tenho repetido muito aqui, meu bravo Presidente da ABI – que o Brasil vive uma hora

de falta de referências da sua vida republicana. Pois é aí que o papel da ABI na história brasileira deve ser compreendido e analisado inclusive nas escolas, para que as futuras gerações tenham referência nas quais possam inspirar-se para a condução dos destinos deste País.

A educação deficiente de nosso povo é um problema grave, com profundas conseqüências para o desenvolvimento do Brasil e sua posição no cenário mundial no momento atual e nos próximos séculos.

Sim, essa falta de referência é importante. E a ABI tem um papel histórico. Entendo que a imprensa tem um importante papel a cumprir na educação do povo brasileiro, principalmente a televisão e o rádio. Aqui abro um parêntese para citar Roquette Pinto, pioneiro no uso do rádio na educação. Considerava ele, com propriedade, que “o rádio era o jornal de quem não sabia ler; o mestre de quem não pode ir à escola; e o divertimento gratuito do pobre”. Hoje, podemos estender para a televisão esse pensamento. O rádio e a televisão constituem, juntamente com o jornal, veículos fundamentais para a educação e a cultura de um povo. Ainda mais num país com a imensidão territorial do Brasil.

A televisão, comprometida com a sociedade e o País, devia reservar bom espaço, em horários adequados, para estimular e participar da gigantesca obra que é a educação. Há muitos projetos nesta Casa nesse sentido. No entanto, é difícil que sejam cumpridos.

Tem a televisão a responsabilidade de preservar e difundir a cultura regional, cujos elementos, em sua riqueza e diversidade, formam a alma de uma nação.

Também nesse aspecto, foi importante o papel histórico da Associação Brasileira de Imprensa, que funcionou desde muito cedo como pólo aglutinador da cultura nacional. Em sua sede, reuniam-se para debates e manifestações grandes nomes representativos da cultura nacional. Alguns deles: da música, o grande maestro Villa-Lobos; do teatro, a encantadora figura de Tônia Carrero; da literatura, escritores como Graciliano Ramos e Rubem Braga; sem falar no cinema, pois o primeiro cine-clubes do Brasil projetava suas seleções de filmes exatamente na sede da ABI.

A luta pela anistia a presos e exilados políticos; o fim da censura prévia, que mantinha o povo na ignorância dos fatos relevantes para a sociedade; e a campanha pelas Diretas Já, a luta pelo voto direto, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, marco fundamental da Nova República – essas foram as bandeiras que unificaram a oposição, fortaleceram, junto com a ABI, a luta popular e acabaram por derrubar a ditadura. Esse movimento, que se constituiu no eixo da resistência democrática, teve a participação

sagrada e sacrossanta, ativa e permanente da Associação Brasileira de Imprensa, que, em conseqüência, sofreu muito pela sua corajosa posição.

Em 1976, uma onda de atentados terroristas atinge instituições democráticas: jornais, editoras e opositores do regime, vitimando jornalistas, políticos e religiosos. Entre eles, o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho, torturados e assassinados nos porões da ditadura.

Um dos alvos foi a ABI. Um atentado a bomba destruiu o sétimo andar do seu edifício-sede, no centro do Rio de Janeiro, onde funcionava a administração e se reunia o Conselho da entidade. Os executores e mentores da empreitada ainda permanecem desconhecidos, mas a investida foi considerada uma represália pelo fato de a ABI ter realizado em seu auditório um ato cívico-ecumênico em memória da história do jornalista Vladimir Herzog.

Eram tempos de luta, tempos difíceis que, no entanto, também ofereciam exemplos de extrema coragem cívica e destemor. Realmente, era preciso coragem pessoal, idealismo e sólida convicção democrática para se opor ao regime que, enquanto perseguia opositores, por outro lado também tratava de cooptar consciências, tendo benesses como moeda principal.

Apesar da truculência, o regime não dispunha de força suficiente para simplesmente impedir totalmente a manifestação da oposição. Pressionado pela forte resistência democrática, o governo autoritário foi obrigado a permitir a existência de uma oposição organizada.

Assim, admitiu o funcionamento de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que abrigava os beneficiados pelo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia as oposições.

A história da resistência, a consolidação das oposições, o voto em branco, a luta armada, a proposta de extinção, a Carta de Porto Alegre, a vitória nas urnas do Colégio Eleitoral, a consolidação da democracia: bandeira do povo, bandeira das oposições, bandeira da ABI.

Senhoras e senhores, até aqui eu falei da instituição, mas devo reverenciar homens que a dirigiram, entre os quais pessoas como o grande jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que esteve à frente da instituição como presidente em duas ocasiões, mas pertenceu aos seus quadros de dirigente durante muito tempo e deixou sua marca para a história brasileira.

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho assume a presidência da ABI em 1926, ainda antes de completar 30 anos. Voltou duas vezes ao cargo, de 1930 a 1931, quando fortaleceu a ABI com a fusão com outras entidades; e de 1978 a 2000, quando, já octoge-

nário, estava consagrado como jornalista e escritor, com mais de 70 livros, além de político competente e habilidoso (foi Governador de Pernambuco, entre outros cargos). Poderia recolher-se ao convívio dos seus livros e levar uma aposentadoria tranqüila, mas não se acomodou, permaneceu à frente da entidade, resistindo ao arbítrio e à violência de uma ditadura que parecia não ter fim.

Barbosa Lima Sobrinho foi o primeiro brasileiro a assinar o inédito pedido de **impeachment** constitucional de um Presidente da República. Pela primeira vez na história mundial, um governante é afastado do poder por meio de um processo absolutamente democrático conduzido pelo Congresso.

Foi Barbosa Lima Sobrinho quem melhor encarnou e traduziu o espírito democrático e lutador da ABI, ao lado de personalidades como Herbert Moses, o presidente que consolidou materialmente a entidade e construiu seu edifício-sede, marco na arquitetura moderna brasileira; o Senador Danton Jobim, que tentou evitar a criação da famigerada Lei de Imprensa, ainda vigente; Prudente de Moraes, neto, jornalista e poeta, que com sua coragem e determinação não hesitou em comparecer a quartéis para defender jornalistas presos e processados. Foi na sua gestão que a ABI realizou o ato cívico em memória a Vladimir Herzog. Prudente de Moraes viajou a São Paulo para hipotecar solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas, presidido por Audálio Dantas, outra figura destacada na luta democrática, atual vice-presidente da ABI.

Em sua existência, a ABI teve vinte presidentes, homens que, dentro de suas limitações, estilo e convicções, mantiveram a instituição atuante durante todo esse centenário. Alguns chegaram a assumir posições temerárias, com risco da própria vida, para defender a entidade. É o caso do maranhense João Dunshee de Abranches, seguidor de Gustavo de Lacerda, terceiro dirigente da ABI. Diante de ameaças de depredação do prédio por seguidores de Hermes da Fonseca, Presidente da recém-proclamada República, Dunshee não hesitou em permanecer em vigília por dias seguidos, de arma na mão, num gesto heróico e surpreendente.

Atualmente, a instituição é dirigida pelo jornalista Maurício Azêdo, que é o grande responsável pelo processo de revitalização que vive a entidade. Foi editor do **Boletim da ABI**, nos temerosos anos 70, quando transformou o veículo num órgão de denúncia dos desmandos da ditadura.

Ao Maurício, seus companheiros de diretoria, funcionários e tantos outros que gostaria de citar, rendo minhas homenagens sinceras e profunda admiração.

Essa é a Associação Brasileira de Imprensa, instituição que completa cem anos e permanece aberta,

modernizando-se, do ponto de vista tecnológico, com uma página na Internet e com o Cine ABI em pleno funcionamento e um serviço de assistência médica invejável.

Um problema, entretanto, preocupa a ABI e a nós todos. A entidade teve cassado, pelo Governo, o seu registro de entidade beneficente de assistência social, obtido há décadas. Esse ato, obtido em 1917, um excesso de zelo do atual Governo, gerou uma dívida impagável.

O mesmo Governo que já repassou – sem licitação pública – R\$12,6 bilhões às organizações não-governamentais, está cobrando da ABI uma dívida de cerca de R\$3 milhões.

Fica aqui o meu apelo ao Governo, ao Presidente Lula, para que seja devolvido o registro da ABI, de forma a garantir a permanência dessa instituição – esta, sim, não-governamental –, que tantos benefícios trouxe à democracia no País.

Aqui no Senado já tramita projeto de lei que isenta não só a ABI, mas também a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do pagamento desse tributo. Ao mesmo tempo, essa proposta, de autoria do Senador José Sarney, cancela os débitos fiscais e previdenciários dessas instituições.

A ABI, de fato, nunca se afastou dos princípios definidos em seu primeiro estatuto, redigido em 1908, mas sempre atual. A instituição nasceu para defender os jornalistas e “zelar pelo patrimônio material e espiritual da pátria”.

Atendendo ao imperativo da defesa do patrimônio material da Pátria, a ABI defendeu o monopólio do petróleo e das riquezas nacionais, protestando contra a privatização do patrimônio público e repudiando a entrega de empresas como a Vale do Rio Doce, a segunda maior mineradora do mundo, vendida praticamente de graça.

Quanto ao segundo mandamento, o educador e escritor Fernando Segismundo, recente presidente da instituição, definiu o que deve ser entendido “como patrimônio espiritual da pátria”, sempre defendido pela ABI: “*É o civismo, é a cidadania*”.

Sim, é o civismo, é a cidadania! Assim, diz tudo. Assim é a ABI.

Por isso, neste momento em que o Congresso vive uma hora tão difícil, quando nos interrogamos sobre o que fazer e como fazer, estamos aqui, meu bravo Presidente, para agradecer à ABI, que, nas horas mais dramáticas, esteve conosco. Foi o presidente da ABI e o presidente da OAB que assinaram o requerimento e que vieram a esta Casa nos apontar o caminho.

Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, agradecemos à Associação Brasileira de Imprensa e voltamos a dizer que,



numa hora em que o Brasil vive sem referências, numa hora em que o Brasil fica a se perguntar realmente o que é, o que somos e o que queremos, prestamos uma homenagem cívica às nossas referências mais queridas, mais puras e mais proféticas: a Associação Brasileira de Imprensa, orgulho do Brasil, orgulho do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Pedro Simon e concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente Garibaldi Alves; Senador Inácio Arruda, companheiro de lutas nesta Casa; Sr. Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr<sup>a</sup> Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Sub-Procuradora-Geral da República, é com alegria que os recebemos aqui e a todos os presentes.

Falar dos cem anos da ABI é falar da história de uma Associação Brasileira de Imprensa que está intrinsecamente vinculada à construção do processo democrático brasileiro.

Criada em 7 de abril de 1908 por Gustavo Lacerda com o objetivo de assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais, a ABI tornou-se, ao longo dos anos, um dos centros mais poderosos de ação política pluripartidária do Brasil, defendendo a liberdade de expressão e os direitos civis. Esse é um exemplo para o País, um exemplo para as gerações de hoje e, principalmente, para as gerações que não de vir.

Devemos ressaltar que Gustavo Lacerda era uma figura ímpar. Ele não concordava com a idéia de que os jornais fossem empresas capitalistas – lendo essa história, achei interessantíssima essa parte. Ele não pensava que os jornais tinham que ser capitalistas, dando lucro a seus acionistas e colocando o lucro na frente dos interesses da sociedade. Para ele, os jornais deveriam ter uma missão social e funcionar como cooperativas de trabalhadores. Isso, no começo do século passado.

De certa maneira, Lacerda estava além de seu tempo, visto que um dos temas mais atuais do jornalismo continua sendo exatamente este: onde começam e terminam os negócios, e onde começa e termina a função social da imprensa? Há demarcação entre isso? Acredito que os objetivos financeiros podem – e devem – caminhar junto com os objetivos maiores de ajudar a população brasileira a achar o seu eixo e o seu rumo.

Tornou-se clássica, por exemplo, a discussão entre os jornalistas sobre a clara divisão entre o Estado e o Clero em determinada época da nossa história – e, isso, dentro das redações. Nesse aspecto, a ABI sempre foi uma referência fundamental na formação das consciências e do senso crítico dos profissionais da notícia e da comunicação.

Falar da ABI é também lembrar a lendária figura de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, como tão bem se expressou aqui nosso colega e amigo Pedro Simon. Foi um homem que viveu 103 anos (nasceu em 1897 e faleceu em 2000), que lutava por ideais nacionalistas e via, na profissão de jornalista, um instrumento para levar a população brasileira à conscientização política e social.

Em 1926, aos 29 anos de idade, quase 30, como disse Pedro Simon, assumiu pela primeira vez a Presidência da ABI. Durante seu quarto mandato, em 1992 – a juventude acompanhou muito bem isso –, foi o responsável direto pelo pedido da abertura do *impeachment* de Fernando Collor de Mello e o primeiro orador inscrito para defender o processo.

A homenagem que o Senado faz nesta data para a ABI deve ser também uma celebração sobre o significado do fortalecimento das instituições no País. Aqui quero fazer um parêntese para dizer que isso é atualíssimo e muito importante.

Estamos precisando, Dr. Azêdo, da ABI novamente, para dar um rumo e nos ajudar a dar esse rumo à sociedade brasileira. Esta Casa, o Congresso Nacional, precisa, e muito, de ser também, junto com a ABI e com outras instituições sérias deste País, a paladina não só da moralidade e da decência, mas também da ética. E dizer ao povo brasileiro que regimes como a democracia – que pregamos tanto e pela qual a ABI lutou tanto – devem ser, sim, sempre o nosso farol. Farol não só dos homens e mulheres com a idade um pouco mais avançada, como alguns de nós. E temos de dizer aos jovens brasileiros, aos jovens que nem sempre têm os parâmetros que gostaríamos que tivessem, que esta é uma Casa da verdade – tem de ser a Casa da verdade –, que esta tem que ser sempre a Casa da resistência.

Concordo com Pedro Simon que o Presidente Garibaldi Alves tem dado a todos nós um exemplo de que os homens e mulheres que estão aqui trabalhando em nome do povo brasileiro têm sempre de estar em sintonia aberta com esse mesmo povo, para poder defendê-lo sempre, para poder defender as nossas instituições, para dizer que nós temos os Poderes constituídos neste País; que nós temos um Poder Executivo que tem de ser, sim, ativo e independente, dentro das suas prerrogativas, que tem de olhar o povo

brasileiro e esta Nação com o olhar de quem está ali pronto a trabalhar para que o Brasil seja sempre uma Nação forte, uma Nação que seja vista por outras nações como uma parceira, uma companheira, mas com sua altivez de Nação independente; que tem de ter um Poder Judiciário, como ontem nós vimos – e o Presidente Garibaldi externou essa idéia muito bem –, altivo, independente também, mas que saiba delimitar sempre o seu espaço e que apóie os outros parceiros, os outros dois Poderes, naquilo que nós temos de mais sagrado, que é a nossa independência.

Que esta Casa saiba fazer aquele que é o seu papel, que é garantir a liberdade das instituições e fazer as leis que devam ser exercidas neste País por todos os brasileiros; que esta Casa saiba respeitar e delimitar também os seus espaços, que o Executivo e o Judiciário tenham aqui um parceiro, mas parceria, companheirismo, e, principalmente, a junção de aspectos importantes na formação desse tripé que segura a democracia com a nossa liberdade de trabalho, que nem sempre nós temos.

Portanto, quero dizer que, neste momento, a defesa da democracia, das liberdades e do Estado de direito merece sempre estar num lugar de destaque em nossas mentes e corações, e a força de uma instituição como a ABI deve ser exemplo para todos neste País.

Devemos registrar nesta oportunidade que homenagear a ABI é oferecer um tributo à memória de homens e mulheres de bem neste País, de todas as classes sociais.

Cada vez mais, quando nos deparamos com injustiças sociais, com tentativas de calar a imprensa, com a luta que muitos fazem contra a transparência e pela permanência do obscurantismo em muitas esferas da vida nacional, convencemo-nos da importância de entidades como a ABI, colocando-nos ao seu lado na luta pelas verdadeiras transformações na vida social do País.

Hoje, a imprensa brasileira é fundamental. É informativa e é investigativa. Eu sei o quanto ela é investigativa, porque tenho convivido com ela, neste um ano que tenho nesta Casa, em vários assuntos em que está denunciando, levando a todo o povo brasileiro a verdade como ela é. Ela é fundamental, também, para que o povo brasileiro tenha conhecimento dos fatos, raciocine com os editoriais e as críticas, e tenha condições de conhecer as idéias e as propostas antagônicas também.

A imprensa tem ajudado muito a formar e a forjar a nossa cidadania, calcada, como eu disse, no amor à democracia, à liberdade, aos valores morais e éticos da nossa sociedade.

Eu quero terminar minha fala, dizendo que fiz questão de vir aqui esta manhã não só para dizer que falar de cem anos da ABI não é falar de uma instituição qualquer, mas de uma instituição benemerita, uma instituição social digna, uma instituição de grandes profissionais, grandes homens e mulheres; mas principalmente vim aqui para dizer que o povo brasileiro tem muito a caminhar junto com instituições desse tipo.

E a ABI tem a obrigação, o dever de continuar como sempre foi nos seus cem anos de história: um farol. Um farol que o povo brasileiro tem de ter sempre aceso. Um farol de dignidade. Um farol da verdade. Um farol de luta – de que estamos precisando muito. Acho que nunca, nesses últimos anos, o Brasil precisou tanto desse farol.

Tenho certeza de que a ABI vai estar junto com a nossa Casa e com todas aquelas instituições sérias deste País, lutando para que o povo brasileiro saiba que este é um grande País e que vale a pena lutar para que o Brasil seja grande, não só no tamanho, não só nas suas riquezas, mas grande também na sua população de homens e mulheres que comunguem de grandes ideais. E tenho certeza de que a ABI vai ser sempre essa nossa luz.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, quero dizer que já pedi aqui as minhas desculpas ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, porque terei de viajar agora para a minha cidade, para o meu Estado, o Rio Grande do Norte, e vou ter a honra inclusive de passar a Presidência para o autor do requerimento, o Senador Inácio Arruda. Antes ainda de fazer isso, saúdo o nosso Maurício Azêdo, Presidente da ABI; o Sr. Fernando Tolentino de Sousa, Diretor-Geral da Imprensa Nacional, que, por sinal, me deu a boa notícia de que, no dia 13 de maio, a Imprensa Nacional vai comemorar os seus 200 anos; a Sr<sup>a</sup> Julietta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República; o Professor Joaquim Campelo Marques, Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal; e todas as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Quero dizer também, depois que tantos oradores já se manifestaram a respeito do papel da ABI, da minha admiração, do meu orgulho, do meu apreço por essa que é uma das mais influentes, admiradas e respeitadas instituições nacionais.

É grande, meu caro Mauricio Azêdo, atual Presidente da ABI, a gratidão de todos os brasileiros por essa luta empreendida ao longo de cem anos, luta, sobretudo, pela supremacia dos valores democráticos e, como disseram os oradores – a Senadora Marisa



Serrano acaba de dizer isso bem –, consolidação da cidadania entre nós.

Assim, ao sintetizar o espírito federativo que sedimenta a Pátria brasileira, esta Casa não poderia ausentar-se das comemorações deste centenário. E o faz com justo orgulho – como já falaram tantos oradores.

Pouco, muito pouco – e eu queria fazer esta reflexão – aproxima o Brasil de 2008 daquele início do século XX, quando nasce a Associação Brasileira de Imprensa. Éramos um País acanhado, de rarefeita população e com enormes vazios no seu extenso território. Éramos, sobretudo, uma Nação provinciana, em que a marca da exclusão social, política e econômica manifestava-se com um componente muito mais forte do que o de hoje, diante de um Estado elitista e profundamente oligárquico.

Graças a Deus, mudamos muito.

Ao ser fundada a ABI, no já distante 7 de abril de 1908, sob a liderança desse catarinense, desse brasileiro, desse grande brasileiro Gustavo de Lacerda, caracterizava-se como uma caixa assistencial, uma espécie de ancoradouro a oferecer um mínimo de amparo aos que labutavam na área jornalística. Não por outra razão, o estatuto da entidade classista previa fundos para pensões, auxílio funeral, abrigo para idosos e carteira profissional.

Tempos difíceis aqueles, Dr. Maurício Azêdo! Numa época em que legislação trabalhista era sonho de visionários, em que a “questão social” era tratada como “caso de polícia”, era constrangedora a situação dos homens de imprensa. Aos salários de fome, juntava-se a instabilidade no emprego, sem falar nas jornadas de trabalho desumanas, nos desmandos e abusos de alguns patrões.

Do pioneiro Gustavo Lacerda a Dunshee de Abranches; de Herbert Moses e sua gestão de trinta e três anos a Celso Kelly; de Danton Jobim – que viria a ser eleito Senador pela Guanabara na primeira fase do Regime Militar – a Prudente de Moraes, neto; de Barbosa Lima Sobrinho a Maurício Azêdo – lembro as páginas memoráveis que escreveu no argumento –, as lideranças que passaram pela ABI souberam dignificar a instituição e responder aos desafios que lhes foram apresentados.

Como já foi dito, sobretudo pelo Pedro Simon, trincheira avançada da liberdade, em sintonia permanente com os mais elevados anseios de democracia, de justiça e de cidadania, a ABI nunca se curvou ante qualquer forma de autoritarismo. Foi assim, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando estive na linha de frente contra o totalitarismo nazi-fascista.

Como disse aqui o nosso autor do requerimento, Senador Inácio Arruda, a bomba que destruiu parte da imponente sede-marco da ABI – aliás, representativa da moderna arquitetura brasileira – foi, para além de insana, o gesto de desespero das forças que não admitiam que a Nação voltasse a respirar os ares de liberdade. Altaneira, a Instituição não esmoreceu. Antes, recobrou o ânimo e colaborou decisivamente para o aprofundamento do processo de abertura política.

Ao finalizar, meu caro Maurício Azêdo, permita-me reproduzir um trecho de artigo recente de Jânio de Freitas – ele próprio um daqueles grandes jornalistas que a imprensa brasileira tem hoje –, em que ele foi absolutamente feliz na escolha das palavras e na compreensão do significado histórico da Associação Brasileira de Imprensa. Escreveu o articulista da **Folha de S. Paulo**:

A Associação Brasileira de Imprensa faz um século. Não, não faz um século. Faz cem anos, ano a ano de luta, ora por sua sobrevivência, na maior parte dos anos pela liberdade, pelo Estado de direito, pela democracia. Não só os jornalistas têm cem anos de dívida com a ABI. Nem são os que mais lhe devem. Somos todos em cem anos.

Eu não poderia concluir sem dizer que hoje os jornalistas mantêm essa luta, essa chama acesa, quando combatem as chamadas medidas provisórias. Medidas provisórias que tanto humilham este Congresso Nacional, que tanto fazem dele uma instituição de papel caudatário.

Eu não poderia terminar sem prestar esta homenagem à ABI, porque sei que representa o escaudouro de tudo isso que se escreve hoje em favor de uma Nação mais livre, mais democrática e mais soberana. E o que se escreve hoje sobre medidas provisórias, sobre vetos que não são votados, sobre o orçamento, que muitas vezes é fraudado, sobre tudo o que se escreve hoje a respeito do Congresso Nacional, nós devemos dizer uma palavra só: muito obrigado!

Muito obrigado, porque temos consciência de que, se não fosse a imprensa, a nossa voz daqui não sairia; daqui não ganharia os espaços desta Nação e, sobretudo, não inundaria os corações dos brasileiros que gritam que a democracia não é uma conquista de cem anos, que a democracia é uma conquista eterna do povo brasileiro.

Por isso, com esta emoção, eu digo a Maurício Azêdo: a ABI continua viva nos nossos corações, e V. S<sup>a</sup> é hoje o símbolo maior. E foi inclusive o nosso Pompeu de Souza, de quem me falava o nosso Tolentino, da Imprensa Oficial, que enriqueceu este Plenário com a

sua contribuição magnífica; Pompeu de Souza que veio do Ceará, como Inácio Arruda veio do Ceará. Pompeu de Souza, Maurício Azêdo, Barbosa Lima Sobrinho são nomes que ficaram e ficarão na história do nosso País como os grandes defensores do que temos de mais caro, que é a liberdade democrática.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

A Senadora Serys Slhessarenko será a próxima oradora. Depois, o próximo orador desta homenagem à ABI será o Senador Mão Santa.

Tenho a honra de passar a Presidência ao cearense Senador Inácio Arruda. Faço votos de que seja ele um cearense da qualidade que foi Pompeu de Souza.

*O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente Inácio Arruda. Sr. Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr<sup>a</sup> Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República, muito nos honra a presença de uma mulher nesta Mesa; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores; apesar das inúmeras comissões em que tive de estar presente hoje pela manhã – inclusive, neste momento, afastei-me de uma delas – fiz questão de estar aqui, pela importância deste momento destinado a comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Em 2008, a categoria jornalística será marcada por diversas datas importantes, como os 200 anos de imprensa no Brasil, os 70 anos da primeira regulamentação profissional para jornalistas, os 100 anos de fundação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, os 90 anos do primeiro congresso nacional da categoria e os 40 anos de morte de Assis Chateaubriand.

Este mês, especialmente, os 100 anos da ABI foram lembrados e há 40 anos morreu um visionário que revolucionou o jornalismo brasileiro, Assis Chateaubriand.

Com certeza, essas datas merecem e precisam ser lembradas. À ABI, pelos ideais que motivaram sua criação, Gustavo Lacerda criou a associação para assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar um centro poderoso de ação. E hoje, cem anos

depois, temos a felicidade de constatar que esses objetivos foram atingidos.

A Associação, nesse longo período de existência, não ficou parada no tempo, acompanhando os avanços da sociedade. De lá para cá foram muitos altos e baixos. No entanto, a imprensa do Brasil é forte, possui meios de comunicação e profissionais premiados e com grande respaldo no mundo.

O que seria do Brasil sem a imprensa? Graças à curiosidade, à competência e ao **feeling** jornalístico, muitos assuntos são abordados e revelados ao público. Os jornalistas – senhores e senhoras, V. S<sup>as</sup> sabem disso muito melhor do que eu, com certeza, porque essa não é a minha área – têm uma função social de grande responsabilidade: formar opiniões, esclarecer fatos, esmiuçar informações. Mas não posso deixar de ressaltar a questão da responsabilidade e penso ser este o melhor momento para cobrar isso da imprensa brasileira. Não podemos admitir que essa onda denunciata que tomou de assalto alguns veículos de imprensa continue a avançar.

A imprensa deve informar e não julgar e condenar indivíduos ou destacar apenas a agenda negativa. Um exemplo – digo sem temor – é o nosso Senado, que produz muito; não tenho dúvida disso. Nós produzimos muito, Sr. Presidente, produzimos muito. Trabalhamos muito, mas só viramos notícia por desvirtuamentos de condutas, que, em alguns casos, nem são tão relevantes. Claro que existem aqueles casos relevantes que têm de ser descortinados – não tenho a menor dúvida quanto a isso –, mas precisamos ver também a agenda positiva. Não tenho dúvida disso. Isso faz parte do processo democrático. A democracia é isso. Existem os pontos negativos que têm de ser denunciados. A imprensa investigativa, para mim, é primordial, mas também existe a agenda positiva.

Não posso deixar, como já disse, de ressaltar os bons profissionais, que são muitos, com certeza, e como Senadora levanto a bandeira da democracia e congratulo-me com todos os profissionais responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento da democracia brasileira pelas importantes contribuições que dão ao País.

Caro jornalista Maurício Azêdo, tenho um orgulho em minha vida de parlamentar, que é o fato de, como Deputada estadual lá em Mato Grosso, ter proposto e ter conseguido que a Assembléia Legislativa do Estado, àquela época, aprovasse, por unanimidade, a apresentação de uma ação direta de inconstitucionalidade contra a vigência da Lei nº 5.020, a indigitada Lei de Imprensa da ditadura militar. Consegui apresentar uma proposição e fazê-la aprovar, porque nós queríamos ter 50% mais uma das assembléias legislativas com

isso aprovado, para derrubarmos aquela indigitada Lei nº 5.020.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal revogou essa lei quase que na sua totalidade. Urge que ela seja completamente varrida e que se possa garantir, de forma definitiva, a liberdade de imprensa em nosso País.

Certamente, senhores e senhoras, na diversidade de que hoje temos, o Brasil e os brasileiros ganharão sempre com uma imprensa assim, ativa e atenta, e sem que uma espada de Dâmocles paire sobre a cabeça daqueles que procuram exercer um jornalismo crítico e investigativo.

Aproveito, Sr. Maurício Azêdo, para apoiar esses profissionais na luta pela formação universitária da classe.

É certo que houve um momento em que foi necessário ser de outra forma. Foi necessário, mas esse momento passou. Hoje, precisamos mesmo é investir na luta pela formação universitária obrigatória da classe. O diploma é necessário, anos de estudo, formação específica, treinamentos são importantes para que seja formado um bom profissional. Essa pessoa, com certeza, terá excelentes condições de mostrar verdades e de formar opiniões.

Mais uma vez, parabéns à classe jornalística brasileira, que incentivo a lutar pelas reivindicações de melhoria profissional e a continuar, com certeza, contribuindo cada vez mais para a melhoria do nosso País.

Aqui quero fazer uma homenagem especial a todos os jornalistas do nosso País e muito especial ao jornalismo do meu Estado de Mato Grosso. Com certeza, lá na organização dos jornalistas de Mato Grosso, temos profissionais de alta competência, de alta qualidade, críticos, realmente uma imprensa investigativa. Já tive sérios problemas com a imprensa de Mato Grosso, mas, em relação àqueles em que a imprensa tem razão já me posicionei de forma determinada. Em certo momento, há alguns anos, quando pessoas me acordaram de madrugada para dizer que tínhamos de ir a um jornal para não deixar uma edição sair, porque havia manchete contra minha pessoa, eu falei: “Não! Jamais! Que saia e que eu faça a minha defesa depois”. Realmente eram inverdades, mas que saia, porque não aceito qualquer censura à imprensa. E eu sempre me posicionei de forma muito determinada a esse respeito.

É lógico, tive problemas, e eram realmente inverdades, mas existem os procedimentos corretos na Justiça e, sempre que foi preciso, eu os usei.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Serys Slhessarenko, sobretudo por esse exemplo que traz V. Ex<sup>a</sup>, nesta sessão de homenagem, sobre a maneira como, na prática, tem-se solidarizado com os jornalistas. Gostaria também de cumprimentar o Presidente da ABI, Sr. Maurício Azêdo, o Presidente Inácio Arruda e todos os jornalistas presentes e de desejar que a ABI possa, por muitos séculos, estar na batalha pela liberdade de imprensa, pelo aprimoramento dos meios de comunicação no Brasil. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os jornalistas brasileiros.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Aqui encerro, dizendo ao Sr. Maurício Azêdo que acredito que a imprensa livre, a imprensa realmente livre, a imprensa dentro de um país democrático, a imprensa crítica, a imprensa investigativa tem um papel decisivo e determinante na construção e no aperfeiçoamento da democracia.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do Piauí, meu vizinho, e registro a presença do nosso colega jornalista Tarcísio Holanda, acompanhando esta sessão solene.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Inácio Arruda, que preside e que inspirou essa justa homenagem aos cem anos da imprensa brasileira; Sr. Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino Vieira, diretor da Imprensa Nacional; e encantadora Sr<sup>a</sup> Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República; demais jornalistas; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, que também é muito bom. Sem dúvida nenhuma, tudo nasceu aí, na ABI.

Inácio, ali está Cristo, que disse: “Em verdade, em verdade, vos digo.” E aí está o que deve a boa imprensa buscar: a verdade. Abaixo, está Rui, o nosso patrono. Então, permita-me, Inácio, fazer minhas as palavras de Rui, que são eternas, como as de Cristo, como esta Casa, como a imprensa brasileira. Atentai bem! Rui Barbosa:

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam; mede o que lhe cerceiam, ou destroem; vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso. A cada passo: acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país onde a publicidade se avariou e, em vez de ser os olhos por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal que lha clareia, é a obscuridade onde perde a ruim lente que lhe turva, ou a droga maligna que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa.

Minhas senhoras e meus senhores, sou orgulhoso de ser do Piauí, e o Inácio Arruda, por ser vizinho do Piauí.

São cem anos. Atentai bem: esta República nasceu pelo povo, o povo que não admitia o absolutismo.. Os reis eram deuses na terra. Deus, imaginariamente, seria um rei no Céu, e o absolutismo... Aí, o povo sofredor, povo bravo e forte...

Quando eu governei o Piauí, eu cantava como uma reza: o povo é o poder.

Inácio Arruda, então, o povo foi às ruas e gritou: "Liberdade, igualdade e fraternidade." Caíram os reis, a inteligência humana buscando a justiça, que é o pão de que mais a humanidade necessita – não fui eu quem disse, também não vou esconder quem disse, foi Montaigne. Todo mundo deseja a justiça. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Deus pegou: "Toma, Moisés, vai melhorar o seu povo", dando-lhe leis, que constituem a justiça.

Esta República, para chegar aqui no Brasil – nós somos retardatários, nós estamos aqui para acordar, nós devemos ser os pais da pátria. Se não for, fecha isso. São cem anos para esse grito chegar ao Brasil! Cem anos! De lá, das ruas da França, libertária. E chegou, graças ao meu Piauí.

Teresina foi a primeira capital planejada deste País, em 1852. Aí nasceram, por inspiração dela, Goiânia, Belo Horizonte, Brasília, Palmas. A primeira cidade planejada! Então, lá existia um jornal criado por um baiano, o Saraiva. O nome do jornal era **A Ordem**. Aí, um jornalista irrequeto, David Caldas, nascido em Barras, tida como a terra dos governadores... Eu até brinco: parece que a cidade deu cinco governadores, um deles foi Leônidas Melo, um médico. Mas Parnaíba deu três – Alberto Silva vale por dois; o Chagas, por dois; e eu por um. Então, já empatamos o jogo. Mas, lá dessa Barra – cujo Prefeito é, hoje, Manin Rêgo –, esse jornalista trocou o nome do jornal de **A Ordem para Oitenta e Nove**.

Inácio, "Oitenta e Nove" parece até nome de cachça hoje, né?

Atentai bem: meu Presidente da ABI, Maurício Azêdo... É até doce, simpático. As coisas são assim, não transmitem. Meu Maurício doce, ele escolheu o nome **Oitenta e Nove** para despertar neste País, porque o Hino Nacional diz: "Deitado eternamente em berço esplêndido" Então, o **Oitenta e Nove** circulou por 17 anos antes de 15 de novembro de 1989, para acordar o Brasil deitado em berço esplêndido.

Por dezessete anos o **Oitenta e Nove** instigou, motivou, foi o profeta da República. É no Piauí que nasce tudo. Ele feriu o Pedro II – e tudo era ligado a Portugal – e não deixaram ele ser enterrado no cemitério. Ele ficou enterrado fora. Ele morreu antes da República. Depois o colocaram naquele cemitério de Teresina, o primeiro que se vêm vindo do norte, de Fortaleza, de Parnaíba.

Poderiam dizer que o Mão Santa está falando coisas do passado, mas eu sei que passado são o Pai Nosso e a Ave Maria e todos os dias a gente repete e sai dessas aos Céus. Mas vou ao presente também, o orgulho do Piauí.

Nós apresentamos aqui como o maior exemplo do jornalista do Brasil: Carlos Castello Branco, o Castelinho, é nosso, piauiense. Agora é fácil. Nós já conquistamos a liberdade, mas, naquele tempo, era difícil. E aqui estavam calados, as tribunas cerceadas, a imprensa. Aí nasceu a história de anticandidatura. E, a bem da verdade, ninguém admira mais Ulysses do que eu, e eu tenho duas medalhas já no peito com o nome dele que a sociedade me deu. Mas não foi dele, foi do MDB, dos autênticos que surgiu a idéia. E o homem foi o Barbosa Lima Sobrinho, o primeiro candidato. Foi ele quem aceitou a convite dos autênticos do PMDB, um deles do Piauí, o Severo Eulálio, Deputado Federal. Tinha de ter o Piauí, nós tínhamos de estar. Então, a idéia nasceu; e o candidato era Barbosa Lima Sobrinho. Mas o nosso Ulysses, que está encantado no fundo do mar, numa visão, numa percepção, viu que o negócio era bom, e ele era o líder mesmo do MDB. Aí, a solução era botar o Barbosa Lima Sobrinho para vice da chapa.

Essa é a história verdadeira. Ô Arruda, e nós fizemos antes. Aquilo foi em 1974, Ulysses. Em 1972, na minha cidade, Parnaíba, no Piauí, nós tomávamos a prefeitura da Arena, Elias Ximenes do Prado, eu e outro, na ditadura, a maior cidade do Piauí, antes de Ulysses. Os autênticos. Daí nós estarmos aqui. Em 1972, nós vencemos a ditadura. É outra história.

Mas o que eu queria dizer era o seguinte: foi esse jornalista. E tanto é verdade que, no dia, Ulysses dirigiu bem. Eu acho que está certo, porque os autênticos



achavam que ele não devia vir. Deram passaporte, sinal verde para ele despertar o País para a redemocratização, mas os autênticos não queriam que ele viesse no dia, para não dar validade, não dar festividade, não dar alegria, legalizar aquilo. E nem Ulysses... Daí, quando me falam do PMDB, eu digo: Ulysses, aqui, teve dezessete votos em branco, não levou o PMDB. Agora falam que nós temos, porque continuam os autênticos aqui. É a história. Somos Pedro Simon, Geraldo Mesquita, Jarbas e Mão Santa. Nós já tivemos até mais, mas essas coisas são assim mesmo. Estamos forçados. Mas eu acho que ele devia ver o Ulysses. Que belo discurso, Inácio Arruda. Eu já li várias vezes.

E outra vez o meu Piauí falando em nome do candidato, porque ele era o anticandidato, Barbosa Sobrinho. Era Petrônio Portella defendendo Ernesto Geisel. E que belos discursos! Eu me orgulho de Petrônio Portella.

O homem é o homem e suas circunstâncias, e eu dou o testemunho. Eu estava lá – e Deus é muito bom para mim – do lado do Petrônio, quando esta Casa... E ele é o melhor exemplo para todos aqueles que presidem. Ô Inácio! E tinha uma reforma do Judiciário. Os militares mandaram como se mandam essas medidas provisórias, mas era melhor, era decreto-lei, que só valia quando era aprovado. Agora nós nos acocoramos, nós nos acovardamos, nós nos envergonhamos. E vai ligeiro... Também o Luiz Inácio conhece. Ele passou ali e disse que tinha trezentos picaretas. Ele manda e abusa. Mas mandaram e Petrônio mandou voltar o projeto de lei. E os canhões rodearam e fecharam. Eu estava do lado. Ali é homem do Piauí. Por isso é que estamos aqui. Aí a imprensa... Eu estava do lado de Petrônio quando ele disse uma só frase – eu aprendi, Inácio Arruda, a autoridade é moral: “Este é o dia mais triste da minha vida.” Deus me permitiu estar do lado dele.

Eu tenho um retrato dele, novinho, ele me estimulou, me induziu a entrar na política. Eu não sei se foi bom, porque eu era tão feliz como médico em uma Santa Casa de Misericórdia. Deus guiava estas mãos, salvando um aqui e acolá, mas estamos combatendo um bom combate, percorrendo o nosso caminho e pregando a nossa fé. A nossa fé é na imprensa.

Aí Petrônio disse: “Este é o dia mais triste da minha vida.” Vejam que autoridade moral! Cinco dias depois, Geisel mandou abrir o Congresso e nós estamos aqui.

Então, o que eu queria dizer é que estamos aqui e a imprensa... Eu sei que Montesquieu e o povo francês disseram que era poder. Eu tenho as minhas convicções e entendo que não tem nada de poder. Nós somos instrumentos da democracia: o instrumento Executivo

– eu já fui prefeitinho e governador –, o instrumento legislativo e o instrumento judiciário.

Nós vimos ontem. Em todo o mundo é de pão de que mais necessita a humanidade, porque ele é verdadeiro. Nós sabemos que sem justiça não tem sociedade, não tem paz, não tem país, não tem democracia.

Ontem, fomos premiados com o novo Presidente Gilmar Mendes. Que ele busque também inspiração no Piauí. Não teve melhor Presidente do que Evandro Lins e Silva. Não teve. Eu vi o Miguel Arraes, meu amigo, dizer que ele já estava certo de que seria comido pelos jacarés em Fernando de Noronha. Aí Evandro Lins e Silva o mandou soltar, como dezenas. Então também o Piauí é orientação.

E nós estamos aqui, orgulhosos, agradecidos.

Fazer jornal não é meio de vida, é meio de morte. Eu sei como é, porque eu tive. Eu fico olhando assim, e penso: “Não é bem de vida, não; é meio de morte.” Eu tive um.

Arruda, eu era Deputado estadual, aí tinha um pequenininho de um monsenhor, igual ao Padre Cícero. Monsenhor Roberto Lopes, em Parnaíba, igual a Padre Cícero. E ele estava velhinho e tinha um jornal. Quando tratava de igreja era um sino, e ele entrava na política, era ação. Eu disse que ia comprar porque ele estava velhinho, tinha sido professor... Ô homem trabalhador! Fez a Igreja dos Capuchinhos, fez o Círculo Operário, abrigo de velhos, muitas coisas. E, naquele tempo, a igreja não tinha esses ganhos, estava em dificuldade mesmo. A irmã dele era minha cliente e eu disse: “Quero comprar o jornal.” Nem precisava, podia botar outro nome, mas era para dar dois salários mínimos para que ele vivesse com dignidade o final, mas isso ajuda. Eu já era Deputado, era um médico muito famoso. Naquele tempo não eram essas tabelas miseráveis do INPS, não; se ganhava bem, com dignidade. E com o propósito, depois, de fazer a sepultura dele, um homem que merecia.

Aí, depois de Deputado, eu fui Prefeito. Arruda, eu vi que esse rolo não dava certo. O meu jornal e a prefeitura? Não dava certo. Então eu me desfiz daquelas máquinas velhas, das letrinhas, aquele negócio. Mas eu dirigi, eu e a minha Adalgisa. É complicado. Eu era médico, não precisava disso. Eu tinha uma coluna: “A Política Maior”. Eu não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa, terceira franciscana. Ela tem um livro publicado: **A Vida, um Hino de Amor**. Esse paramento do Senador Pedro Simon a mim é pela minha mãe – são terceiros franciscanos.

Fui buscar até Henry Ford, que disse que qualquer empreendimento dava certo. Um jornalista perguntou a ele: “E se tocarem fogo na sua fábrica e você ficar pobre?” Ele respondeu: “Não tenho medo. Vou ouvir

outra necessidade da comunidade e vou fabricá-la com os seguintes princípios: maior quantidade, menor tempo e menor custo.” Por isso os carros dele eram todos pretos.

Inácio, fiz, com a minha Adalgisa, a minha mulher, o jornal funcionar, seguindo... Eu, médico-cirurgião, para testar. É difícil manter um jornal, meus amigos! Olhem os heróis! Não tinha lucro. E era preto, porque é mais barata a tinta preta. Então, são heróis todos esses que mantêm. Nós já vimos muitos falirem.

Quando estudava no Rio de Janeiro, eu lia, porque era mais barato – era médico residente – **A Notícia**. Havia **O Dia**, do Chagas Freitas e, a uma hora, saía **A Notícia**. Era pequenininha. Era bem mais barato. Aquilo, no fim do mês, para um médico residente, era uma economia.. Em relação ao **O Globo**, ele era bem mais barato. E tinha o Stanislaw Ponte Preta. Que felicidade ler Stanislaw Ponte Preta depois do almoço! E eu ia ajudar nas operações.

Então, são essas as nossas palavras.

E trago aqui a gratidão do Piauí pelos jornais que tem lá. Na minha cidade, ainda tem um, cujo pai é Mário Gomes Meireles. É difícil, e herói. Os do Piauí, dois empresários grandiosos fizeram jornais modernos: o **Meio Norte**, **Diário do Povo**, e o tradicional **O Dia**, e todos. Fácil ou não, eu admito, porque eu sou do tempo do Rio de Janeiro, com Carlos Lacerda, de Raul Brunini. Como é o nome daquele da pena de morte? Amaral Neto. Eu precisei aqui da ajuda do nosso Maurício “doce” para lembrar. Amaral Neto. Eu me lembro como se fazia a imprensa às nove horas da noite: Raul Brunini apresenta Carlos Lacerda. E o meu pai ouvindo o rádio. Aí o Getúlio, depois de ouvir aquele discurso: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Um mar de lama?” Afonso Arinos. Por isso, esta tribuna é forte. Quem ouviu aquele discurso... Você já ouviu, Inácio Arruda? Mas não vai fazer para ninguém lá no Ceará, não, porque o cabra, depois daquele discurso...

Então, os nossos agradecimentos. E eu quero dizer que nos considero instrumentos da democracia. O poder é o povo que trabalha e paga a conta; o poder foi isso que nasceu do povo. A voz do povo é a voz de Deus. O povo diz que a imprensa é o quarto poder. E eu quero dizer que, nos dias de hoje, com a decadência em que estamos, ela é o primeiro poder.

Os parabéns do Piauí à imprensa brasileira! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhores convidados, para coroarmos a nossa homenagem e fazermos mais do que justiça à Associação Brasileira de Imprensa no seu centenário, temos a alegria e a satisfação de conceder a palavra ao presidente da Associação Brasileira

de Imprensa, Sr. Maurício Azêdo, que já foi mais do que confirmado aqui, por sua simpatia e alegria, como Maurício “Doce”.

**O SR. MAURÍCIO AZÊDO** – Ilustre Senador Inácio Arruda, que preside esta sessão, sucedendo a esse notável homem público que é o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Casa, a Associação Brasileira de Imprensa considera-se no dever de fazer um agradecimento especial a V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa de propor esta sessão, também especial, em homenagem ao centenário da nossa Casa. É uma homenagem que nos sensibiliza profundamente, porque, além do brilhante e fundamentado discurso com que V. Ex<sup>a</sup> justificou a sua iniciativa, podemos recolher o brilho das intervenções de outros Senadores que se manifestaram acerca da trajetória da ABI, como o digno e admirado Senador Pedro Simon, a Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Eduardo Suplicy, no aparte com que abrilhantou o discurso de sua colega de partido e de representação, e, por fim, a Senadora Marisa Serrano, que nos ofereceu o depoimento de exaltação à ABI e expôs as suas preocupações em relação aos rumos da coisa pública entre nós e das obrigações que os meios de comunicação têm para com o conjunto da cidadania, a fim de lhe levar aquelas informações que permitam o constante aperfeiçoamento do processo democrático entre nós.

Eu penso, ilustre Senador Inácio Arruda, que devo ser breve nessa manifestação de agradecimento, mas não posso deixar de sublinhar que tanto V. Ex<sup>a</sup> como os demais oradores exaltaram aquilo que é a linha dominante da atuação da ABI nestes 100 anos, que é o seu apreço à liberdade, o seu apostolado em torno da idéia da liberdade e a sua militância, enfrentando desafios, perigos, ameaças e represálias para que a liberdade fosse e seja sempre um bem a cobrir e proteger o conjunto dos brasileiros.

Nós da ABI ficamos muito sensibilizados com o destaque que se dá a esse empenho da Casa em torno da questão da liberdade, que foi erigida pela ABI como divisa das comemorações do seu centenário, por proposta de um companheiro nosso do quadro social da ABI, o jornalista Rodolfo Konder. Erigiu como divisa dessas comemorações essa afirmação que corresponde à nossa trajetória e à nossa passagem pela vida brasileira: ABI – 100 anos de luta pela liberdade.

Além disso, ilustre Senador Inácio Arruda, para nós foi muito confortante verificar que os diferentes Parlamentares que se pronunciaram aqui exaltaram figuras que sobrevivem na nossa memória e na nossa admiração pela contribuição que ofereceram ao jornalismo e à vida nacional. V. Ex<sup>a</sup> teve, inclusive, a iniciativa de nominar, um a um, aqueles jornalistas que



ocuparam a Presidência da ABI desde a sua fundação em 7 de abril de 1908. V. Ex<sup>a</sup> e outros Senadores puseram em relevo a atuação de figuras extraordinárias de que a ABI se orgulha, como Barbosa Lima Sobrinho, que é o patriarca da nossa casa e o patriarca da vida nacional, um brasileiro que merece a nossa admiração e das gerações que nos sucederem pela clareza que ele tinha da vida nacional ao dizer que, no Brasil, há apenas dois partidos: o partido de Silvério dos Reis, o traidor; e o partido de Tiradentes, o lutador pela independência nacional. (Palmas.)

E essa adesão de Barbosa Lima Sobrinho à brasilidade, ao sentimento de defesa da nossa identidade nacional e das nossas riquezas foi expressa também numa outra definição lapidar desse ilustre brasileiro, que dizia: O meu patrão é o Brasil. O ideal é que todos os brasileiros tenham como patrão, tenham a disposição de servir apenas a este senhor, o Brasil e o povo brasileiro.

Quero lembrar também as menções que foram feitas a companheiros que, além de sobreviverem na nossa admiração, sobrevivem também na nossa saudade, como ilustres jornalistas que marcaram a sua presença nesta Casa com o seu talento e a sua devoção à coisa pública, como o Senador Danton Jobim e o Senador Pompeu de Souza, que, por acaso, ou talvez não por acaso, foram os mestres que modelaram o estilo da técnica de fazer jornalismo diário no Brasil a partir dos anos 50, à base das informações e dos ensinamentos que eles recolheram em visita aos Estados Unidos e aos contatos que eles mantiveram com os mais avançados veículos impressos diários dos Estados Unidos.

O Senador Mão Santa, que nos deu um depoimento pontilhado de vivências pessoais, umas dramáticas, outras revestidas de um certo tom de comédia, que ele empresta ao seu talento de orador brilhante, lembrou aqui dois outros jornalistas excepcionais, Evandro Lins e Silva, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, concedeu *habeas corpus*, como lembrou o Senador Mão Santa, a Miguel Arraes, um dos fundadores há 72 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, cujo primeiro estatuto teve, entre seus redatores, esse antigo repórter, esse iniciante repórter que ele era.

E lembrou também o Senador Mão Santa essa figura extraordinária de jornalista, revestido de dotes intelectuais que o levaram, inclusive, à Academia Brasileira de Letras, piauiense, “pi-au-i-en-se”, tal como Evandro Lins e Silva, que é o Carlos Castello Branco, mais competente e admirado cronista e repórter político que o Brasil teve.

Então, Sr. Presidente Inácio Arruda, ilustre Senador Mão Santa, ilustres companheiros e companheiras que assistem a esta Sessão histórica para a ABI, queremos apresentar ao Senador Inácio Arruda o sentimento da nossa gratidão por aquilo que entendemos ser de justiça: a homenagem a uma entidade que tem como devoção na sua trajetória o apreço à liberdade e à luta pela liberdade entre nós.

Muito obrigado, Senador Inácio Arruda! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Srs. Convidados, antes de concluir a nossa sessão de homenagem à Associação Brasileira de Imprensa, registro a presença do Prefeito de Tejuissuoca, terra próxima a Redenção, no Estado do Ceará. Redenção é a terra de Pompeu de Souza, esse grande Senador, grande jornalista. Está aqui conosco o Prefeito Edilardo Eufrásio, acompanhando a nossa sessão.

Quero lembrar dois episódios históricos. Tivemos a fundação da imprensa brasileira no exterior, no exílio. Logo após a Independência ou um pouco antes dela, tivemos a saga do patriarca da Independência, que, assim como o Senador Mão Santa – não sei se para se defender dos outros jornais –, teve que criar e fundar um jornalzinho. Mas o Senador, o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva teve que fundar um jornal para se defender dos ataques virulentos da mídia da época. A liberdade de imprensa pressupõe que todos possam se pronunciar, mas, às vezes, apenas uma pequena parte da população tem o direito de se pronunciar, tem o direito de defender as suas idéias e assacar contra todas posições muitas vezes injustas e inverídicas. E, para buscar a verdade, o Patriarca então teve que fundar o seu jornal para se defender e atacar os seus adversários, que era o que ele fazia.

Outro, lá do Ceará, que virou Deputado Federal, mas era jornalista e advogado, mas ficou renomado no Brasil como escritor e romancista: José de Alencar. Ele teve que fundar cinco jornais. Escrevia em um, mas quando as idéias começavam a se incompatibilizar com as idéias dos donos dos jornais, os proprietários, ele tinha que pedir para sair, porque as idéias não cabiam mais ali. E teve que, ao longo da sua história, fundar mais de cinco jornais para poder defender as suas posições, as suas opiniões, até se transformar, no plenário do Congresso Nacional e mesmo no governo, ainda no Império de D. Pedro II, no inimigo do rei, embora fosse do partido do rei, do Partido Conservador. Mas virou inimigo do rei, porque também as suas idéias não se compatibilizavam mais com a do governo do Imperador Pedro II. Era, portanto, uma luta atroz.

Nos dias atuais também, uma das causas mais importantes da vida política brasileira, que se mantém na ordem do dia – por isso, a existência da ABI se transforma numa necessidade permanente: a causa da liberdade de imprensa. Quer dizer, é garantir a todos os segmentos da sociedade que têm opiniões, muitas vezes distintas umas das outras, o direito de poder se expressar através de órgão de comunicação, do rádio, da televisão, que ainda está nas mãos de poucos; poucos no Brasil têm esse direito.

Então, essa liberdade para ser alcançada precisa de ampla democratização dos meios de comunicação do nosso País. É uma bandeira fortíssima do nosso País: garantir a democratização dos meios de comunicação no Brasil para que a verdade então possa se expressar, confrontando entre as várias idéias e as várias opiniões quais as que mais interessam ao povo brasileiro.

Encerro, meu caro Maurício Azêdo, fazendo um convite público para um acontecimento que marca a história da ABI. A Dr<sup>a</sup> Maria Augusta Tibiriçá, uma médica de 90 anos de idade, mas com um vigor esplendoroso, vai lançar, na segunda-feira, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, um movimento que será denominado Movimento Nacional em Defesa da Amazônia, para que os interesses maiores do povo brasileiro, não só dos que vivem na Amazônia, mas de todo o povo brasileiro, sejam expressos verdadeiramente. Será na segunda-feira, na sede da ABI.

Portanto, a ABI tem essas causas, que são as de todo o povo, de toda a Nação brasileira, que deixamos em suas mãos. A Dr<sup>a</sup>. Augusta é médica, não é jornalista, mas, daqui a pouco, a ABI vai ter que associá-la na Associação Brasileira de Imprensa como uma daquelas que mais marcaram também a vida da ABI.

Meu caro Presidente, quero render mais uma vez as homenagens do Senado Federal a esta importantíssima instituição do povo brasileiro. Disse-nos aqui o Presidente Garibaldi que quem a está homenageando é o povo brasileiro, porque foi o povo brasileiro que recebeu das mãos da ABI bandeiras extraordinárias de luta em defesa dos maiores interesses da nossa Pátria.

Por isso, os nossos parabéns à Associação Brasileira de Imprensa, em seu nome, Maurício Azêdo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendida.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores e demais autoridades presentes, sou jor-

nalista de formação e, por esse motivo, não poderia deixar de prestar minha homenagem ao centenário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A ABI foi criada em 7 de abril de 1908, por Gustavo Lacerda, um socialista convicto, contestador, que vivia da profissão de jornalista.

Seu principal objetivo era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação.

Segundo o próprio Lacerda, a Associação deveria ser um campo neutro em que se pudessem abrigar todos os trabalhadores da imprensa.

Lacerda defendia que os jornais tivessem uma missão social e que funcionassem como cooperativas das quais participassem todos os seus membros.

Numa pequena sala na sobreloja do imóvel onde funcionava a Caixa Beneficente dos Empregados do jornal **O Paiz**, Lacerda se reunia a outros colegas de redação para discutir sobre a instituição de classe que pretendiam fundar.

Durante as primeiras décadas da ABI, a organização se acomodou em espaços alugados, mas nos anos 30 conseguiu sua própria sede.

Gustavo de Lacerda, Mário Galvão e Amorim Júnior foram incumbidos da elaboração do primeiro projeto de estatuto da ABI. A partir daí a história se fez.

A ABI jamais deixou de cumprir os objetivos que a originaram, mas se adaptou ao longo do tempo. Seus estatutos foram ajustados às diversas situações socioeconômicas da indústria jornalística.

Em 1969, um ex-presidente da Casa, Fernando Segismundo, disse:

Além das finalidades fundamentais, a associação deve interpretar o pensamento, as aspirações, os reclamos, a expressão cultural e cívica de nossa imprensa; preservar a dignidade profissional dos jornalistas – e não apenas a de seus sócios; acautelar os interesses da classe; estimular entre os jornalistas o sentimento de defesa do patrimônio cultural e material da Pátria; realçar a atuação da imprensa nos fatos da nossa história; e colaborar em tudo que diga respeito ao desenvolvimento intelectual do País.

Senhoras e senhores, nenhuma democracia forte se faz sem que haja garantia de liberdade de expressão. No Brasil, esse tem sido um desafio histórico.

Qualquer brasileiro com mais de 30 anos já experimentou a sombra de uma ditadura, com liberdades individuais cerceadas e censura aos meios de comunicação.

Em 119 anos de República, o País teve 34 presidentes, dos quais apenas 21 foram eleitos de forma democrática. Ao longo dessa trajetória acidentada, a imprensa foi muitas vezes vítima da truculência dos governos, mas conseguiu sempre ser um agente decisivo para a construção da democracia no Brasil.

A ABI sempre se manifestou publicamente contra todo e qualquer ataque à imprensa ou ato de censura. Isso aconteceu não só em períodos de privação explícita de liberdade de expressão, como na época do regime militar, mas também em períodos que teoricamente seriam democráticos, como o do Governo Lula, que, em 2004, tentou criar o Conselho Federal de Jornalismo, um órgão para controlar a atividade jornalística no Brasil.

Foi fácil verificar, na época, que os significados dos termos fundamentais em relação aos objetivos do Conselho proposto eram induzir um rumo que se sobrepusesse à preferência do praticante, isto é, do jornalista.

Não há como negar que o texto constituiu uma evidente tentativa de se criarem instrumentos para o cerceamento da liberdade de imprensa, do pensamento e da expressão. Estas, a liberdade de imprensa, do pensamento e da expressão, são conquistas inalienáveis numa sociedade democrática.

A ABI posicionou-se contra a criação do Conselho Federal de Jornalismo. A mobilização da sociedade, dos jornalistas e dos meios de comunicação contra o Conselho fez o Governo desistir do projeto.

Na época, o Presidente Lula chamou os jornalistas que não defendiam o Conselho de “covardes”. Mais do que sinais, são evidências de um Governo que tem no

seu interior personagens saudosos dos ensinamentos de Vladimir Lênin:

Por que deveríamos aceitar a liberdade de expressão e de imprensa? Por que deveria um governo, que está fazendo o que acredita estar certo, permitir que o critiquem? Ele não aceitaria a oposição de armas letais. Mas idéias são muito mais fatais que armas.

A liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas a essa atividade.

Por sua própria natureza, exige mobilização constante, vigilância permanente e firme posicionamento diante de fatos que representam ameaça ou que efetivamente a atinjam.

A defesa da liberdade de imprensa certamente contribui para o fortalecimento das instituições democráticas no País.

Esse é um trabalho incessante em favor da sociedade que, por ter direito constitucional à informação, deve defender a imprensa livre e combater a impunidade dos crimes praticados contra profissionais e veículos de comunicação no Brasil.

A ABI deu os rumos da imprensa brasileira, ajudando a chegar no que temos hoje. Como jornalista por formação, presto aqui minha homenagem a este grande órgão, patrimônio do povo brasileiro. Parabéns, ABI!

Sr. Presidente, muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Está encerrada a presente Sessão de Homenagem à Associação Brasileira de Imprensa. (Palmas.)

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 18 minutos.)*

# Ata da 61ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 24 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Gerson Camata, Eduardo Suplicy e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 24/4/2008 07:34:18 até 24/4/2008 20:30:09

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

**Compareceram: 56 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 495 , DE 2008**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 193, de 2008, tendo em vista que foram 36 (trinta e seis) e não 31 (trinta e um) os municípios situados no Bioma Amazônia relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento” e identificados no Anexo da Portaria nº 28, de 24/01/2008, da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

#### **PORTARIA Nº 28, DE 24 DE JANEIRO DE 2008**

Dispõe sobre os Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle o desmatamento ilegal. A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, dispõe:

Art. 1º Esta portaria identifica, no Anexo I, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, a lista de Municípios situados no Bioma Amazônia, selecionados conforme os seguintes critérios:

I – área total de floresta desmatada;

II – área total de floresta desmatada nos últimos três anos; e

III – aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três dos últimos cinco anos.

Art.2º Nos municípios que constam da lista anexa incidirão ações prioritárias relativas à proteção de áreas ameaçadas de degradação e à racionalização do uso do solo, de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal.

Art. 3º Esta lista será atualizada anualmente, com o ingresso de novos municípios, de acordo com o desempenho e a dinâmica de desmatamento verificados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Marina Silva**.

#### **ANEXO I**

#### **LISTA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS NA AMAZÔNIA EM 2008**

AM : Lábrea;

MT: Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix, do Araguaia, Vila Rica;

PA: Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingú, Ulianópolis;

RO: Nova Mamoré, Porto Velho, Machadinho D'Oeste, Pimenta Bueno.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 496, DE 2008**

Tendo sido designada por Vossa Excelência, para participar da Nona Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Montevidéu, Uruguai, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 30 de abril de 2008 para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país entre os dias 27 a 30 de abril de 2008.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senadora **Marisa Serrano**.

#### **REQUERIMENTO Nº 497, DE 2008**

Requeiro, nos termos do art. 40, II, **c**, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão Política e Cultural de interesse parlamentar no exterior”, minha ausência dos trabalhos desta Casa, entre os dias 27 e 28 de abril do corrente ano, quando fui designado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para participar da Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu – Uruguai, conforme cópia do documento que encaminho em anexo.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse período para esse fim.

Sala das sessões, em 24, de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

#### REQUERIMENTO Nº 498, DE 2008.

Requeiro, nos termos do art. 13, do Regimento Interno, seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 24 de abril quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estarei participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Podo Velho, Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

#### REQUERIMENTO Nº 499, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pelo Exmo. Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008, para participar de diligências nos dias 23 a 25 do corrente mês, no Estado de Rondônia, em visita aos Municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis (Ponta de Abunã) e Vilhena, em conjunto com a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § P, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Gilberto Goellner**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 22, de 2008** (nº 103/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federa-

ção, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Aviso nº 23, de 2008** (nº 33/2008, na origem), informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, referentes ao 1º trimestre de 2008.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.PRES Nº 1/2008-CRA

Brasília, 23 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a designação do Senador Gilberto Goellner (DEM-MT), para compor como titular, vaga destinada ao Democratas, na Subcomissão Permanente de Biocombustíveis – CRA-BIO,

Atenciosamente, – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2008

**Acrescenta o artigo 183-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estipular a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 183-A. Nos crimes contra o patrimônio, a reparação do dano é condição indispensável para o oferecimento de transação



penal, suspensão do processo, progressão do regime ou concessão de qualquer benefício na execução penal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Condicionar a concessão de benefícios legais à prévia reparação do dano é instrumento inovador para se desestimular a prática criminosa. É sabido que muitas quadrilhas cometem crimes e usam o dinheiro fruto da prática criminosa para, entre outras coisas, pagar honorários advocatícios. Não há na legislação penal brasileira, no momento presente, necessidade efetiva de reparação do dano com condição para obtenção dos benefícios legais indicados.

A lucratividade é uma das maiores responsáveis pela perpetuação do mercado de crimes. Controle mais rigoroso dos frutos econômicos da atividade ilícita é a tendência observada no direito comparado para o combate mais efetivo ao crime organizado.

Essas as razões que embasam a inserção do art. 183-A nas Disposições Gerais do Título II (Dos crimes conta o patrimônio) da Parte Especial do Código Penal.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

### **Código Penal.**

#### **CAPÍTULO VIII**

#### **Disposições Gerais**

Art. 181. É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I – do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II – de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Art. 182. Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:

I – do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II – de irmão, legítimo ou ilegítimo;

III – de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

Art. 183. Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I – se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II – ao estranho que participa do crime;

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2008**

**Altera os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 1/6 o acréscimo ou diminuição da pena base em decorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

#### **“Circunstâncias agravantes**

Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, em até um sexto para cada agravante reconhecida na sentença, respeitados os limites da pena cominada ao crime, quando não constituem ou qualificam o crime:

..... (NR)”

#### **“Agravantes no caso de concurso de pessoas**

Art. 62. A pena será ainda aumentada de até um sexto em relação ao agente que:

..... (NR)”

#### **“Circunstâncias atenuantes**

Art. 65. São circunstâncias que sempre reduzem a pena, em até um sexto, para cada atenuante reconhecida na sentença, respeitados os limites de pena cominada ao crime:

..... (NR)”

“Art. 66. A pena poderá ser ainda diminuída, em até um sexto, em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

O procedimento de quantificação da pena quando presentes circunstâncias genéricas agravantes ou

atenuantes, deixa para o juiz a tarefa de dosar o respectivo agravamento ou atenuação. Isso faz com que situações idênticas sejam sopesadas de diferentes formas pelos diversos magistrados, espalhados pelos estados brasileiros.

Entendo que se deve diminuir esse grau de subjetividade, em homenagem ao princípio da isonomia.

Pela presente proposta, o julgador terá ainda um campo de discricionariedade ao se deparar com alguma circunstância genérica que agrava ou atenua a pena do agente; entretanto, o respectivo aumento ou diminuição ficará limitado até 1/6 da pena base.

Dessa forma, pretende que situações semelhantes não sejam tratadas de forma tão diferente pelos juízes.

Certo da contribuição que a iniciativa proporcionará ao sistema legal-penal brasileiro, conclamo os nobres senadoras e senadores a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Demostenes Torres**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

#### **Código Penal.**

#### **CAPÍTULO III Da Aplicação da Pena**

Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

I – a reincidência; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006).

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003).

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

#### **Agravantes no caso de concurso de pessoas**

Art. 62. A pena será ainda agravada em relação ao agente que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – coage ou induz outrem à execução material do crime; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

IV – executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

#### **Reincidência**

Art. 63. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Art. 64. Para efeito de reincidência: (Redação dada pela Lei nº 7.209 de 11-7-1984)

I – não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – não se consideram os crimes militares próprios e políticos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

#### **Circunstâncias atenuantes**

Art. 65. São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – o desconhecimento da lei; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – ter o agente: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

Art. 66. A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2008

**Altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das certidões de dívida ativa, das duplicatas mercantis e de prestação de serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos tabelionatos a mera instrumentalização delas. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 10-A. Poderá ser protestada a Certidão da Dívida Ativa (CDA) que preencher os requisitos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.”

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido dos se-

guintes inciso IV e § 2º, passando o atual parágrafo único a ser § 1º:

“Art. 2º .....

IV – a apresentação e a distribuição de Certidão de Dívida Ativa (CDA) a protesto independe do pagamento ou de depósito prévio dos emolumentos e de qualquer outra despesa reembolsável, cujos valores serão exigidos do devedor de acordo com a tabela em vigor na data da protocolização do título, de acordo com os seguintes critérios:

a) se protestado o título, por ocasião do pedido de cancelamento do respectivo registro;

b) previamente ao cumprimento da determinação judicial da sustação do protesto, do cancelamento ou dos seus efeitos, ainda que provisória;

c) por ocasião do pagamento do título no tabelionato de protesto;

d) onde houver ofício de registro de distribuição privativo, os valores dos emolumentos devidos pela distribuição do título ou documento de dívida serão cobrados pelo respectivo tabelionato de protesto e repassados ao oficial de registro de distribuição.

.....  
§ 2º A legislação estadual poderá estender, no todo ou em parte, as regras do inciso IV para os demais títulos ou documentos de dívida. (NR)”

Art. 4º Na hipótese de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA), a certidão fiscal negativa somente será concedida caso o devedor comprove o pagamento integral da dívida tributária ou não tributária, com os acréscimos legais e os emolumentos devidos ao tabelião, de acordo com as regras previstas na Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica na hipótese de ordem judicial que determinar a expedição de certidão fiscal negativa ou de certidão positiva com efeito de negativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

É patente que a sociedade brasileira não mais suporta o aumento da já elevada carga tributária. Também é patente que as necessidades da população são crescentes, sendo necessários recursos para o justo atendimento.

Desse modo, muito melhor do que criar novos tributos é cobrar de modo eficaz os tributos já existentes. Diz o ditado: “quando todos pagam, todos pagam menos”.

A presente proposição objetiva aumentar o grau de efetividade da cobrança dos tributos existentes sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. É notório que a Justiça está sobrecarregada, com um volume de processos em montante muito superior à sua capacidade material e humana: faltam recursos, servidores, juízes, prédios, computadores, treinamento, enfim, a Justiça padece dos mesmos males que afligem os demais órgãos estatais.

É, portanto, necessário criar mecanismos alternativos e eficazes para a cobrança dos tributos devidos ao Estado, de modo a ser feita justiça com as pessoas que pagam seus tributos em dia. Essas pessoas pagam muito, exatamente porque muitas outras pessoas deveriam pagar, mas não pagam.

Assim, é proposta alteração da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, para tornar possível o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA).

Embora a Lei nº 9.492, de 1997, não seja explícita no sentido de proibir o protesto da CDA, a jurisprudência dos tribunais entendeu que a CDA não é título passível de ser protestado. Desse modo, a alteração da referida norma é medida necessária.

Proponho, também, a alteração da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, que estabelece as normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Referida norma é omissa quanto ao pagamento dos emolumentos devidos ao notário e ao registrador, o que tem sido objeto de legislação estadual.

No caso, proponho que, para a CDA, a regra seja o pagamento ao final, explicitando que a legislação estadual poderá estendê-la para os demais títulos ou documentos de dívida. Essa opção partiu da experiência bem sucedida da Lei nº 10.710, de 29 de dezembro de 2000, do Estado de São Paulo, que adotou essa sistemática para os títulos e documentos de dívida em geral.

O protesto de título é largamente utilizado pelos credores privados como forma de coagir o devedor de título executivo ao pagamento do valor devido. Esse meio de cobrança é vantajoso, por ser rápido, ter alto grau de eficácia e dispensar a intervenção do abarrotado Poder Judiciário.

Hoje existe uma situação, no mínimo, esdrúxula: se alguém deixa de pagar uma dívida de natureza privada materializada em um título (ex.: cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata etc.), está sujeito ao protesto; porém, se a dívida é de natureza pública, materializada na COA, não é possível o protesto do título.

Com a inovação trazida pelo presente projeto, ao credor privado, além da possibilidade de propor a execução judicial do seu título, é facultado o protesto dele, mesmo nas hipóteses em que esse protesto é desnecessário para qualquer medida judicial, como forma de coagir o devedor ao cumprimento da obrigação. Mas quando o credor é o Poder Público, somente é possível a execução judicial, cujo grau de efetividade é comprovadamente baixo.

Portanto, o que se propõe não é dar ao fisco uma vantagem adicional, mas apenas lhe conceder o mesmo instrumento de que dispõe o particular para o recebimento dos créditos materializados em título executivo: o protesto.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Demostenes Torres**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

##### **Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.**

.....  
Art. 8º Os títulos e documentos de dívida serão recepcionados, distribuídos e entregues na mesma data aos tabelionatos de protesto, obedecidos os critérios de quantidade e qualidade.

Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das duplicatas mercantis e de prestação de serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas.

.....  
Art. 10. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.

§ 1º Constarão obrigatoriamente do registro do protesto a descrição do documento e sua tradução.

§ 2º Em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.

§ 3º Tratando-se de títulos ou documentos de dívidas emitidos no Brasil, em moeda estrangeira, cuidará o tabelião de observar as disposições do Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e legislação complementar ou superveniente.



LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

### Mensagem de Veto nº 2.113

**Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras:

I – os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País;

II – os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato;

III – os atos específicos de cada serviço serão classificados em:

a) atos relativos a situações jurídicas, sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região;

b) atos relativos a situações jurídicas, com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.

Parágrafo único. Nos casos em que, por força de lei, devam ser utilizados valores decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, estes serão os valores considerados para os fins do disposto na alínea b do inciso III deste artigo.

*(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2008

**Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade

das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

Art. 2º. O art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 649. ....  
.....

XI – as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a produtor rural, pessoa física ou jurídica, e salvo se forem objeto de penhor para fins de seu próprio financiamento ou quando responderem por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Apresentei esta proposição em 1999 (PLS nº 141/99), que teve uma longa tramitação no Congresso. No Senado, a proposta foi aprovada por unanimidade e com louvor. Na Câmara dos Deputados, ela foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação, onde teve uma tramitação no mínimo inusitada: o projeto recebeu dois relatórios, do mesmo Relator e em menos de um ano, e, o mais entra, utilizando exatamente os mesmos argumentos, o primeiro Parecer concluiu pela aprovação e o segundo, que foi por fim o acatado, clamava pela rejeição.

Como consequência, em todo o país, uma infinidade de pessoas tem buscado no Judiciário a proteção a direitos que consideraram ofendidos. De profissionais liberais a vendedores autônomos, cada qual, ante a circunstância de penhora decretada ou iminente, tenta demonstrar a importância de livros, ferramentas, equipamentos diversos e máquinas dos mais variados tipos, para o desempenho de sua atividade profissional ou mesmo para o exercício de profissão já regulamentada em lei.

Desse modo, das varas de primeira instância aos tribunais estaduais e superiores, é farta a jurisprudência a assegurar o fiel cumprimento da Lei. Todavia, até aqui, tais garantias só têm alcançado as atividades profissionais urbanas. Dir-se-á: a lei não chegou ao campo para resguardar os direitos do homem que ali trabalha.

Não são poucas as situações constrangedoras % e a revelarem a falta de sensibilidade de alguns aplicadores do direito, que desconhecem ou fingem não entender o alcance do supra citado dispositivo do Código de Processo Civil. A despeito de jurisprudência favorável no Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a “impenhorabilidade do trator usado pelo produtor rural como ferramenta necessária para o seu

mister profissional" (Processo nº 0046062/1994, Turma 4, Recurso Especial, relator Ministro Salvo Figueiredo Teixeira), continuam os bancos, credores do homem do campo, a promover execuções onde tratores, máquinas e demais implementos agrícolas são penhorados, no mais das vezes com o uso de força policial.

Daí a reapresentação deste projeto de lei que, se aprovado como esperamos, poderá, de vez, colocar

um ponto final nessa questão proporcionando ao produtor rural as condições de desenvolver sua atividade e, conseqüentemente, saldar os seus compromissos, cuja inadimplência, quase sempre, resulta da imprevisibilidade do clima ou da insensatez dos governos."

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

## Legislação citada

### LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 649. São absolutamente impenhoráveis:

I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

II - os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

IV - os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

VI - o seguro de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

VII - os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

IX - os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

X - até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 1º A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 3º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).



**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL 1988**

.....  
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:

.....  
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2007, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofícios que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 272/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica que o PLS 193/2004 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 5.887, de 2005 (nº 193/2004 no Senado Federal), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no Município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.475, de 29 de maio de 2007.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,  
Primeiro Secretário.

Of. nº 273/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 4.839/2005, do Senado Federal (PLS nº 132/2003, na origem), que “Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,  
Primeiro Secretário.

Of. nº 274/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 7.484/2006, do Senado Federal (PLS nº 141/99, na origem), que “Acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas”.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,  
Primeiro Secretário.

OF. nº 275/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica que o PLS 226/2004 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 6.207, de 2005 (nº 226/2004 no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da

Nesta fase, a proposição principal e o Substitutivo que lhe foi aprovado estão sob o crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições.

A matéria tratada pelo projeto de lei em epígrafe e pelo Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor é da esfera de competência da União (art. 22, I, CF) e está compreendida entre as da atribuição do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, e 61CF).

Outrossim, as proposições, no aspecto material, não estão em conflito com quaisquer princípios ou normas constitucionais.

Tampouco elas contrariam Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa e redacional, o projeto de lei original não está a merecer reparos, vez que atende ao estatuído pela Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Por outro lado, o Substitutivo da Comissão de mérito deve ser aperfeiçoado para se adequar àquela Lei Complementar normatizadora.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 6.346, de 2005, bem como do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, este, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2007. – Deputada **Maria Lúcia Cardoso**, Relatora.

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.346, DE 2005

**Acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.**

## EMENDA

Acresça-se ao final do inciso XVII e ao § 5º, ambos do art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º 6.346, de 2005, a expressão (NR).

Sala da Comissão, de 2007. – Deputada **Maria Lúcia Cardoso**, Relatora.

## III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 6.346-A/2005 e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda (apresentada pela Relatora), nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Maria Lúcia Cardoso.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Mendes Ribeiro Filho – Vice-Presidente no exercício da Presidência, Marcelo Itagiba – Vice-Presidente, Antonio Carlos Magalhães Neto, Benedito de Lira, Bonifácio de Andrada, Bruno Araújo, Cândido Vaccarezza, Cezar Schirmer, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Efraim Filho, Felipe Maia, Flávio Dino, Geraldo Pudi, Gerson Peres, Ibsen Pinheiro, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Magela, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Nelson Pellegrino, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Ronaldo Cunha Lima, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Silvinho Peccioli, Vicente Arruda, Vilson Covatti, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Arnaldo Faria de Sá, Beto Albuquerque, Bispo Gê Tenuta, Edmilson Valentim, Fernando Coruja, George Hilton, Gonzaga Patriota, Iriny Lopes, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Couto, Odílio Balbinotti, Ricardo Barros, Ricardo Tripoli, Rubens Otoni, Severiano Alves e Veloso.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2007. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente em exercício

## PROJETO DE LEI Nº 7.484-A, DE 2006

(Do Senado Federal)

PLS Nº 141/99

OFÍCIO Nº 1653/06 (SF)

**Acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, injuridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do de nº 2.802/03, apensado (Relator: Dep. Luiz Couto).**

**Despacho:** À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito E Art. 54, RICD). Apense a Este o PL-2802/2003.



**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

**I – Relatório**

Encontram-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, oriundo do Senado Federal, e o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, de autoria do Deputado Carlos Nader, que àquele foi apensado para fins de tramitação.

O Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, cuida de acrescentar inciso ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, com vistas a dispor que serão impenhoráveis “as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde pertencentes a pessoa física ou empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia à operação financiada ou respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista”.

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, também por meio de acréscimo de um inciso ao aludido artigo, prevê que serão impenhoráveis as “máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde pertencentes a pessoa física ou jurídica produtora rural”, ampliando, pois, o alcance da disposição assecuratória de impenhorabilidade de bens contida no projeto de lei ao qual foi apensado para fins de tramitação.

Por se sujeitarem ambas as proposições em tela à apreciação pelo Plenário desta Câmara dos Deputados, não foi designado prazo no âmbito desta Comissão para oferecimento de emendas à matéria.

É o relatório.

**II – Voto do Relator**

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre ambas as proposições aludidas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os projetos de lei em análise estão compreendidos na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítimas as iniciativas e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nelas versada (Art. 22, inciso I; Art. 48, *caput*, e Art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

Não se vislumbra em seus textos óbices pertinentes aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, tendo sido observadas as normas constitucionais, bem como os princípios e fundamentos do nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa empregada em ambos os projetos de lei em exame, contudo, não se encontra plenamente de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Entre outras irregularidades, observa-se neles a ausência de um artigo inaugural que enuncie o respectivo objeto e o emprego, no âmbito do Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, de cláusula revogatória genérica.

No que diz respeito ao mérito, é de se louvar ambas as iniciativas em exame, cujo conteúdo principal merece indubitavelmente prosperar.

É certo que existem interpretações jurisprudenciais ou doutrinárias que já consideram impenhoráveis os instrumentos e maquinários agrícolas necessários ao exercício da atividade rural, reconhecendo que os mesmos se encontram abrigados no disposto no inciso VI do artigo 649 do Código de Processo Civil, que livra de penhora “as máquinas, os utensílios e os instrumentos necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão”.

Neste sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp. nº 46062-GO, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 20/11/1995, p. 39598):

“Processual civil. CPC, art. 330. Trator. Ferramenta de trabalho. Necessidade. Utilidade. Impenhorabilidade. CPC, art. 649-VI e Lei 8.009/90, art. 1º, parágrafo único.

I – O trator usado pelo produtor rural é ferramenta necessária para o seu mister profissional, sendo impenhorável nos termos do art. 649, VI, CPC.

II – A despeito de ser ferramenta necessária, é o mencionado bem útil ao desempenho da profissão de agricultor, subsumindo-se à norma processual que considera impenhorável não só em decorrência da necessidade mas também pela utilidade do bem.”

Não se trata, contudo, de posicionamento pacífico, dando origem a amplas discussões na seara processual.

Outro diploma legal que poderia incidir na hipótese é a Lei nº 8.009, de 1990, que trata da impenhorabilidade do bem de família. Todavia, entende-se que esta somente impediria a penhora da sede da propriedade rural e dos bens móveis que a guarneçam (art. 1º, parágrafo único), não incidindo sobre os implementos agrícolas. A este respeito, confira-se o seguinte julgado (STJ, REsp. nº 218747-MG, 4ª Turma, Rel. Min. Ruy Pires de Aguiar, DJ 21/02/2000, p. 00133):

“BEM DE FAMÍLIA. Equipamentos agrícolas.

Os bens indicados no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.009/90 são os móveis ou equipamentos que compõem a residência da família e ali se encontram para guarnecer a casa ou permitir que nela seja exercida alguma atividade profissional. Isso não autoriza estender o conceito de bem de família para equipamentos utilizados na exploração econômica de área rural, embora possam ser esses bens protegidos por outra legislação. No caso dos autos, as máquinas penhoradas são de grande porte e certamente não integram o conjunto residencial do executado e da embarcante, ou de sua família, razão pela qual não pode ser acolhida a declaração de imunidade pelo fundamento invocado."

É de se concluir, assim, pela pertinência da alteração legislativa pretendida, a qual parece salutar desde que restrita ao produtor rural (pessoa física ou jurídica) e ressalvadas as hipóteses em que deva responder por dívidas de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária ou naquelas em que o próprio proprietário dá os seus instrumentos agrícolas em garantia real de uma dívida para fins de obtenção de financiamento agrícola (penhor agrícola), como é comum se verificar nas cédulas de crédito rural. Neste último caso, obviamente, os bens devem responder pela inadimplência a exemplo do que já se prevê no âmbito do art. 3º, inciso V, da Lei nº 8.009, de 1990.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 7.484, de 2006, e nº 2.802, de 2003, na forma do substitutivo a eles ora oferecido e cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 2006. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

#### **SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 7.484, DE 2006, E Nº 2.802, DE 2003**

##### **Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

Art. 2º O art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

\*Art. 649. ....  
.....

XI – as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a produtor rural, pessoa física ou jurídica, e salvo se forem objeto de penhor para fins de financiamento agrícola ou quando responderem por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 2006. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

#### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

##### **AO PROJETO DE LEI Nº 7.484, DE 2006 (Apenso PL nº 2802, de 2003)**

#### **I – Relatório**

Encontram-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, oriundo do Senado Federal, e o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, de autoria do Deputado Carlos Nader, que àquele foi apensado para fins de tramitação.

O Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, cuida de acrescentar inciso ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, com vistas a dispor que serão impenhoráveis "as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a pessoa física ou empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia à operação financiada ou respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista".

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, também por meio de acréscimo de um inciso ao aludido artigo, prevê que serão impenhoráveis as "máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a pessoa física ou jurídica produtora rural", ampliando, pois, o alcance da disposição assecuratória de impenhorabilidade de bens contida no projeto de lei ao qual foi apensado para fins de tramitação.

Por se sujeitarem ambas as proposições em tela à apreciação pelo Plenário desta Câmara dos Deputados, não foi designado prazo no âmbito desta Comissão para oferecimento de emendas à matéria.

É o relatório.

#### **II – Voto do Relator**

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre ambas as proposições atizadas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os projetos de lei em análise estão compreendidos na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítimas as iniciativas e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nelas versada (Art. 22, inciso I; Art. 48, *caput*, e Art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

No que toca à juridicidade e ao mérito, entrelanço, ambos os projetos encontram-se prejudicados. Isso porque atualmente o Código de Processo Civil, recentemente reformado pela Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, dispõe de maneira expressa no artigo 649 do CPC, inciso V, que são absolutamente impenhoráveis "os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão;". O novo inciso VIII do mesmo artigo, por sua vez, destaca que a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família."

Completa o artigo 650 do CPC, também acrescentado pela Lei nº 11.382/2006, completa que "podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia."

Desse modo, o escopo dos projetos em comento já está atendido pela legislação em vigor., encontrando-se prejudicada a apreciação de ambos.

Por fim vez, a técnica legislativa empregada os projetos de lei não se encontra plenamente de acordo com os ditames da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998. Entre outras irregularidades, observa-se neles a ausência de um artigo inaugural que enuncie o respectivo objeto e o emprego, no âmbito do Projeto de Lei no 2.802, de 2003, de cláusula revogatória genérica.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e no mérito pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 7.484, de 2006, e 2.802, de 2003.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2007. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, injuridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 7.484/2006 e do de nº 2.802/2003, apensado, nos termos do Parecer, com complementação, do Relator, Deputado Luiz Couto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Mendes Ribeiro Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Marcelo Itagiba – Vice-Presidente, Antonio Carlos Magalhães Neto, Benedito de Lira,

Bonifácio de Andrada, Bruno Araújo, Cândido Vaccarezza, Cezar Schirmer, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Efraim Filho, Felipe Maia, Flávio Dino, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Ibsen Pinheiro, José Eduardo Cardozo, José Genofino, Magela, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Nelson Pellegrino, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Ronaldo Cunha Lima, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Silvinho Peccioli, Vicente Arruda, Vilson Covatti, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Arnaldo Faria de Sá, Beto Albuquerque, Bispo Gê Tenuta, Edmilson Valentim, Fernando Coruja, George Hilton, Gonzaga Patriota, Iriny Lopes, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Couto, Odílio Balbinotti, Ricardo Barros, Ricardo Tripoli, Rubens Otoni, Severiano Alves e Velloso.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2007. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente em exercício

### PROJETO DE LEI Nº 25-A, DE 2007

(Do Sr. Vicentinho)

**Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia/SP; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. CLÁUDIO MAGRÃO).**

**Despacho:** Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

**Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**

### I – Relatório

O presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia – SP, descreve as atividades a serem desenvolvidas pela instituição de ensino superior e estabelece prazo para que o Ministério da Educação adote as providências para a elaboração do Estatuto da Universidade.

A Justificação que acompanha a proposição, apresenta, em síntese, as seguintes razões que motivam a iniciativa:

A localização geográfica entre dois grandes pólos industriais, quais sejam São Paulo e Campinas;



Uma população de aproximadamente 200.000 habitantes;

Um grande contingente de alunos atendidos pela educação básica – ensino fundamental e médio;

A existência, em sua área territorial, de empresas de grande porte tecnológico. Hortolândia é considerada um pólo tecnológico no que diz respeito à tecnologia empresarial de ponta; e

Uma carência de mão-de-obra especializada para atender à demanda das empresas instaladas na região.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Educação e Cultura. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação, em seu aspecto de adequação financeira ou orçamentária, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

## II – Voto do Relator

Nos termos do art. 32, XVIII, alínea "p", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

A proposta do Projeto de Lei nº 25, de 2007, guarda perfeita consonância com o esforço empreendido pelo Poder Executivo, uma vez que amplia o acesso ao ensino superior aos habitantes da região do município de Hortolândia – SP, o que irá contribuir sobremaneira para a melhor capacitação técnica dessa população.

As razões que fundamentam a justificação que acompanha a proposição, por si só, já seriam suficientes para a criação da Instituição de Ensino Superior que se pleiteia. Diante desse cenário, capacitar profissionalmente a população de acordo com o perfil produtivo é medida que se impõe para garantir o desenvolvimento científico, econômico e social da região.

Não há dúvidas que a pretensão da presente proposição é relevante e significativa para o desenvolvimento nacional. É de conhecimento universal a importância que a educação formal possui no processo de desenvolvimento científico, econômico e social uma nação. Nesse contexto, a ampliação de oportunidades de acesso ao ensino universitário figura como meta prioritária a ser concretizada, tendo em conta o fortalecimento da economia nacional e da competitividade do parque industrial brasileiro.

Embora não seja da competência desta Comissão, cabe registrar a possibilidade de vir a ser ques-

tionada a constitucionalidade da proposição examinada, tendo em vista a reserva de iniciativa legiferante do Presidente da República, prevista no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal, para projetos que disponham sobre a criação de órgãos e entidades públicas.

Diante do exposto, quanto ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2007.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Cláudio Magrão**, Relator.

## III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 25/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cláudio Magrão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Marquizezelli – Presidente, Sabino Castelo Branco e Wilson Braga – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edinho Bez, Gorete Pereira, Mauro Nazif, Paulo Rocha, Roberto Santiago, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho, Carlos Alberto Canuto, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Cláudio Magrão, Eduardo Barbosa, Eduardo Valverde, Iran Barbosa, Nelson Pellegrino e Sebastião Bala Rocha.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2007. – Deputado **Nelson Marquizezelli**, Presidente.

## PROJETO DE LEI Nº 90-A, DE 2007

(Do Sr. Neilton Mulim)

**Inclui um Capítulo V-A, no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, versando sobre garantias dos integrantes da polícia militar e dos corpos de bombeiros militar; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. WILSON BRAGA).**

**Despacho:** Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

**Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**

## I – Relatório

A proposta assegura o pagamento, aos respectivos dependentes, de indenização equivalente ao triplo



da última remuneração devida ao policial ou bombeiro militar que venha a falecer no cumprimento de dever funcional ou em virtude de ação criminosa motivada pela condição de militar.

A Justificação do projeto lembra que, embora o inciso XXI do art. 22 da Constituição Federal atribua à União competência para legislar sobre "*normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares*", o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, estabelece rígidas normas de hierarquia e disciplina, bem como algumas proibições, mas nenhuma garantia em favor dos militares. Nada obstante, muitos Estados contratam seguros para cobrir a hipótese de morte do militar em razão de ato em serviço. Todavia, a despeito de o militar estar obrigado a agir mesmo quando de folga, em tal circunstância o seguro não oferece cobertura, ainda que o óbito venha a ocorrer estritamente em função da condição de militar.

Segundo o Autor, somente estabelecendo uma norma geral poder-se-á superar a deficiência das legislações estaduais.

O prazo regimental de cinco sessões transcorreu sem que fossem apresentadas emendas à proposição.

## II – Voto do Relator

Não está claro se a instituição da indenização aventada se insere no âmbito da competência legislativa da União, prevista no art. 22, XXI, ou na dos Estados, consoante disposto nos arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, X. Entrementes, a este Colegiado cabe apreciar apenas o mérito da proposta e, em tal sentido, não há dúvida.

O Autor do projeto enumera várias situações em que policiais militares, durante suas folgas, são friamente executados por criminosos, seja por tentarem impedir um crime em andamento ou apenas porque os delinquentes tomam conhecimento da condição funcional dos primeiros. Também o dever dos bombeiros, de expor a risco suas próprias vidas para salvar vidas alheias, perdura durante suas folgas. Por conseguinte, o pagamento, em favor dos dependentes, de indenização equivalente a três vezes o valor da remuneração do policial ou bombeiro militar é mais do que justificável.

Nada obstante, o projeto reclama duas pequenas adequações de redação.

O § 2º do art. 20-A, acrescentado ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, contém referência a seguro, em lugar de indenização. A correção devida é promovida pela Emenda nº 1, anexa.

O art. 20-C autoriza a substituição da indenização por seguro com prêmio igual ou maior ao estabelecido

para a indenização. Entendemos que a referência é equivocada, pois o prêmio é a importância paga pelo estipulante à seguradora, e não o valor da indenização devida em caso de sinistro. A Emenda nº 2, anexa, retifica a redação do dispositivo.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 90, de 2007, com a redação determinada pelas duas Emendas anexas, de nossa autoria.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Wilson Braga**, Relator.

### EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 2º do art. 20-A, acrescentado pelo art. 1º do projeto ao Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a seguinte expressão:

"Art. 20-A .....

§ 2º No pagamento da indenização prevista no caput obedecer-se-á à seguinte proporcionalidade:

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Wilson Braga**.

### EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 20-C, acrescentado pelo art. 1º do projeto ao Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a seguinte expressão:

"Art. 20-C Os Estados e o Distrito Federal poderão transferir a seguradoras contratadas a responsabilidade pelo pagamento da indenização prevista no art. 20-A."

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Wilson Braga**.

## III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, o Projeto de Lei nº 90/2007, com emendas, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Wilson Braga.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Marquezelli – Presidente, Sabino Castelo Branco e Wilson Braga – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edinho Bez, Gorete Pereira, Mauro Nazif, Paulo Rocha, Roberto Santiago, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho, Carlos Alberto Canuto, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Cláudio Magrão, Eduardo Barbosa, Eduardo Valverde, Iran Barbosa, Nelson Pellegrino e Sebastião Bala Rocha.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2007. – Deputado **Nelson Marquezelli**, Presidente.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2008**

**Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 6º .....

XXII — os valores recebidos a título de remuneração percebida pelos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, com base em conclusão da medicina especializada. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto no art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

**Justificação**

O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, concede isenção do imposto de renda de pessoas físicas aos proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores de alguns agravos à saúde. Todavia, os agentes públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo não fazem jus ao mesmo benefício.

Isso cria uma situação injusta: se uma pessoa que contraiu a moléstia especificada no mencionado dispositivo já está aposentada, sem trabalhar, recebe o benefício fiscal; se está na ativa, trabalhando, não recebe esse benefício.

Desse modo, a legislação atual incentiva sobremaneira a solicitação de aposentadoria ou de reforma. Com isso, o Estado sofre um duplo prejuízo: embora continue pagando os valores correspondentes à remuneração do servidor, perde sua força de trabalho e é obrigada a lhe conceder o benefício fiscal apontado.

A presente proposição corrige essa situação. Não penaliza as pessoas que, de acordo com a legislação atual, dispõem do benefício, apenas o estende para os agentes públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo que estejam na ativa, de modo a não incentivá-los a ingressar com pedido de aposentadoria ou reforma.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Epitácio Cafeteria.**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.

**Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I – a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado;

II – as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho;

III – o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau;

IV – as indenizações por acidentes de trabalho;

V – a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

VII – os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez

permanente do participante. Redação dada pela Lei nº 9.250, de 1995)

VIII – as contribuições pagas pelos empregadores relativas a programas de previdência privada em favor de seus empregados e dirigentes;

IX – os valores resgatados dos Planos de Poupança e Investimento – PAIT, de que trata o Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986 relativamente à parcela correspondente às contribuições efetuadas pelo participante;

X – as contribuições empresariais a Plano de Poupança e Investimento – PAIT, a que se refere o art. 5º 2º, do Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986;

XI – o pecúlio recebido pelos aposentados que voltam a trabalhar em atividade sujeita ao regime previdenciário, quando dela se afastarem, e pelos trabalhadores que ingressarem nesse regime após completarem sessenta anos de idade, pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao segurado ou a seus dependentes, após sua morte, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975;

XII – as pensões e os proventos concedidos de acordo com os Decretos-Leis, nºs 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946 e Lei nº 2.579 de 23 de agosto de 1955 e art. 30 da Lei nº 4.242 de 17 de julho de 1963 em decorrência de reforma ou falecimento de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira;

XIII – capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, bem como os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

XV – os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da

parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, até o valor de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) R\$.313,69 (mil, trezentos e treze reais e sessenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2007 (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) R\$.1.372,81 (mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), por mês, para o ano-calendário de 2008' (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) R\$.1.434,59 (mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2009' (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) R\$.1.499,15 (mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2010– (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

XVI – o valor dos bens adquiridos por doação ou herança;

XVII – os valores decorrentes de aumento de capital:

a) mediante a incorporação de reservas ou lucros que tenham sido tributados na forma do art. 36 desta Lei;

b) efetuado com observância do disposto no art. 63 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 relativamente aos lucros apurados em períodos-base encerrados anteriormente à vigência desta Lei;

XVIII – a correção monetária de investimentos, calculada aos mesmos índices aprovados para os Bônus do Tesouro Nacional – BTN, e desde que seu pagamento ou crédito ocorra em intervalos não inferiores a trinta dias' (Redação dada pela Lei nº 7.799, de 1989)

XIX – a diferença entre o valor de aplicação e o de resgate de quotas de fundos de aplicações de curto prazo;

XX – ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte.

XXI – os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão. (Incluído pela Lei nº 8.541, de 1992) Vide Lei nº 9.250, de 1995)

.....  
.....

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria a minha inscrição, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável. Fui o primeiro a chegar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito logo após o Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiquei, então, em terceiro lugar, não é isso? Assim, já estou pedindo a minha inscrição.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> tem o terceiro lugar garantido. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Há oradores inscritos.

A primeira oradora inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para registrar um acontecimento fantástico no meu Estado, Mato Grosso. No dia 18 de abril, foram assinados contratos da ordem de R\$240 milhões entre a Prefeitura de Cuiabá, cinco consórcios e duas empreiteiras, que passam os próximos dias a executar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Capital do nosso Estado, Mato Grosso.

Com as obras, Cuiabá terá, para os próximos anos, 100% de água captada e tratada, 100% do esgoto coletado tratado e devolvido ao rio Cuiabá, além de obras de infra-estrutura e urbanização de bairros.

É muito bom, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ver os resultados das políticas projetadas pelo nosso Governo. O Presidente Lula, que no dia 31 de julho do ano passado visitou Cuiabá e motivou a reunião e o congaçamento das principais personalidades

políticas do Estado, independentemente da coloração partidária, anunciou um pacote de R\$574,5 milhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Mato Grosso. Além de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, o Município de Sinop também está sendo contemplado com obras de saneamento e urbanização.

Agora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 2008, depois de importante participação do Ministério Público, por meio da Promotora Ana Cristina Bardusco, que com ação firme fez despencar os preços das obras, ocorreu que no ato de assinatura do PAC, o Prefeito Wilson Santos, do PSDB, fez questão de mais uma vez enaltecer a postura do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Disse o Prefeito que o Presidente Lula não discrimina e está atendendo Cuiabá em seus pleitos, destacando que – e são palavras do Prefeito: “por causa da sua posição, o Presidente sempre será recebido de braços abertos em com o calor comum entre os cuiabanos”. O Prefeito elogiou ainda personagens como a Vereadora Enelinda Scala, bem como a minha participação como Senadora do PT pela concretização desse sonho de todos que vivem em Mato Grosso.

Não esqueço que Lula, acompanhado da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sentiu-se em casa e à vontade, relatando com entusiasmo o significado dos investimentos anunciados, que trarão fortes benefícios, notadamente para as camadas mais pobres da população.

Sr. Presidente, foi emocionante – e já tive a oportunidade de aqui relatar isso – quando Lula lembrou seus vinte anos de idade, quando, no ABC paulista, lutava contra as enchentes, exatamente por falta de esgoto e saneamento. O Presidente lembrou: “foram momentos duríssimos, mas que servem hoje para incentivar a mudança na qualidade de vida da população mais carente”.

Vimos, ali em Cuiabá, o Presidente, oriundo das camadas mais pobres de nossa cidadania, demonstrando o compromisso que tem o seu Governo, o Governo do PT, de alterar a situação de subalternidade em que vive a grande maioria de nosso povo. É um Presidente que veio do meio dos pobres e governa para os pobres. É um Presidente que traduz, nas prioridades de seu Governo, as prioridades do Partido construído pelos trabalhadores do Brasil. É um Presidente que, como operário das grandes montadoras paulistas, viveu nos bairros da periferia de São Paulo, teve sua moradia diversas vezes invadida pelas águas da chuva, sofreu



devido à falta de saneamento e, agora, providencia investimentos urgentes nesse setor para que o povo pobre do Brasil, seja em Mato Grosso, seja em qualquer canto deste País, não tenha que passar pelos mesmos constrangimentos por que passou.

Serão aplicados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em Mato Grosso, recursos substanciais do PAC, sendo R\$238 milhões para Cuiabá, R\$156 milhões para Várzea Grande e R\$127 milhões para Rondonópolis. As cidades se enquadram na primeira etapa do PAC, voltada a municípios com população superior a 150 mil habitantes.

Devo ressaltar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a importância da presença de Lula em Cuiabá – e a história já registrou –, tanto que o Prefeito Wilson Santos, do PSDB, declarou que “Nenhum Presidente da República jamais levou tanto recurso para Cuiabá como o Governo do Presidente Lula” – palavras do prefeito de Cuiabá. Afirmou ainda o prefeito que Lula cuida dos pobres. E, sendo mais enfático ainda, o prefeito disse, Senadora Ideli: “Em nome do PSDB, quero dizer, Presidente Lula, que o senhor é o Presidente que mais trouxe dinheiro na história de 300 anos de Cuiabá”. Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis terão disponíveis os recursos do PAC até o final de agosto, recursos que permanecerão livres de contingenciamento.

As obras de saneamento prometem promover um novo desenho na infra-estrutura urbana e no quadro social dos três maiores municípios do Estado: Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. A assinatura dos contratos foi um verdadeiro presente para nossa capital, que completou, no último dia 8 de abril, 289 anos e mais uma vez confirmou o compromisso do Presidente Lula, o compromisso do governo do PT, de priorizar o atendimento às classes pobres da nossa população para que possamos um dia viver num país sem pobreza e sem miséria. Lula faz questão de ressaltar que PAC não é programa do Presidente, mas sim um programa para o País, para as próximas gerações.

Sr. Presidente, quero enfatizar aqui que Cuiabá tem hoje apenas 19% de suas habitações com saneamento básico. Todavia, a partir do desenvolvimento desse grande projeto de saneamento básico, lançado há pouco tempo pelo Presidente Lula, com as obras já em execução, teremos, ao final, 100% da nossa capital de Mato Grosso contemplada com saneamento básico. Teremos 100% das moradias da capital mato-grossense com saneamento básico, assim como teremos praticamente 100% das moradias da cidade de Rondonópolis e 90% da cidade de Várzea Grande com saneamento básico.

Saneamento básico, sabemos todos, é uma obra difícil, pois fica escondida debaixo da terra. Nem todos os governantes gostam de fazer saneamento básico, mas é uma obra decisiva e determinante para a saúde da população, especialmente para as nossas crianças. Saneamento básico é fundamental! A existência de saneamento básico, de água tratada, é fundamental para a saúde da população.

Por isso, o nosso Mato Grosso se sente realmente presenteado, contemplado com essa decisão do Presidente Lula, absolutamente independente da coloração partidária, porque, das quatro prefeituras contempladas com o grande programa de saneamento básico do Presidente, apenas uma é de um partido da Base do Governo. Algumas pessoas, de vez em quando, dizem: “Contemplou as prefeituras do Partido do Presidente”. Não; lá em Mato Grosso não foi assim. Das quatro maiores prefeituras contempladas com recursos do PAC para saneamento básico, água tratada etc., três são de partidos que fazem oposição ao Governo do Presidente Lula. Apenas uma é de um partido da Base do Governo.

Portanto, isso deixa bem clara a vontade e a determinação do Presidente Lula de promover políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população como um todo, em especial da população mais carente, a mais despossuída, a que mais precisa de infra-estrutura, a que mais precisa de políticas públicas.

Após esta minha fala – e o meu tempo já está terminando –, eu gostaria de registrar desta tribuna uma cerimônia a que eu assisti no final de semana que passou, no chamado Clube Feminino, um clube histórico na nossa capital mato-grossense. Lá se realizou uma solenidade que reputo da maior importância para a cultura mato-grossense, especialmente a cuiabana, que foi a moção de aplauso a todos os cantores e compositores do rasqueado cuiabano.

Lá estava a nossa querida vereadora, Prof<sup>a</sup> Enelinda Scala, hoje Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores. Ela conseguiu aglutinar ali praticamente todos os cantores e compositores do rasqueado cuiabano, em uma homenagem extremamente justa, por meio dessa moção de aplauso. Lá estavam patrimônios vivos da maior envergadura do nosso Estado, Mato Grosso, como o Prof<sup>o</sup> Aecim Tocantins, memorável figura, que tem realmente uma história em Mato Grosso, e deixa a todos que lá vivem lisonjeados. Estavam lá o Oficial da Reserva do Exército, o Sr<sup>o</sup> Adriano, com 88 anos, uma pessoa da maior envergadura; Moisés Martins, Secretário Adjunto da Cultura do Município de Cuiabá.

Moisés Martins está sempre envolvido na questão da cultura mato-grossense; com a maior determinação; Janete, a Presidenta da Associação. Enfim, estavam todos lá, reverenciando o rasqueado cuiabano, raiz profunda da cultura cuiabana. Lá estava João Elói, que trouxe essa reivindicação à Vereadora Enelinda; lá estavam Vera e Zuleica, autoras do primeiro livro que relata toda a história do rasqueado cuiabano e suas origens.

Ao homenagear João Elói, Vera, Zuleica, quero homenagear todos, homens e mulheres, que participam da construção da cultura cuiabana. Precisamos conhecer as nossas raízes e, conhecendo-as, seremos capazes de compreender e transformar uma sociedade no caminho que acreditamos, gostamos e queremos que ela avance.

A história tem de ser reverenciada, e esta forma de reverenciar, nas suas origens, o rasqueado cuiabano devemos a essa moção de aplauso que a nossa querida vereadora Enelinda Scala fez a todos os cantores e compositores da nossa Cuiabá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex<sup>a</sup> o estrito cumprimento do tempo regimental, colaborando com o bom andamento da sessão.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senadora Ideli Salvatti, antes de conceder a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>, a Presidência gostaria de comunicar a presença, em nosso plenário, do Senador da República da Jamaica, Basil Waite, um jovem Senador que foi líder e fundador da juventude do Partido Nacional do Povo. Líder estudantil na Universidade de Harvard, é professor universitário na Jamaica e, com muita honra, visita o nosso Senado, acompanhado do Senador Eduardo Suplicy.

O Senado brasileiro o acolhe com muita alegria e com muita satisfação. É a primeira visita que S. Ex<sup>a</sup> faz a Brasília.

Senador Basil Waite, o Brasil o acolhe com muita satisfação, exaltando os laços de amizade que unem o Brasil à Jamaica já há tanto tempo. Sua presença ilustra esta sessão, nesta tarde, no Senado Federal. Esperamos que V. Ex<sup>a</sup> venha mais vezes ao Brasil, pois dará sempre muito prazer e muita alegria para nós.

Senadora Ideli Salvatti, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu

queria, da mesma forma, saudar o nosso colega jamaicano, desejar que ele seja muito bem acolhido aqui no nosso Brasil e volte sempre.

Eu queria apenas fazer um rápido registro, Sr. Presidente, porque, nós, que participamos da Frente em Defesa da Livre Orientação Sexual, só poderíamos comemorar talvez uma das primeiras convenções coletivas, na qual o direito dos dependentes da união estável entre o mesmo sexo é reconhecido.

No dia de ontem, os trabalhadores farmacêuticos assinaram uma das primeiras convenções coletivas do País que recomenda às empresas do setor estender benefícios sociais e direitos trabalhistas para companheiros e dependentes de pessoas que têm união estável do mesmo sexo.

É um avanço da sociedade, enquanto a gente não consegue, infelizmente, ainda aqui no Congresso fazer avançar na própria legislação.

Era isso, então, que eu queria deixar registrado. Saúdo os trabalhadores farmacêuticos por esse avanço, que, com certeza, como diz o próprio Dieese, deverá repercutir e se estender provavelmente para outras categorias, como uma iniciativa pioneira e que deve ser aplaudida.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência participa da comunicação de V. Ex<sup>a</sup> por esse importante acontecimento.

O próximo orador inscrito, que fez a sua inscrição para uma comunicação inadiável, é S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Mão Santa, pelo tempo regimental de cinco minutos.

A seguir, por permuta com o Senador Sérgio Zambiasi, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

Senador Mão Santa, tempo regimental de cinco minutos para V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Camata, que preside esta sessão de 24 de abril, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação, o Brasil está assim. Vou trazer cinco notícias: uma boa, para começar, e quatro ruins, porque vivemos o Governo do PT, que é de muita propaganda, muita mentira, muito cacarejamento e muita enganação. A notícia boa...

V. Ex<sup>a</sup> foi Governador do Estado. Tive a felicidade de criar 78 novas cidades no Piauí; povoados transformados em cidades. Não fui eu o idealizador disso, não. Eu sucedi um extraordinário homem público, que foi

Senador, Freitas Neto, que começara esse programa. Ele pegou o Piauí com 115 cidades e criou 30: 145.

Eu era prefeito. A minha cidade deu dois filhotes. É bom princípio. E eu vi que era bom. E continuei. Peguei o bonde andando. Quer dizer, estou sendo justo. Mas, Camata, V. Ex<sup>a</sup>, que foi Governador, pegar povoado e transformar em cidade é uma mudança.

“O essencial é invisível aos olhos”. Antoine de Saint-Exupéry. Além do que você vê numa cidade, num povoado: avenidas, praças para namorar, mercado para comercializar, cadeia para botar ordem, escola para educar, hospital para a saúde; o essencial é invisível aos olhos; é a gente. É transformarmos aquela gente de povoado rural, desprezada, esquecida, em novos líderes: vereadores, prefeitos, vice-prefeitos.

Camata, hoje eu vejo. Os prefeitos dessas pequenas cidades se transformaram em prefeitos da capital, da cidade mãe, para me entenderem. Muitos. Que felicidade! É uma transformação, porque mexe com aquilo que é mais importante: o homem. Homens do interior se transformaram em líderes. Então, tem avançado o Piauí. Essa gente é gente boa.

Os prefeitos são dedicados. Mas isso é a vida mesmo. Eu acho a coisa mais interessante, Demóstenes – sei que você é moderno, é do tempo da Internet –, eu acho a maior invenção o avião. E tanto é verdade que quando vemos uma mulher bonita, dizemos: “Lá vai um avião”. O avião é um negócio bom. Mas quando cai um avião, é uma confusão, é um mal-estar no mundo todo. Está vendo, Zambiasi? E assim é o prefeito.

São milhares e milhares e milhares de altruístas administradores, mas, quando um faz um delito, é como o avião: é coisa boa, mas é uma confusão, algemam os pobrezinhos e não-sei-quê, sai em tudo que é jornal. Mas eles são dedicados.

Então eu queria cumprimentar um deles: Raimundo Renato Vicente de Araújo Sousa, Prefeito de São Luís do Piauí, cidade dessas criadas no nosso Governo.

Camata, ele faz um simpósio que começa amanhã. Como eles são dedicados! De aprendizado, com 30 prefeitos de cidades em torno de Picos, que, para nós, é a São Paulo, é uma cidade de trabalho. Então lá os prefeitos vão aprender a estudar, com teste no Tribunal de Contas, com teste no Tribunal Regional Eleitoral, Sr. Presidente, com professores de Administração. Então, isso é muito louvável.

A ele, o Renato Sousa, que preside a Associação de Prefeitos da região de Picos e que também foi Presidente da Câmara de Vereadores, os nossos cumprimentos.

Mas aí a desgraça: um levantamento do Piauí, ô Jarbas, o Piauí é de um cabra lá do PT, o Presidente... 200 mil casas, e o povo sem casa, morando por aí, depois dessas enchentes. Sem casa! V. Ex<sup>a</sup> foi Governador!

Dengue! Dengue é porque é o Rio de Janeiro, mas o Piauí está vivendo uma epidemia, está uma desgraça! Agora, lá, eles são mentirosos; o PT mente, mente, mente, mente. É o Goebbels... Mentira... Então eles não dão os números verdadeiros. Você pode multiplicar os que eles dão por 10, que é a verdade. Dengue não é só no Rio de Janeiro, não; o Piauí está todo assolado pela dengue.

E estrada no cerrado? O cerrado é a última fronteira agrícola. Estão falando em uma produção de alimentos. Onze milhões de hectares. Em um dia só chegaram, Camata, trezentos gaúchos, uma colônia. A Bunge eu levei para lá, imaginando uma transcerrado. Estão ganhando dinheiro com trator para rebocar as carretas.

A saca, que era US\$50, não tem armazém, estão vendendo pela metade. Aí é a produção. Aí a falta de alimentos. Não tem. Estrada do cerrado. Estão ganhando dinheiro, ô Camata. Fotografaram os jornalistas. Lá tem dois jornais de empresários ricos, fortes, o **Diário do Povo** e o **Meio Norte** – graças a Deus, são ricos empresários e são independentes. Fotografia do trator – um meio de vida – rebocando as carretas no cerrado.

E se fala em produção de alimentos. Sem estrada, ô Luiz Inácio? Jarbas, você sabe que Pedro II, em 49 anos, só fez três viagens. Em uma delas, ele foi à Europa, ao Egito e à América e disse: “Isabel, minha filha, estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Depois veio o Presidente Washington Luiz que dizia que “governar é fazer estradas” e o nosso Juscelino, “energia e transporte”. E o Luiz Inácio, não precisa nem buscar, mas deve andar por aí e estudar a vida desses grandes estadistas e Presidentes do País.

O pior – o Tuma ia chorar, porque o Tuma, ô Demóstenes, o Tuma casou, como eu, com uma professora. Naquele tempo, a gente ia buscá-las na Escola Normal. Olha, Jarbas, não deixei nem a Adalgisa terminar. Ela era sorridente, era alegre –: as professoras do Piauí estão em greve, porque ganham menos de um salário mínimo. Isso é uma vergonha. Isso é o Governo do PT no Piauí!

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Isso é o Governo do PT no Piauí!

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo estrito cumprimento ao Regimento Interno.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pediria a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como Líder da Minoria.

A próxima oradora inscrita – e V. Ex<sup>a</sup> falará logo após ela – é a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex<sup>a</sup>, por permuta com o Senador Sérgio Zambiasi, tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

É uma pena que o Senador Arthur Virgílio não esteja esta semana aqui, compartilhando conosco dos trabalhos no Senado. Ele está numa missão internacional, nos Estados Unidos, acompanhando as prévias. Parece que ele foi lá ver como funcionam nos Estados Unidos porque, parece, quer fazer as primárias aqui, no PSDB.

Mas, Senador Camata, eu vou deixar prontinho aqui e eu vou fazer uma dedicatória – já combinei com o Senador Demóstenes. A gente está brincando, mas é algo sério. A Justiça lá em Santa Catarina determinou que o Prefeito de Joinville, que é do PSDB, pague a reforma para mudar os telhados de várias unidades escolares.

Senador Camata, eu vou mostrar para o senhor por que é que tem que mudar. O senhor consegue identificar? O senhor consegue identificar por que tem que mudar o telhado? O telhado é um tucano. É um tucano. É visível. É o olho, o nariz amarelinho. Na reprodução não aparece, mas é azul, amarelo, com o olhinho. É escancarado. É escancarado.

Então, a Justiça mandou o Prefeito arcar com a reforma do telhado das escolas, das várias escolas que foram “tucanadas” lá em Joinville.

Vou fazer aqui minha dedicatória ao Senador Arthur Virgílio. Depois, quando ele chegar, semana que vem, acho que poderemos fazer aquele debate qualificado – como costumamos sempre dizer aqui.

Mas o que me traz à tribuna mesmo é que hoje, pela manhã, estivemos com o Presidente Lula, na reu-

nião do Conselho Político do Governo, com a presença de vários Ministros: Ministro Guido Mantega; Ministro Marinho, da Previdência; Ministro Temporão, da Saúde; e Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Porque, como o Senado aprovou algumas matérias aqui que não têm fonte de sustentação – a Emenda nº 29, a eliminação do fator previdenciário, o reajuste para todos –, para que se implemente aquilo que aprovamos sem garantir a fonte, precisamos ter alternativas.

Os Ministros fizeram a explanação, expuseram toda a situação, e estamos agora com a tarefa de, se tiver que dar continuidade ao que aprovamos aqui juntos – também não podemos jogar esse abacaxi lá para a Câmara, como se fosse responsabilidade deles –, resolvermos aquilo que o Senado fez quando aprovou.

Portanto, ficou muito claro que vamos ter que encontrar uma saída, até porque o Presidente expôs de forma muito clara que ele não cometerá nenhuma irresponsabilidade no sentido de convalidar algo que não tenha sustentação financeira.

Durante a reunião, recebemos uma notícia muito importante, muito positiva do Ministro Guido Mantega: foi concluído todo o processo de negociação do endividamento da agricultura brasileira. Ou seja, tudo foi concluído: todos os Pesa, todos os Procera, todas as dívidas que foram ficando de estiagem, de uma série de situações. E, só para se ter uma idéia da dimensão do que significa reequacionar toda essa dívida, são nada mais nada menos do que 2,8 milhões contratos que estarão sendo reequacionados, renegociados, totalizando o endividamento do setor agrícola brasileiro no montante de R\$76 bilhões.

Portanto, essa negociação foi concluída com a participação das duas Comissões – Comissão de Agricultura da Câmara e a do Senado – e do Ministério da Fazenda; apenas vamos ter que decidir agora se isso virá na forma de projeto de lei ou de medida provisória. Se for como medida provisória, obviamente vai beneficiar de imediato; se for como projeto de lei, aí vai entrar naquelas nossas longas filas. Haverá demora.

E, como tem a ver com a questão agrícola, está chegando aqui a Medida Provisória do Reporto – cujo debate virá para esta Casa, já que foi aprovada na Câmara. Trata-se daquela medida provisória tão importante que prolonga o benefício do sistema portuário brasileiro, desonerando, para a modernização, aperfeiçoamento de equipamento e para reequipamento dos portos brasileiros, de montante tributário tão pesado.

Só para se ter uma idéia, tivemos um importantíssimo investimento particular em Santa Catarina, na



margem esquerda do rio Itajaí. Na margem direita, é o porto público, onde o Governo Federal já investiu mais de R\$100 milhões, e, na outra margem, um investimento privado da ordem de R\$400 milhões, em que a aplicação do Reporto, Senador Gerson Camata, permitiu que o investimento tivesse uma desoneração de quase 6% a 7% do total do investimento. Portanto, valor bastante significativo a desoneração do Reporto. E, nessa questão do Reporto, foram incluídas emendas que poderão vir a flexibilizar uma regra que é constitucional, porque os portos no Brasil, como em todos os lugares do mundo, são públicos; os portos são públicos. Por concessão, permite-se a iniciativa privada atuar, é assim lá em Vitória, ou seja, por concessão, mas o controle é do Governo, do Estado. Inclusive há uma emenda que estou apelidando de uma emenda, assim, um pouco interessante, porque é a emenda do “e/ou”, que pode ter porto público ou privado. E o privado entraria sem pagar qualquer tipo de custo que hoje os portos concessionados são obrigados a pagar e, portanto, entrariam numa concorrência absolutamente desleal.

Por isso, eu gostaria aqui de fazer um registro – e, portanto, peço permissão para fazer tal leitura – de um importante artigo que considero extremamente importante, do José Augusto Valente, que é um especialista nessa questão de logística portuária, modal e intermodal do nosso País. Ele trata exatamente sobre a logística do agronegócio que está sendo utilizado, inclusive, como argumento. Porque quem está defendendo o “e/ou” está dizendo que o agronegócio precisa ter portos mais eficientes. O agronegócio precisa desembarçar sua carga rapidamente. Hoje temos vários portos privativos de empresas do agronegócio que estão em pleno funcionamento. Pode-se continuar tendo dezenas, centenas de portos privativos para escoar a própria carga. Agora, não se pode, com a história de ser privativo, fazer uma competição desleal com os portos públicos.

Farei a leitura do artigo do José Augusto Valente, porque esse debate chegará aqui, não tenho dúvida alguma, e será acalorado:

A matéria “Logística pior tira US\$3,9 bilhões do agronegócio”, publicada na Folha de S.Paulo no dia 07 de abril, mostra dados de um estudo realizado pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), que revela prejuízos de US\$3,88 bilhões causados por problemas no escoamento da produção agrícola, tanto nas exportações quanto na logística interna.

Os problemas de movimentação de cargas do agronegócio, em grande parte, são de responsabilidade dos grandes embarcadores como Bunge, Cargill, Maggi que precisam investir mais em silagem e armazenagem. Existe linha do BNDES (Moderinfra) para isso, mas eles preferem transformar os caminhões em silos ambulantes, o que gerou, no passado, filas indesejáveis nos portos.

Esse discurso da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) tem como objetivo a privatização ampla, geral e irrestrita dos portos, o que é inconstitucional, mas eles acham que não. Além disso, com a proliferação de portos privativos em condições assimétricas de competição com os portos públicos, haveria um dano significativo para o país. Porém, eles se aproveitam do fato de que o governo não enfrenta como devia essa proposta e avançam no seu discurso da ineficiência dos portos públicos.

Há tentativas constantes de alteração do marco regulatório para atender não aos produtores, mas aos armadores que serão os grandes beneficiados com essa medida, ainda que se destrua a logística do país e se criem situações adversas para os pequenos e médios exportadores e importadores. Sobre esse assunto, já escrevi muita coisa, mas sugiro a leitura do artigo do [ex-ministro] Delfim Neto, Deputado Federal do PMDB, atualmente, que foi publicado no Valor Econômico (25/3) [e que traz de forma muito clara o que está em jogo na questão da emenda do e/ou, que estão querendo passar na emenda do Reporto].

O discurso da CNA é falho porque, no atual marco regulatório, não há nenhuma restrição à construção de portos de uso privativo pelos grandes embarcadores. Existem vários nessa situação e outros tantos poderiam ser implantados. Em Porto Velho, por exemplo, há dois terminais desse tipo: um da Cargill e outro da Maggi. Por esses terminais escoam anualmente cerca de 2,5 milhões de toneladas de soja. Então, mais uma vez fica claro que, se há problemas na logística e se eles dizem que há possibilidade de investimentos privados para novos portos visando ao agronegócio, não há problema algum em fazê-lo. Na verdade, o que eles querem é fazer um portinho para escoar

soja e junto um grande porto de contêineres, para atender aos armadores.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informa, em seu site, que o tempo médio de espera total dos navios, em 2007, teve os seguintes valores (bem diferentes dos apresentados na matéria defendendo a abertura dos nossos portos), por grupo/mercadoria: soja = 58 horas; produtos químicos orgânicos = 19 horas; trigo = 9 horas; açúcar = 90 horas.

A maioria dos portos públicos está investindo para aumentar a capacidade de silagem e armazenamento para reduzir tempos. Ninguém está parado. Idem em relação à dragagem, cujo maior problema é solucionar ambientalmente. O problema não é se é gestão ineficiente, mas o que fazer com o material dragado. [este é o grande problema: onde se coloca o material. E o Senador Gerson Camata sabe disso, porque o Porto de Vitória, com certeza, como os portos de Santa Catarina, enfrenta o problema da dragagem, a questão ambiental]. De qualquer forma, contratos de dragagem estão em andamento.

A afirmação final do Luiz Antonio Fayet, consultor logístico da CNA, é interessante por um lado e não verdadeira por outro. É verdade que não tem mais fila de caminhões no acesso ao Porto de Paranaguá e Santos porque, entre outras medidas, é o porto quem está organizando a chegada das cargas e não os embarcadores. Não é verdade que tem filas no mar, mas apenas tempos de espera, suportáveis, como na maioria dos portos em todo o mundo, já que são fruto do acelerado aumento de movimentação de cargas em toda parte.

A solução para redução de tempos e custos – portanto, da eficiência dos portos – está em concentrar a movimentação de contêineres para garantir ganhos de escala, o que não será possível com a pulverização de portos de carga geral containerizada. Para cargas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para encerrar o pronunciamento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É a última linha.

Para cargas de grãos sólidos, o marco regulatório, como dissemos, permite a construção e operação de terminais de uso privativo, desde que seja para carga própria e não para carga de terceiros, que é o que eles desejam.

Eles querem abrir não é para escoar a produção própria; eles querem é abrir a possibilidade de um pequeno escoamento de produção própria e um grande escoamento fazendo competição desleal com os portos públicos.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós temos muito trabalho. Vamos ter muito debate, não tenho nenhuma dúvida. Será de novo um enfrentamento em termos de concepção de papel do Estado, de papel da iniciativa privada e das parcerias possíveis de serem feitas, desde que não percamos mais um fator de soberania. Deter o controle dos portos é fator de soberania. Todos os países do mundo detêm o controle dos seus portos. Não será o Brasil que cometerá a insanidade de, com uma emendinha de “e/ou”, quebrar uma regra que está inclusive estabelecida na nossa Constituição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti, o cumprimento do horário regimental e concede a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo tempo de cinco minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Senadora Ideli Salvatti traz aqui uma decisão da Justiça de Santa Catarina que precisa ser respeitada. Um Prefeito do interior do Estado, da cidade de Joinville, resolveu homenagear seu Partido às custas dos cofres públicos, construindo tucanos em cima de ginásios de esportes e de escolas municipais. A Justiça de Santa Catarina agiu muito bem, Sr. Presidente. Igual presteza esperamos da Justiça Federal em relação, possivelmente, ao caso que aconteceu aqui também, quando estrelas foram construídas no Palácio do Planalto também às custas dos cofres públicos. É preciso lembrar que os adeptos dos partidos podem construir estrelinhas e tucanos à vontade, mas prefeitos, governadores e presidentes da República precisam entender que aquelas casas onde eles vivem não são a casa da mãe Joana.

“Pela estrutura etnológica, caso tivesse acompanhado a loucura nacionalista e racista da Europa, o Brasil deveria ser o país mais dividido, menos pacífico e mais conturbado do mundo” – Stefan Zweig.

Atentai bem, Senador Mão Santa!

O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, mostrou grandeza de estadista no gerenciamento do incidente causado pelas declarações pertinentes do comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre os descaminhos da política indigenista brasileira. Peremptório, com apenas duas palavras – “caso encerrado” – o Dr. Jobim prestou enorme serviço à Nação ao dissipar a sanha revanchista, preparada para fabricar uma crise militar. Em vez de calar o pensamento coerente do General Heleno com os objetivos nacionais, o Ministro da Defesa, ainda que de forma colateral, desligou o microfone dos burocratas dos Direitos Humanos.

Oportunistas, eles tinham acabado de incluir as populações indígenas em seu protocolo de causas insurgentes e estavam prontos para, mais uma vez, colher rentabilidade política na divisão do Brasil. A eles interessa cindir um País historicamente amalgamado na cultura do sincretismo e romper o pacto da tolerância que engrandece e diferencia o nosso projeto de civilização. Ao nos separar em minorias ou nos jogar contra o passado, eles pensam desconstituir o esforço de cinco séculos do povo brasileiro que nos manteve unidos para criar uma classificação étnica e social inaceitável. Primeiro foram as quotas, depois a distribuição generosa de indulgências para marcar quem lutou e quem não lutou contra a ditadura, e agora vem com inopinada paixão pelos povos da floresta. Os direitos humanos no Brasil viraram uma reserva de mercado para organizações não-governamentais e neoburocratas oriundos da Libelu, ambos regidamente remunerados pelo governo do PT e preparados para bagunçar o País, a exemplo do que patrocinou o MST com seu abril vermelho na semana passada.

Por mais que queiram eugenizar o Brasil, os burocratas do etnocentrismo nativista esbarram justamente em nosso DNA. O brasileiro não é branco, índio ou negro, e sim uma formidável mistura de raças realizada com muita alegria desde os primeiros dias de colonização portuguesa, conforme nos ensina o antropólogo Darcy Ribeiro. No começo não havia mulheres brancas e as indígenas foram a matriz do imenso criatório de gente que se tornaram esses trópicos a partir do cunhadismo, que permitia os laços de parentesco dos recém-chegados com as comunidades nativas. Aliás, é famosa a correspondência do padre jesuíta Manoel da

Nóbrega com a metrópole, no sentido de que a coroa enviasse ao Brasil “mulheres órfãs, porque todas se casariam”, além de recomendar que até as prostitutas fossem destinatárias de igual honra. Na inauguração de Brasília, o próprio Darcy Ribeiro fez uma paródia de espetacular poesia da Carta de Pero Vaz de Caminha, em que ressalta a função civilizatória das primeiras mães do Brasil naquela atmosfera quinhentista, a saber: “Andam lânguidas como se bailassem e com tanta graça natural que suponha não haja nesta terra maravilha que a elas se compare”.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que disse de tão exagerador o General Heleno? Rigorosamente nada além da verdade. A política indigenista brasileira é mesmo lastimável e caótica. A Fundação Nacional do Índio (Funai) é uma indústria de enxugamento de gelo, cujo custo em 2007 foi quase o dobro da média nacional dos investimentos da União no último quinquênio do Fundo Nacional de Segurança Pública. Trata-se de um paternalismo antropológico de Estado que custa muito à Nação, posto que os resultados estão distante de promover a emancipação dos povos indígenas. Aliás, interessa muito à Funai manter a dependência para que os gabinetes, os trâmites e as funções organizacionais da sua estrutura burocrática prosperem.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Isso para não mencionar a tolerância com a corrupção.

A pretexto de tirar proveito da própria nulidade, o presidente da Funai, Sr. Márcio Meira, lançou mão de filosofadas naturalistas por ocasião do incidente com o General. Afirmou Meira que “o direito econômico não pode inviabilizar o direito indígena”. Seria apenas o raciocínio próprio de um jurisconsulto de botequim, caso a Funai não fosse absolutamente conivente com todas as formas de atividades ilegais que corrompem os índios brasileiros. Estou a mencionar fatos reais como o envolvimento de sociedades indígenas na produção de drogas ilegais em seus territórios. Lembro ainda o caso da reserva Roosevelt, onde, em 2004, 29 mineradores foram assassinados pelos Cintas-Largas em um conflito usurário dos caciques da tribo com garimpeiros, também fruto de acentuada ilegalidade.

É sabido o envolvimento de lideranças indígenas com o desmatamento da Mata Atlântica, além da co-participação em atividades como a biopirataria e o extrativismo bandido dentro da Amazônia. Sabemos

que há lideranças indígenas que cobram pedágios de mineradoras entre tantas outras atrocidades do direito econômico paralelo que a Funai tolera. Enquanto tudo isso acontece, de um lado, chefes indígenas alcançam os prazeres do capitalismo e, de outro, a imensa maioria das populações indígenas vive à beira da mendicância, sem assistência médica adequada e cada vez mais dissociada de suas culturas tradicionais. O Presidente da Funai está equivocado e tem a companhia do Ministro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Sr. Paulo Vanucci – esse um tolo catedrático – quando nega a emancipação econômica aos povos indígenas.

Tudo porque a burocracia dos direitos humanos, falsos direitos humanos neste caso, se beneficia da embromação. Para eles, é preferível a subsistência das atividades ilegais à regulamentação da economia em territórios demarcados. O caso da atividade mineradora é explícito. A Funai faz um *lobby* sufocante sobre o Congresso Nacional para que o projeto que regula a mineração em áreas indígenas não prospere, Sr. Presidente. Tanto é verdade que há 12 anos a matéria tem a tramitação estagnada. Argumentam que é preciso, primeiro, aprovar a nova lei das sociedades indígenas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa pede a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tinha um tempo de cinco minutos. Talvez não tenha percebido, mas já falou por nove minutos, e há outros oradores aguardando a sua vez de falar. V. Ex<sup>a</sup> terá um minuto, impreterível, para encerrar o seu pronunciamento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Dê-me um pouco mais, Sr. Presidente. Neste caso, nós temos apenas três ou quatro Senadores na Casa. V. Ex<sup>a</sup> poderia ter um pouco mais de condescendência, para que eu pudesse encerrar, uma vez que é um discurso em que eu faço até uma exortação para que este problema seja definitivamente resolvido.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> apenas um pouco mais de tolerância, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa não pode descumprir o Regimento, Excelência. Tem que dar o exemplo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – E tem descumprido com frequência.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não eu.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Eu sou testemunha de Senadores aqui que falam por cerca de três horas, com total conviência da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas não posso descumprir o Regimento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Então, encerro o discurso.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o cumprimento do tempo que lhe foi destinado, mas a Mesa, infelizmente, tem que cumprir o Regimento. Eu não posso descumprir o Regimento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – E vou pedir, quando V. Ex<sup>a</sup> estiver usando da palavra; em outros momentos, vou fiscalizar V. Ex<sup>a</sup>, para que cumpra o Regimento da Casa. E farei isso, e V. Ex<sup>a</sup> sabe que farei.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Agradeço muito que V. Ex<sup>a</sup> me fiscalize. V. Ex<sup>a</sup> vai se frustrar ao me fiscalizar.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Acho que não vou. Vamos ver.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Próximo orador inscrito: Senador Eduardo Suplicy, por cessão do Senador Jayme Campos.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para comunicar que nós estamos encaminhando um voto de louvor, que eu sei que já foi assinado inclusive por V. Ex<sup>a</sup>, pela gestão da Ministra Ellen Gracie à frente do Supremo Tribunal Federal, que eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> para colocar em votação. Mas, antes disso, estou sendo informado que vários Senadores presentes gostariam também de subscrever este voto de louvor. Peço, se for possível, que seja, antes de ser lido, distribuído para que todos possam prestar esta homenagem, a meu ver, tão merecida à Ministra Ellen Gracie.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência solicita à Secretaria da Mesa que faça descer até o Plenário o requerimento do Senador Tasso Jereissati de voto de congratulações à Ministra Ellen Gracie – já está no plenário –, para que possa ser assinado pelos Srs. Senadores presentes.

Embora haja um orador na tribuna, pela ordem, Senador Mão Santa.



**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas associar-me a essa feliz inspiração do Senador Tasso Jereissati.

Ontem nós vimos... É aquilo que Montaigne já disse: “A justiça é o pão de que mais a humanidade precisa”. Ontem, na posse do Presidente do Supremo Tribunal Federal, vimos uma frequência que traduz isso. É como Aristóteles já dizia: “que a coroa da justiça esteja mais alta do que a dos santos e brilhe mais do que a dos reis”. E a Ministra Ellen Gracie simbolizou essa grandeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Na oportunidade da leitura e da votação do requerimento, V. Ex<sup>a</sup> poderá se inscrever para falar.

Com as desculpas ao Senador Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, inúmeros Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras têm aqui feito um apelo para que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia libertem a Senadora Ingrid Betancourt bem como todos aqueles que estão seqüestrados.

Ingrid Betancourt está seqüestrada desde fevereiro de 2002 e, conforme muitos aqui já ressaltaram, se encontra em condições extremamente precárias de saúde.

Então, quero hoje renovar o apelo, já assinado por tantos Senadores, inclusive por todos os presentes, e pela Senadora Kátia Abreu, pela Líder Ideli Salvatti, pelo Senador Mão Santa, pelo Senador Tasso Jereissati, pelo Senador Jarbas Vasconcelos, pelo Senador Pedro Simon e também pelo Senador Gerson Camata. Todos temos apelado pela libertação da Senadora Ingrid Betancourt.

Para dar maior substância ao tema, eu gostaria, hoje, de trazer aqui ao conhecimento de todos alguma coisa do pensamento de Ingrid Betancourt, uma vez que o sociólogo e jornalista Guillermo Solarte Lindo publicou, recentemente, um livro e um artigo.

Numa entrevista publicada pela *Terra Magazine* estão as próprias palavras de Ingrid Betancourt. E eu gostaria, Senador Mão Santa, para que nós todos pudéssemos conhecê-la melhor, de transmitir ao Senado brasileiro o pensamento da Senadora Ingrid Betancourt.

Quero ressaltar que ainda há pouco conversei com o pessoal do gabinete da Senadora Piedad Córdoba, que voltou da Espanha hoje, nesta madrugada, e me informaram os seus auxiliares que, infelizmente,

desde a morte do Sr. Raúl Reyes, ali naquele episódio em que as Forças Armadas da Colômbia adentraram o território do Equador, não tem havido mais diálogo com as FARC. Assim, estão suspensas, congeladas as negociações, seja com o governo francês, seja com o Presidente Hugo Chávez, seja com o Governo Álvaro Uribe. E é importante que sejam retomadas essas negociações.

O Senador Mão Santa há pouco me disse que gostaria até que fôssemos lá, que eu próprio fosse... Então, quero aqui dizer, Senador Mão Santa – e até já o transmiti à Senadora Piedad Córdoba –, que, se avaliarem que eu possa ser útil, disponho-me, sim, a ir à Colômbia ou aonde puder, para auxiliar mais nessa causa, seja em Bogotá, seja na Floresta Amazônica, seja entrando pela fronteira do Brasil-Colômbia ou aonde for. Mas não adiantará ir para lá sem saber onde ou com quem conversar, porque, senão, me perderei na selva, sem utilidade. E o trabalho aqui precisa continuar. Então, se houver alguma indicação precisa de aonde ir ou como colaborar, disponho-me a seguir a sua sugestão.

Mas eis as palavras de Ingrid Betancourt, Senador Gerson Camata:

A política é o exercício que todo ser humano faz quando trata de sonhar um entorno ideal, portanto é um exercício coletivo, histórico, de melhoramento das condições. Creio que os sonhos são o que finalmente moldaram a história do mundo, penso que o mundo chegou onde está precisamente porque existiram homens que o sonharam tal como o conhecemos hoje, não somente no âmbito tecnológico, médico ou de comunicações; mas também no político. Considero que a política é o instrumento para fazer com que esses sonhos históricos se tornem realidade. Meu sonho é a possibilidade de viver em uma Colômbia que está latente, que sinto que vive, mas que se encontra completamente asfixiada e seqüestrada por uma gerência obsoleta, anacrônica, com todas as características dos Séculos XVIII e XIX, apesar de já estarmos no Século XXI. O salto para a reestruturação de nossa sociedade deve ser dado, ou seja, devemos redistribuir o poder em particular.

Sobre Ecologia e humanismo, diz Ingrid Betancourt:

A destruição do planeta implica a destruição do ser humano, ou seja, para salvar o ser

humano e para salvar a história da humanidade, a condição primordial é salvar o planeta. A Colômbia tem uma responsabilidade imensa nessa matéria, porque a primeira potência ecológica neste assunto é a América Latina e, dentro desse bloco ecológico, a Colômbia tem uma missão particular, obviamente pela riqueza que temos no âmbito da biodiversidade: águas, terras, bosques, picos nevados e tudo o que significa a riqueza colombiana. Dentro dessa riqueza também temos uma imensa culpa. Quando falamos de ecologia, estamos falando da ecologia imersa em um sistema que contempla a liberdade de empresa, a liberdade de mercados, ou seja, uma ecologia dentro de um sistema capitalista, mas obviamente uma ecologia que é humanizante e que, de fato, se aproxima mais do reflexo de um novo socialismo, um socialismo capitalista. Portanto, para mim, a ecologia é a bandeira humanista do princípio do milênio.

Manifestando-se “contra o capitalismo ascendente”, diz ela:

Uma coisa é o capitalismo e outra coisa é o neoliberalismo. Esta é uma reflexão que deve ser feita, porque o que está legitimando o neoliberalismo é um capitalismo ascendente que sustenta o consumismo, e o consumismo é a produção do desperdício. O neoliberalismo planetário, ou melhor, as características de uma globalização neoliberal não são democráticas, justamente por levarem implícitas a imposição do mais forte, não existindo para muitos a possibilidade de atuar. A Colômbia tem que buscar, dentro dessa globalização, poder atuar, mas com regras nas quais o sentir democrático se faça valer. A maioria dos povos do mundo, incluindo a Colômbia, está jogando com regras desequilibradas a favor dos países do norte; essas regras devem ser equilibradas. O consenso internacional aponta as estruturas onde se tomam as decisões da globalização, estruturas que devemos começar a reformar. Um planeta onde a metade da população vive com menos de mil dólares por ano e outros, com 14 mil dólares por ano de renda per capita – isso nos está dizendo que aqui há algo que temos de organizar, e acredito que isso deve ser realizado por meio de um processo de democratização das estruturas da sociedade internacional.

Sobre a corrupção na Colômbia, diz Ingrid Betancourt:

Nada do que propusemos tem a possibilidade de ser aplicado dentro de um Estado corrupto. Mas o que é o Estado? O Estado não é nada diferente dos indivíduos que trabalham para ele. O Estado é uma entelêquia, salvo no caso em que se personaliza através de quem o representa: os funcionários, os servidores públicos. Na Colômbia persiste um clientelismo que matou o país, porque nenhuma das decisões foi tomada com o rigor que pode se pressupor de um Estado que funcione em termos de honestidade. Então, qual é a nossa reflexão? Que não vale a pena defender nenhuma tese econômica no país.

Sobre “mudar as estruturas”, diz Ingrid Betancourt que:

Na Colômbia pegamos no pé da história durante cem anos, quero dizer, nos vestimos de uma roupagem retórica, vendemos tudo de bom e de mau, fazendo com que os colombianos acreditassem que estávamos fazendo reformas de estrutura. Nunca fizemos reforma de estrutura, já que temos a mesma estrutura de poder que na colônia, com uma oligarquia fechada na tomada de decisões, uma exclusão sistemática, uma exploração do humilde e relações de poder excessivamente arbitrárias. A Colômbia é um país onde não conseguimos desatar a energia das pessoas para que elas produzam. É um país que não se liberou das correntes de um sistema econômico completamente arcaico. A Colômbia é um país de rendas, não é um país produtivo. É especuladora, é um país onde as coisas se fazem através do tráfego de influência, e não através da competitividade, ou seja, na Colômbia temos que desmascarar as decisões que foram tomadas para poder encará-las e denunciá-las. Por que insistimos tanto no tema da corrupção como prioridade? Porque finalmente nos damos conta de que, há mais de 100 anos, aqueles que vêm gerindo o país puderam esconder todas as suas artimanhas para manter seus privilégios e afogar e asfixiar a Colômbia com discursos progressivos em nível social, quase revolucionários, sem ter tocado as estruturas.

Quanto à visão de Ingrid Betancourt sobre a guerra na Colômbia:

Na Colômbia, com nossa estrutura ainda colonial, o poder político divide os demais poderes. Creio que existe um fator importante, o de fazer uma identificação das estratégias daqueles que não desejam que as coisas mudem. Explico: seria possível dizer que na Colômbia existe uma guerra civil, mas não creio que seja contra os bandos a que estamos acostumados. A guerra se trava entre aqueles que têm o poder do dinheiro, da política, das armas, e os demais cidadãos que são vítimas dos abusos de poder que esses homens cometem. Por que considero que seja preciso desmascarar essas estratégias? Porque, de alguma maneira, na Colômbia, sempre que procuramos realizar uma reforma estrutural que toque o poder, seja político, econômico ou social, imediatamente os meios de comunicação apresentam uma visão de casos, como se estivessem interessados na defesa de uma suposta ordem. E a cada vez que tentamos tocar esse espaço, a cada vez que tentamos resolver esse problema, que é aquilo que está gerando o caos, a violência, o empobrecimento, a falta de oportunidades na Colômbia, nos dizem que vamos causar uma crise econômica, que vamos incentivar e fortalecer a guerrilha.

Sr. Presidente, eu teria aqui mais duas páginas para ler do pensamento de Ingrid Betancourt, mas sei que V. Ex<sup>a</sup>, exigente que foi com o Senador Demóstenes Torres, comigo o será também.

Mas quero, então, reiterar o apelo, que é de todos nós, Senadores, para que as FARC e também o Governo Álvaro Uribe, que inclusive está sendo objeto de investigação, segundo ele próprio reconheceu, a respeito de pessoas muito próximas a ele – até a Presidente do Senado Federal da Colômbia está sendo objeto agora de investigação muito séria de ligações com os grupos paramilitares, ligações as mais diversas... E é importante que, neste momento, essa palavra de Ingrid Betancourt possa ser colocada para toda a América Latina ouvir, que inclusive cheguem a nossa palavra e o nosso apelo ao meio da Floresta Amazônica; que possam os membros das FARC, assim como os membros do Governo do Presidente Álvaro Uribe, chegar ao entendimento, porque isso interessa à humanidade, interessa a todos nós da América Latina, a todos nós que amamos a democracia e a liberdade.

Sr. Presidente, eu gostaria então, já que seria difícil colocar aqui tudo o que a Ingrid Betancourt disse, de requerer que seja transcrita toda sua palavra aqui resumida. Somente, então, o último parágrafo, se me permite V. Ex<sup>a</sup>:

Ingrid e o sacrifício

Sou uma dama de ferro em meu trabalho, mas na verdade sou fruto de minha vida familiar, ou seja, não poderia conduzir minha luta nem exhibir meu radicalismo, nem atuar como atuo se não tivesse o respaldo absoluto não só daqueles com quem divido minha vida, como também o de meus filhos, que são vítimas desse processo. A equação é simples: considero-me uma pessoa muito dura, muito firme, muito batalhadora e esforçada, no âmbito de minha profissão e no âmbito social, mas sou completamente mulher no âmbito familiar, e, portanto, em minha casa os papéis são bastante convencionais. A relação com meus filhos é muito intensa, porque evidentemente nem eu, nem eles poderíamos viver as separações e riscos sem que houvesse uma comunicação mais forte que o normal; existe uma necessidade de comunicação exacerbada, já que são crianças que sofreram e continuam sofrendo muito. A vantagem é que as tomam como sacrifício construtivo.

E aqui pergunta então o sociólogo Antonio Morales Riveira: “Onde está a distância entre as posições políticas de Ingrid e as dos homens que a seqüestraram? Na verdade, elas parecem bem próximas. E, no entanto, ela continua prisioneira”.

Sr. Presidente, quero dizer, com muita franqueza e sinceridade, aos membros das FARC que seqüestraram, que torturaram pessoas, que cometeram atividades com as quais de maneira alguma posso concordar, mas eles são seres humanos e precisam verificar que libertar a Senadora Ingrid Betancourt constitui hoje uma necessidade inelutável. É algo que toda a humanidade espera que aconteça e que ainda ela esteja com vida para que possa logo retornar ao carinho de seus filhos, de seu marido e do povo da Colômbia.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Ingrid Betancourt mantém a palavra

**Antonio Morales Riveira**  
**De Bogotá, Colômbia**

Um mês antes de ser seqüestrada, em fevereiro de 2002, Ingrid Betancourt deu uma entrevista ao sociólogo e jornalista Guillermo Solarte Lindo. Nela, deixou estampado seu pensamento, sua ideologia e suas agudas críticas ao sistema político colombiano.

Tal entrevista não foi publicada na imprensa. Apareceu em um livro do autor, em companhia de outros encontros com diversas mulheres protagonistas da vida nacional. E constitui hoje um elemento importante para medir o pensamento de Ingrid, que segue nas mãos das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc), nas selvas da Colômbia.

Os rumores em torno de sua saúde e provável libertação continuam esta semana, mas não são mais que versões e informações vagas. Nada é certo, exceto o fato de que Ingrid segue no matagal. Quisemos, esta semana, sair da análise e da reflexão sobre o que acontece com ela, porque consideramos que toda a informação é incerta e em não poucas ocasiões manipulada pelo poder e pela própria imprensa. Por isso, apresentamos alguns trechos da entrevista gentilmente cedidos por Guillermo Solarte Lindo a **Terra Magazine**. Desta vez, que Ingrid mesma fale...

## **A política para que os sonhos se tornem realidade**

"A política é o exercício que todo ser humano faz quando trata de sonhar um entorno ideal, portanto é um exercício coletivo, histórico, de melhoramento das condições. Creio que os sonhos são o que finalmente moldaram a história do mundo, penso que o mundo chegou onde está precisamente porque existiram homens que o sonharam tal como o conhecemos hoje, não somente no âmbito tecnológico, médico ou de comunicações; mas também no político. Considero que a política é o instrumento para fazer com que esses sonhos históricos se tornem realidade. Meu sonho é a possibilidade de viver em uma Colômbia que está latente, que sinto que vive, mas que se encontra completamente asfixiada e seqüestrada por uma gerência obsoleta, anacrônica, com todas as características dos séculos XVIII e XIX, apesar de já estarmos no século XXI. O salto para a reestruturação de nossa sociedade deve ser dado, ou seja, devemos redistribuir o poder em particular".

## **Ecologia e humanismo**

"A destruição do planeta implica na destruição do ser humano, ou seja, para salvar o ser humano e para salvar a história da humanidade, a condição primordial é salvar o planeta. A Colômbia tem uma responsabilidade imensa nessa matéria porque a primeira potência ecológica neste assunto é a América Latina, e dentro desse bloco ecológico a Colômbia tem uma missão particular, obviamente pela riqueza que temos no âmbito da biodiversidade: águas, terras, bosques, picos nevados e tudo que significa a riqueza colombiana. Dentro desta riqueza também temos uma imensa culpa. Quando falamos de ecologia, estamos falando da ecologia imersa em um sistema que contempla a liberdade de empresa, a liberdade de mercados, ou seja, uma ecologia dentro de um sistema capitalista, mas obviamente uma ecologia que é humanizante e, que de fato, se aproxima mais do reflexo de um novo



socialismo, a um socialismo capitalista. Portanto, para mim, a ecologia é a bandeira humanista do princípio do milênio".

### **Contra o capitalismo ascendente**

"Uma coisa é o capitalismo e outra coisa é o neoliberalismo. Esta é uma reflexão que deve ser feita, porque o que está legitimando o neoliberalismo é um capitalismo ascendente que sustenta o consumismo, e o consumismo é a produção do desperdício. O neoliberalismo planetário, ou melhor, as características de uma globalização neoliberal, não são democráticas justamente por levarem implícitas a imposição do mais forte, não existindo para muitos a possibilidade de atuar. A Colômbia tem que buscar dentro dessa globalização poder atuar, mas com regras nas quais o sentir democrático se faça valer. A maioria dos povos do mundo, incluindo a Colômbia, está jogando com regras desequilibradas a favor dos países do norte; essas regras devem ser equilibradas. O consenso internacional aponta as estruturas onde se tomam as decisões da globalização, estruturas que devemos começar a reformar. Um planeta onde a metade da população vive com menos de mil dólares por ano e outros com 14 mil dólares por ano de renda per capita -isso nos está dizendo que aqui há algo que temos de organizar, e acredito que isso deva ser realizado por meio de um processo de democratização das estruturas da sociedade internacional".

### **Antes de mais nada, acabar com a corrupção**

"Nada do que propusermos tem a possibilidade de ser aplicado dentro de um Estado corrupto. Mas o que é o Estado? O Estado não é nada diferente dos indivíduos que trabalham para ele. O Estado é uma entelêquia, salvo no caso em que se personaliza através de quem o representa: os funcionários, os servidores públicos. Na Colômbia persiste um clientelismo que matou o país, porque nenhuma das decisões foi tomada com o rigor que pode se pressupor de um Estado que funcione em termos de honestidade. Então, qual é nossa reflexão? Que não vale a pena defender nenhuma tese econômica no país".

### **Mudar as estruturas**

"Na Colômbia pegamos no pé da história durante cem anos, quero dizer, nos vestimos em uma roupagem retórica, vendemos tudo de bom e de mau fazendo com que os colombianos acreditassem que estávamos fazendo reformas de estrutura. Nunca fizemos reformas de estrutura, já que temos a mesma estrutura de poder que na colônia, com uma oligarquia muito fechada na tomada de decisões, uma exclusão sistemática, uma exploração do humilde e relações de poder excessivamente arbitrárias. A Colômbia é um país onde não conseguimos desatar a energia das pessoas para que elas produzam, é um país que não se liberou das correntes de um sistema econômico completamente arcaico. A Colômbia é um país de rendas, não é um país produtivo; é especulador; é um país onde as coisas se fazem através do tráfico de influências e não através da competitividade, ou seja, na Colômbia temos que desmascarar as decisões que foram tomadas para poder encará-las e denunciá-las. Por que insistimos tanto no tema da corrupção como prioridade? Porque finalmente nos damos conta de que há mais de 100 anos aqueles que vêm gerindo o país puderam esconder todas as suas artimanhas para manter seus privilégios e afogar e asfixiar a Colômbia com discursos progressivos em nível social, quase revolucionários, sem ter tocado as estruturas".

### **A visão de Ingrid sobre a guerra na Colômbia**

"Na Colômbia, com nossa estrutura ainda colonial, o poder político divide os demais poderes. Creio que exista um fator importante, o de fazer uma identificação das estratégias daqueles que não desejam que as coisas mudem. Explico: seria possível dizer que na Colômbia existe uma guerra civil, mas não creio que seja contra os bandos a que estamos acostumados. A guerra se trava entre aqueles que têm o poder do dinheiro, da política, das armas, e os demais cidadãos que são vítimas dos abusos de poder que esses homens cometem. Por que considero que seja preciso desmascarar essas estratégias? Porque de alguma maneira, na Colômbia, sempre que procuramos realizar uma reforma estrutural que toque o poder, seja político, econômico ou social, imediatamente os meios de comunicação apresentam uma visão de casos, como se estivessem interessados na defesa de uma suposta ordem. E a cada vez que tentamos tocar esse espaço, a cada vez que tentamos resolver esse problema, que é aquilo que está gerando o caos, a violência, o empobrecimento, a falta de oportunidades na Colômbia, nós dizem que vamos causar uma crise econômica, que vamos incentivar e fortalecer a guerrilha".

### **A oligarquia de sempre**

"Temos uma classe dirigente demasiadamente hábil, que passou dois séculos entrincheirada de maneira inamovível e conseguiu se manter apesar de todos os movimentos históricos, de tudo que houve no mundo. Das idéias novas que surgiram, nenhuma chegou até aqui. Nossa oligarquia sempre soube manobrar para manter os mesmos esquemas de poder, recolhendo e controlando discursos que colocavam em xeque o status colombiano. Os que mais poderiam ser prejudicados pela reforma agrária foram os que mais defenderam que ela fosse violada, tentando primeiro manipulá-la e mais tarde impedindo sua realização. Os que falaram de reformas sindicais na Colômbia foram exatamente aqueles que mais manipularam os direitos dos trabalhadores, deixando-os aos caprichos dos dirigentes de plantão. Ou seja, caímos nas garras de charlatões habilidosos".

### **Imprensa e manipulação**

"Temos um país que está em mãos de pessoas que se beneficiam do sistema, que o orientam: políticos, empresários - não todos, mas aqueles que estão por cima, os que conseguem fazer lobby; também existem líderes sindicais que conseguem tirar partido de seu relacionamento privilegiado com o Estado. Também temos todos os meios de informação, que por serem de propriedade de grupos econômicos dependem, para sobreviver, de seu relacionamento com o Estado. Número grande demais de colombianos, não importa quais sejam suas origens sociais, preferências ideológicas ou causa, em algum momento fazem essa passagem, e passam a fazer parte do grupo daqueles que usufruem de benefícios porque estão próximos ao status quo. Hoje em dia os colombianos se sentam para assistir aos jornais de TV, ouvem um programa de rádio ou lêem os jornais tendo de ler nas entrelinhas, e sabem que aquilo que lhes é dito tem por objetivo levá-los a pensar de certa forma, manipular sua reflexão; disso sabemos todos nós".

### **O Congresso é um mercado**

"Nele, as ações altas são as que permitem dividendos. Pode ser um mercado de valores, no qual as ações que têm mais peso são as que produzem maiores dividendos, e as ações que maiores dividendos propiciam são as econômicas, porque permitem que as pessoas se beneficiem dos lobbies e com isso permitem redistribuição de favores em forma de financiamento de campanhas; e as políticas, porque definem as regras do jogo de acesso ao poder".

**A serpente que devora a si mesma**

"Os hindus dizem que, para limpar a escada, é preciso começar de cima, e isso é fato. Na Colômbia, a problemática local está relacionada aos mesmos fatores que atuam no cenário regional e nacional. Por exemplo, se você visita qualquer cidade, descobrirá que o prefeito está roubando, e que conta com o apoio do senador, por sua vez aliado do presidente. Quando você se dispõe a perguntar, percebe que todas as possibilidades ou mecanismos de controle se fecham, porque o procurador é amigo de tal funcionário, o fiscal é amigo de tal outro, o controlador de ainda outro, e assim por diante".

**Na Colômbia não existe democracia**

"Se temos um capital democrático não é porque realizamos eleições sucessivas, mas sim porque houve pessoas que deram a vida por isso, ao promover a criação de uma resistência. Um ambiente democrático é aquele no qual os cidadãos podem chegar em igualdade de condições a defender seus pensamentos, e na Colômbia não temos um sistema democrático. Para mim, a Colômbia não é uma entidade abstrata; a Colômbia são os colombianos, e portanto a política precisa ser direcionada de forma a melhorar a vida de todos os colombianos. Para expressar a situação em termos bastante humanistas, como líder política meu interesse é facilitar a felicidade dos cidadãos colombianos".

**Legalização das drogas**

"O problema da legalização das drogas é diferente do problema do consumo das drogas. O verdadeiro problema é o comércio da droga, e o debate sobre sua legalização precisa acontecer em âmbito internacional. Acredito que seja importante defender a legalização da droga, e eu o faria em termos políticos. Mas é preciso também deixar bastante claro que esse é um processo de reflexão, e que especificamente, para a Colômbia, devemos conduzi-lo com grande responsabilidade, porque não podemos defender a legalização enquanto continuamos a ser os maiores produtores mundiais de droga. Não podemos ser os porta-vozes da legalização das drogas enquanto tivermos presidentes ou congressistas financiados por elas. Quando estivermos dispostos a permitir que aquilo que ainda não foi contado, e precisa ser contado, seja de fato contado, poderemos levar a juízo as estruturas políticas que estão dominando o país, porque é tudo um jogo de dominós. No dia em que o fizermos, teremos dignidade como país libertado dessas correntes, e poderemos convidar o mundo a contemplar nossa situação, porque enfim o tema da luta contra as drogas será uma forma de defesa da democracia. Todos os violentos são corruptos, por definição. Quando propomos a luta contra a corrupção como parte fundamental de nossos afazeres políticos, estamos propondo um debate sobre o Estado".

**Ingrid e o sacrifício**

"Sou uma dama de ferro em meu trabalho, mas na verdade sou fruto de minha vida familiar, ou seja, não poderia conduzir minha luta, nem exibir meu radicalismo, nem atuar como atuo, se não tivesse o respaldo absoluto não só daqueles com quem divido minha vida como também o de meus filhos, que são vítimas dessa processo. A equação é simples: considero-me uma pessoa muito dura, muito firme, muito batalhadora e esforçada, no âmbito de minha profissão e no âmbito social, mas sou completamente mulher no âmbito familiar, e portanto em minha casa os papéis são bastante convencionais. A relação com meus filhos é muito intensa, porque evidentemente nem eu, nem eles, poderíamos viver as separações e riscos sem que houvesse uma comunicação mais forte que o normal; existe uma necessidade de comunicação exacerbada, já que são crianças que sofreram e continuam sofrendo muito. A vantagem é que as tomam como sacrifício construtivo".

Onde está a distância entre as posições políticas de Ingrid e as dos homens que a seqüestraram? Na verdade, elas parecem bem próximas. E no entanto ela continua prisioneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Suplicy, a Presidência faz eco com o brado de V. Ex<sup>a</sup> pela libertação da nossa colega ex-senadora e candidata a Presidente da República da Colômbia, presa de maneira cruel, durante seis anos, nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, em cumprimento ao Regimento Interno, assuma a Presidência, para que possa ser concedida a palavra a mim e ao Senador Jarbas Vasconcelos, que é o próximo orador inscrito.

*O Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja V. Ex<sup>a</sup> que terei de cumprir o Regimento, como sempre, aliás, tenho feito aqui.

V. Ex<sup>a</sup> falou sobre os problemas do Brasil, aliás, da Colômbia, e vou abordar o problema do Paraguai.

Em 1976, eu era Deputado Federal e o Brasil começou o acordo de Itaipu. Eu fiz um discurso. Naquela época, a maior encrência da América era o Canal do Panamá, construído e administrado pelos Estados Unidos, com muitos problemas políticos, com tentativa de retomada pelo governo do Panamá, pelo presidente da época, e eu me lembro que disse aqui – aliás, disse lá da tribuna da Câmara – o seguinte: o Brasil está criando, com essa usina binacional, um novo canal do Panamá, dessa vez para o Brasil, uma encrência secular e internacional. E eu dizia que o Paraguai não tinha, naquela época, e me parece que até hoje não tem, a personalidade jurídica de país assentado para assinar um acordo que fosse durar 40 anos. E eu fiz uma profecia infelizmente.

Estamos vendo agora que esse novo presidente do Paraguai se elegeu na demagógica renovação do acordo de enfrentamento com o Brasil como o Evo Morales fez. E o Evo Morales invadiu as refinarias da Petrobras, abusou da soberania do Brasil, prendeu funcionários da Petrobras, pagou dez centavos pelas refinarias que a Petrobras gastou bilhões de dólares para montar, desapropriou os postos de gasolina, e a popularidade dele subiu. Agora ele está com as encrências que arranjou lá, porque não tem mais coisas do Brasil para desapropriar. O boliviano se sente bem: enfrentou o Brasil, tomou as refinarias, pensou que teria gasolina de graça. Não tem. Pensaram que teriam muito gás. Não têm, porque não estão investindo o dinheiro que tomaram do Brasil lá nos postos de gás e petróleo.

A mesma coisa vai acontecer com o Paraguai. Tenho certeza. Preparem-se consumidores brasileiros, todo

mundo que tem energia elétrica em casa, nós vamos pagar mais pela energia elétrica para dar mais dinheiro para o Paraguai, para reforçar a demagogia desse ex-bispo, candidato à Presidência, que acaba de se eleger lá.

Mas queria fazer um apelo, Sr. Presidente, ao Governo brasileiro. Já que vai ter de ceder, já que é programático ceder, já que houve apoio do PT ao atual Presidente do Paraguai, eleito recentemente, vamos exigir algo em troca do Paraguai. Que eles fiscalizem os armamentos que vêm para as mãos dos bandidos de São Paulo e do Rio de Janeiro, atravessando o Paraguai com apoio de forças políticas paraguaias.

Será que eles não podem fiscalizar? Será que a polícia do Paraguai, que deixa passar esse armamento, não pode, de uma hora para outra, em troca dessa revisão do Tratado de Itaipu, começar a frear a entrada de armas, inclusive armas para derrubar helicópteros e aviões, que entram pelo Paraguai a rodo e vão para os bandidos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Vitória, de todo o Brasil? Temos de exigir do Presidente do Paraguai que respeite a autonomia e a soberania do Brasil, que não infiltre maconha, que não infiltre cocaína, que tome conta dos seus bandidos e, aliás, que não dê asilo aos bandidos brasileiros, que têm asilo perpétuo e permanente lá para atuar jogando droga, armamento, maconha, contrabando para dentro do Brasil, como está acontecendo hoje. Acredito que, se o Brasil conseguisse algo nesse campo, certamente, Sr. Presidente, valeria a pena até ceder às exigências do novo Presidente do Paraguai.

Na verdade, o que ele está pretendendo é que o Paraguai não pague o investimento feito. Quem investiu para construir Itaipu foi o Brasil. O Paraguai está amortizando a dívida da parte que não investiu. Ele deseja ter soberania sobre a usina, rendimento total da venda da energia da usina, mas, em nenhum momento, participar da construção da usina.

Eu acredito então, Sr. Presidente, que era hora de o Brasil começar a exigir. Por exemplo, há pouco tempo, pegaram o Presidente do Paraguai com um carro roubado em São Paulo. Quer dizer, a estrutura legal do Paraguai, a estrutura política do Paraguai, está imiscuída, interpenetrada pelo crime organizado, que, daquele país, vive às custas de infiltrar armamento, infiltrar droga e infiltrar contrabando no território brasileiro.

Eu acho que qualquer negociação terá que colocar na mesa também a maneira desrespeitosa com que autoridades, governo e polícia do Paraguai tratam os brasileiros.

Cada jovem que morre nos fins de semana nas ruas do Rio de Janeiro, nas favelas do Espírito Santo, em consequência das drogas, cada traficante que é morto, cada policial que é morto, o Paraguai tem um pouco de culpa e um pouco de responsabilidade nisso.



O Brasil tem também que afirmar a sua soberania nesse campo e não pode permitir que continue sendo tratado dessa maneira pelo país vizinho, que nós queremos respeitar, mas queremos também que respeite o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Gerson Camata, acho importante que V. Ex<sup>a</sup> possa colocar que o novo Governo do Presidente Fernando Lugo venha a ter um espírito de cooperação, de respeito com o Brasil e possa colaborar inclusive para que não haja o envio de armas de forma ilegal do Paraguai para o Brasil, ao mesmo tempo em que avalio ser importante que o Governo brasileiro tenha um diálogo fraterno e de muito respeito.

Parece-me que o Presidente Fernando Lugo quer muito ter um procedimento de muita retidão no diálogo, em cooperação com o nosso Governo.

Tem a palavra agora o Senador Jarbas Vasconcelos, em permuta com o Senador Cristovam Buarque, por dez minutos.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sempre acreditei e torci para que o Brasil pudesse viver um bom momento na sua economia, sem que isso excluísse o exercício virtuoso da política.

No início da década de 1970, o País vivia o chamado “milagre econômico”, mas sofria na pele o período mais obscuro da repressão política.

A redemocratização chegou na década de 1980, com o resgate das liberdades individuais e o respeito aos direitos do cidadão, mas a economia patinava na hiperinflação.

Essa falta de sintonia entre política e economia fez com que durante algum tempo especialistas chegassem a duvidar de que o nosso País pudesse conjugar essas duas agendas civilizatórias.

Com o Plano Real, o Brasil deu sinais de que poderia fazer isso, provando que a estabilidade econômica é, sim, compatível com a estabilidade política, demonstrando que a competência no exercício do poder político pode incluir também o desenvolvimento econômico.

Em síntese: o Brasil caminharia a passos largos para se tornar uma democracia no mundo desenvolvido.

Infelizmente, Sr. Presidente, não é isso que podemos vivenciar nos últimos anos. A verdade é que o País acumula resultados positivos na chamada macroeconomia, mas, na política, a marca principal tem sido a da mediocridade.

Nos dicionários da Língua Portuguesa, está escrito que medíocre é aquele que está abaixo da média no que toca a qualidade, originalidade; algo que é

inexpressivo, ordinário, sem expressão ou originalidade; mediano, pobre, banal, passável.

Não é de surpreender que a política, em especial no Parlamento, passe por uma fase de tão baixo respaldo da opinião pública, pois os valores que deveriam nortear a prática política estão completamente desvirtuados.

Mente-se da forma mais descarada, sem qualquer sinal de timidez ou de vergonha. O cinismo e a desfaçatez está se transformando em virtudes anunciadas.

Manipula-se escancaradamente a verdade olhando nos olhos do manipulado. Tamanho desvio não pode resultar em coisa boa.

A mediocridade campeia.

Se o fato é desfavorável ao poderoso de plantão? Muda-se o fato.

Agressores se transformam em agredidos; vítimas, em criminosos.

Assina-se embaixo da máxima nazista de que uma mentira repetida mil vezes se transforma em verdade.

Não há respeito pela história, Senador Mão Santa. Não há respeito pelo que veio antes. Não há respeito pelo que herdamos de bom dos nossos antecessores. É o que existe de mais velho e retrógrado, travestido de novidade. É a preferência pelo jogo do mais esperto, no qual a trapaça é a única forma de vencer.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho o maior respeito pela história de vida do Presidente da República. De identidade com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não guardo apenas o fato de ter nascido em terras de Pernambuco. Vai além disso.

Na década de 1970, estávamos – eu no MDB, ele no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – lutando para que o Brasil voltasse a ser uma democracia. Sua atuação na hoje histórica Greve dos Metalúrgicos do ABC paulista terminou levando-o à prisão. Fui um dos primeiros integrantes da Oposição a visitar Lula, após ser libertado em 1980.

Nove anos depois, em 1989, no segundo turno da eleição presidencial, voltamos a nos encontrar e apoiei sua candidatura.

No entanto, em 2002, quando Lula finalmente venceu a disputa presidencial, eu estava em um palanque oposto, do então ex-Ministro José Serra, hoje Governador de São Paulo.

Como Governador do Estado de Pernambuco, em segundo mandato, entre 2003 e 2006, mantive uma relação de respeito recíproco com o Presidente da República. Quer seja no Recife ou aqui mesmo em Brasília, construímos um diálogo produtivo, que colocava os interesses do nosso Estado e do País acima das divergências partidárias.

Já no primeiro mandato, o Governo Lula dava sinais de que não saberia valorizar as duas agendas: a política e a econômica. Enquanto manteve corretamente os pressupostos macroeconômicos, traçados nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique, o Governo petista se perdeu na hora de negociar a montagem da sua base de apoio no Congresso Nacional.

Esse “atalho” para obter a maioria parlamentar foi o caminho mais curto para o escândalo do “mensalão”, no qual o apoio parlamentar foi comprado como se compra um pacote de manteiga no supermercado.

Mesmo não tendo votado em Lula e no PT, tinha a expectativa de que as coisas pudessem avançar; de que a prática política entrasse na sua nova fase e que a nossa agenda democrática não sofresse solução de continuidade.

O que vimos, Sr. Presidente, foi o pior da política minúscula, da troca de apoio por recursos do Orçamento, por diretorias de empresas estatais. O que vimos foi o aparelhamento da máquina federal e a cooptação notória de entidades da chamada “sociedade civil”.

Os sindicatos, as organizações não-governamentais, ONGs, por exemplo, que deveriam ser a vanguarda da sociedade, foram transformadas em meros instrumentos de manutenção do *statu quo*. Tudo muito bem azeitado pelo repasse de recursos públicos dos “companheiros” encastelados na máquina pública. A manipulação se transformou em regra de comportamento.

Será que é mera coincidência que setores do PT voltem a defender um terceiro mandato para o Presidente da República num momento no qual a imagem da atividade parlamentar está abaixo do nível do mar, quase sem forças para reagir?

Será que é mera coincidência que um grande empresário venha de público afirmar que um terceiro mandato representa a vontade da maioria?

Será que é mera coincidência o Presidente da República barrar a fiscalização da aplicação dos recursos repassados aos sindicatos?

Será que é mera coincidência que um ministro considere normal a montagem de dossiês contra adversários políticos?

Será que é mera coincidência que o sigilo bancário de um simples caseiro, que o sigilo de dados de um ex-Presidente da República e de sua esposa e que o sigilo do descobrimento de um novo campo de petróleo venham à tona como se isso fosse normal?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a mediocridade campeia. Nada, absolutamente nada, é coincidência. É tudo fruto do mesmo caldo medíocre, da cultura do aparelhamento escancarado do Poder Federal.

A lista de desvios ou desvarios é imensa. Precitaria de um dia inteiro para relacioná-los.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por todo esse cenário preocupante, cresce em responsabilidade o papel das forças de Oposição.

A pauta dessa agenda continuísta já está posta, quer seja por meio de uma oportunista re-reeleição, quer seja por meio de um candidato – poste ou não – a ser “ungido” pelo Presidente da República.

Cabe à Oposição deixar claro que democracia e personalismo não combinam. Nunca combinaram. Aí está a História da Humanidade repleta de exemplos de que o messianismo provoca efeitos devastadores sobre o desenvolvimento coletivo de uma sociedade.

Permitam-me transcrever texto de Norberto Bobbio:

“A soberania popular não pode se basear na mera autoridade do número: a maioria é tão arbitrária quanto o arbítrio individual. A soberania não pode ser senão a soberania do direito, de uma ordem jurídica racionalmente organizada, mediando entre liberdade e organização, entre espontaneidade social e poder”.

Para tanto, a Oposição, na minha modesta opinião, precisa se organizar.

Como disse, certa vez, o cantor e compositor pernambucano, desaparecido muito cedo, Chico Science: “*Eu me organizando, posso desorganizar*”.

Não há outro caminho para enfrentar essa máquina que aí está.

Em 2005 e 2006, a Oposição cometeu, de forma recorrente, o erro fatal de subestimar as forças que hoje se encontram unidas no Poder Federal. Se não conversarmos, se não dividirmos missões e responsabilidades, vamos condenar o País a manter essa mesmice que aí está.

Em tempos estranhos como os de hoje, quando as pessoas se digladiam para comprar cuecas usadas de um traficante de drogas, a mediocridade precisa ser combatida diuturnamente como se fosse uma doença contagiosa.

Precisamos, Sr. Presidente, combater o que este Governo tem de pernicioso, seus desvios, seus abusos; precisamos enfrentá-lo com altivez e firmeza quando são agredidas outras instituições da República, o que virou rotina nos últimos meses.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Jarbas, eu queria participar.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Pois não, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> tem uma sensibilidade extraordinária, não é? A lei foi feita para servir o homem, e esse homem está servindo a democracia, que é a maior conquista da humanidade na história política do mundo. Eu queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. Eis aí a diferença: a nossa geração.

Eu estava vendo por que o Suplicy está ali – o Camata foi muito vivo –: pela idade, como está no Regimento. Então, ele nasceu antes de nós. Mas a nossa geração estudou **O Homem Mediocre**, do filósofo argentino José Ingenieros, aquele livro **O Homem Mediocre**. V. Ex<sup>a</sup> sintetizou. Essa geração não estuda. O nosso Presidente – e o exemplo arrasta – disse: “Ler uma página de livro dá uma canseira! É melhor fazer uma hora de esteira”. Nós lemos **O Homem Mediocre**, do filósofo argentino José Ingenieros. Nós aprendemos. Eu devo ter lido três vezes e V. Ex<sup>a</sup> sintetizou. Eis aí, eu recebi um *e-mail*, Suplicy, a mulher brasileira inteligente. V. Ex<sup>a</sup> diz que a ignorância é audaciosa. Mas a sabedoria é coragem; é Jarbas. Ele simboliza essa coragem e foi buscar, com sabedoria, Norberto Bobbio, aquele teórico político italiano que foi senador vitalício por escolha do regime. Ele disse que o mínimo que o povo pode exigir do governo é o direito à segurança, à liberdade e à propriedade. Então, esses dois filósofos citados são suficientes para nos preocuparmos. E V. Ex<sup>a</sup> é homem de luta. V. Ex<sup>a</sup> não é a esperança; é a certeza, porque nos anos 70 V. Ex<sup>a</sup> estava aqui nos autênticos, lançando anticandidatos, inspirando a redemocratização.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Eu lhes agradeço, Sr. Presidente e nobre Senador Mão Santa. Inclusive, aproveito a oportunidade, porque falar em combatividade a V. Ex<sup>a</sup> é falar do óbvio, pois V. Ex<sup>a</sup> utiliza quase diuturnamente esta tribuna para fazer o bom combate. Mas estava faltando ainda uma palavra, senão da Casa, de amigos seus, de integrantes da Bancada da Oposição, para lhe prestar solidariedade pública. V. Ex<sup>a</sup> não se submeteu à chantagem que lhe queriam impor na semana retrasada – faz 15, 20 dias – sobre o seu discurso; manteve-se firme, ativo e não teve receio algum da ameaça de Conselho de Ética. Há muita gente que precisa ser julgado pelo Conselho de Ética, antes de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso que V. Ex<sup>a</sup> se manteve aqui com altivez, com coragem, não arrefeceu seus ânimos e muito menos suas idas à tribuna para condenar aquilo que considera errado por parte do Governo.

Sr. Presidente, fico muito alegre e satisfeito de tê-lo como Presidente neste discurso. É um privilégio ter V. Ex<sup>a</sup>, que sempre dialoga com a Oposição, nesta Casa, presidindo com as suas qualidades – morais, políticas -, que são conhecidas não somente do Senado e em São Paulo, mas no Brasil inteiro.

Vou concluir, Sr. Presidente! Sei que V. Ex<sup>a</sup> não concorda em nada com o meu discurso e que, se tivesse em lugar oposto, estaria contestando!

Esse bom combate, Sr. Presidente, por parte da Oposição – tenho cobrado isto reiteradamente – a imprensa é testemunha: a Oposição tem que se organizar, tem que dividir tarefas. Esse bom combate por

parte da Oposição é essencial para que o País não seja contaminado por essa praga da mediocridade. Não devemos permitir que o comportamento da sociedade brasileira, em especial das novas gerações, seja pautado por esses exemplos nocivos.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer nesta tarde.

Muito obrigado pela sua benevolência!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezados Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> sabe do respeito crescente que tenho tido por V. Ex<sup>a</sup>, por sua combatividade e sua assertividade.

Eu acho muito saudável a conclamação e a exigência que V. Ex<sup>a</sup> tem feito com respeito ao Presidente Lula. Há uma coisa que, de fato, quero expressar, porque me sinto na responsabilidade de fazê-lo. V. Ex<sup>a</sup>, naturalmente, expressou um receio com respeito a isso que é fato.

O Deputado Devanir Ribeiro, o Vice-Presidente José Alencar, entre outros, expressaram que gostariam que o Presidente Lula pudesse até ser reeleito para um terceiro mandato. Mas quero lhe dizer que ouvi do Presidente Lula, e tantas vezes ele tem dito isso publicamente e a nós, Senadores do PT, que, para aperfeiçoamento da democracia, não será adequado um terceiro mandato. Ele recusa essa hipótese. Ele próprio disse à Bancada do PDT que, se o Partido dos Trabalhadores quisesse um terceiro mandato, ele até briga com o PT, rompe com o PT. Ele tem asseverado que não quer, não deseja o terceiro mandato.

Quero lhe dizer que considero o Presidente Lula sincero quando diz isso. Estou de acordo com a análise de V. Ex<sup>a</sup> assim como com a brilhante análise em *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, que pode até parecer de bom senso para um povo que ame muito, que admire muito o seu governante e gostaria de reelegê-lo. Entretanto, será que as desvantagens do sistema de reeleição na democracia não são superiores? Porque como, por vezes, quem tem o comando da máquina acaba utilizando da intriga, dos desvios, da corrupção para atingir o objetivo maior da sua própria reeleição. Então, ele acaba recomendando que não haja reeleição como uma forma de aperfeiçoar a democracia. E eu estou de acordo com aquela análise que tem a ver com a análise que V. Ex<sup>a</sup> hoje fez. Neste ponto eu estou, sim, de acordo: eu não recomendo que haja um terceiro mandato e votei contra o direito de reeleição da primeira vez.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Continuo acreditando nos seus compromissos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, eu gostaria até, Senador Mão Santa, de convidá-lo para presidir a sessão...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas me dê a palavra pela ordem, e eu vou em seguida. São duas ordens. Deixe eu lhe dar duas ordens: pela ordem e eu vou em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita, entretanto, que eu faça a leitura do requerimento do Senador Tasso Jereissati, assinado por V. Ex<sup>a</sup>, pelo Senador Jarbas Vasconcelos e por mim. Os demais presentes, se desejarem, poderão assiná-lo também.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

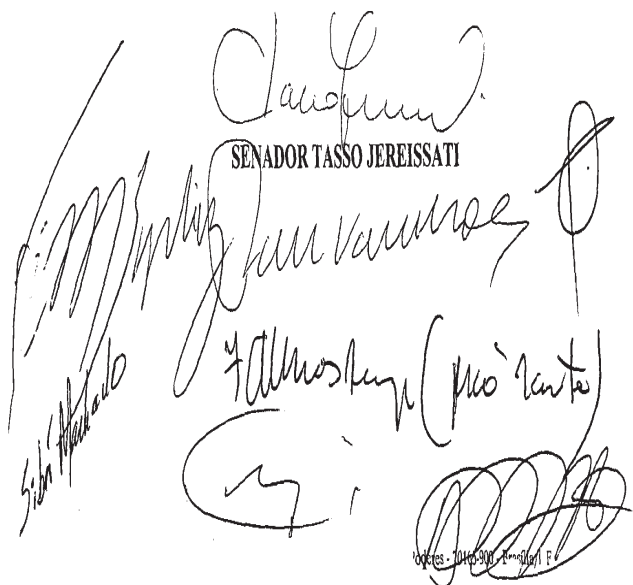
### REQUERIMENTO Nº 500, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal a inserção em ata de Voto de Louvor à Ex<sup>a</sup>. Sra. Ministra Ellen Gracie Northfleet, que hoje encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Com a aprovação deste requerimento, o Senado Brasileiro, rende homenagem a aquela que, além do brilhante desempenho como magistrada, mercê de seu profundo saber jurídico e inafastável compromisso com a justiça, também soube, conduzir nossa mais elevada Corte, sempre pelo Norte do equilíbrio entre os poderes e da defesa das instituições, materializados na sua árdua e diária função de guardiã da Constituição, esteio da democracia e em última instância, fundamento da própria vida em sociedade.

Nossas congratulações à Sua Excelência, com o respeito e a gratidão de todos os brasileiros amantes da justiça, aos quais nos somamos na lavratura do presente requerimento.

Sala das sessões, 24 de abril de 2008.



SENADOR TASSO JEREISSATI

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nossas congratulações a Sua Excelência, com o respeito e a gratidão de todos os brasileiros amantes da Justiça, aos quais nos somamos na lavratura do presente requerimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É sobre o assunto, Senador Sibá Machado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – É sobre o assunto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, queremos parabenizar o Senador Tasso Jereissati, que expressa o sentimento desta Casa.

Queremos nos irmanar ao requerimento e até pedir a V. Ex<sup>a</sup> que, pelo menos simbolicamente, possamos apor nossas assinaturas. Realmente foi um sinal muito bom do Judiciário brasileiro, da democracia brasileira – a questão de gênero, que cada vez mais avança no nosso País – a experiência de ter, na Presidência do Supremo Tribunal Federal, a Dr<sup>a</sup> Ellen Gracie. E, é claro, aproveitamos também para saudar também o novo Presidente, nosso Ministro Gilmar Mendes.

Esperamos que esses sejam os princípios dos três Poderes. O Estado brasileiro, conformado em Executivo, Legislativo e Judiciário, tem a obrigação de encontrar todos os mecanismos possíveis para acelerar nosso País no caminho do desenvolvimento, no equilíbrio da nossa democracia e no exemplo de paz para o mundo.

Portanto Sr. Presidente, espero que, com essas palavras, possamos externar também o sentimento de todos aqueles que não estão neste momento, mas que, com certeza, pensam da mesma maneira que assim expressou, em seu requerimento, o Senador Tasso Jereissati.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Convido, então, todos a assinarem o voto de congratulações. Se os Senadores João Tenório e Augusto Botelho também desejarem assiná-lo, poderão fazê-lo.

Todos nós desejamos cumprimentar, pois muitos de nós testemunhamos ontem a bonita sessão de transmissão da Presidência do Supremo Tribunal Federal da Ministra Ellen Gracie Northfleet para o Ministro Gilmar Mendes, que merece os nossos votos de sucesso.

Então, em votação o requerimento.



As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 501, DE 2008

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert, ocorrido na última segunda-feira dia 21 de abril de 2008. Afonso Emílio era pai de Edson Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Mão Santa, pela ordem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Olha, Presidente, eu queria ver a grandeza deste Senado, que somos todos nós.

O sistema de comunicação funciona tão bem e esta televisão simboliza a verdade, leva a verdade, Senador Suplicy, que, na minha comunicação pessoal, fiz o comentário de que haveria um encontro de gestores municipais na região de Picos. Pois não é que o Prefeito já mandou o programa! Hoje, a modernização está tão grande! Falei, então simplifiquei.

Quero, primeiro, louvar o Prefeito, Raimundo Renato, Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião de Picos (Ampicos), que, juntamente com a Associação, promove o I Encontro de Gestores Municipais da Microrregião de Picos, amanhã, dia 25. Aqui está o programa enviado pelo presidente da Ampicos, Raimundo Nonato.

Esse fato mostra como nós temos de acreditar no mundo político. Esse negócio de dizer que político está desgastado, eu não acredito. Aqui nós temos três exemplos: a morte de três Senadores. Olha que nos enterros de Ramez Tebet, Jonas Pinheiro e Antonio Carlos Magalhães o povo estava chorando. Eu não desejo que ninguém morra, mas vocês vêem que nós temos credibilidade. É preciso que o Poder Executivo saiba que nós também somos filhos do voto e da democracia. Somando os nossos votos, dá mais do

que os votos do Presidente Luiz Inácio. Então, esse é o prestígio.

O exemplo irradia. Essa democracia foi construída e nós vamos obedecer o militar Eduardo Gomes, que combateu a ditadura Vargas. Ele disse: “O preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância”. Nós estamos aqui vigilantes pela democracia brasileira.

Já chegou *e-mail* – veja como funciona – informando os temas: importância das associações regionais; prestações de contas municipais; abuso de poder econômico nas eleições; fidelidade partidária *versus* insegurança jurídica; orientações jurídicas sobre as eleições municipais.

Os palestrantes são: Luiz Coelho, presidente da APPM; Fausther Santos, gerente de negócios da Superintendência Estadual do Banco do Brasil; Delano Câmara – auditor do TCE; Karen Aline de Carvalho Isidoro, advogada especialista em Direito Público e Privado e Professora da UESPI; Kelson Vieira de Macedo, advogado do PSDB e especialista em Direito Público e Privado; Emir Martins Filho, Procurador-Geral de Justiça; William Guimarães, advogado eleitoral, Procurador do Estado e Conselheiro Federal da OAB.

O Presidente da Associação é o Prefeito Raimundo Renato, repito.

Público-alvo: prefeitos, secretários, controladores e estudantes.

Haverá um pronunciamento do representante do Ministério Público.

Esse encontro traduz o comportamento dos Prefeitos do meu Estado, Piauí, do qual me orgulho.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador João Tenório, por cessão do Senador Marconi Perillo e inversão com o Senador Augusto Botelho.

Agradeceria ao Senador Mão Santa se pudesse agora voltar à Presidência desta sessão.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente – Srs. Presidentes, melhor dizendo –, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de agradecer a gentileza e a atenção dos Senadores Marconi Perillo e Augusto Botelho por me conceder a oportunidade de uma permuta, um deles, e uma substituição, o Senador Marconi Perillo, que neste momento estaria nesta tribuna.

Retorno a esta tribuna trazendo Alagoas como tema. O Estado que represento nesta Casa passa, neste momento, por grandes atribulações. Essas atribulações que sacodem meu Estado merecem melhor atenção do País. O que lá acontece nesses dias deve ser estudado e valorizado, pois, em meu entendimento, as causas e os desdobramentos de tais comoções

servem de exemplo e de alerta para todo o Brasil, quer seja por seus aspectos positivos, quer seja por conta dos seus traços negativos.

São aspectos positivos desse processo – faço questão de iniciar minha fala por esse ângulo – o trabalho republicano dos órgãos federais, a participação cidadã das entidades e da sociedade civil, a postura do Ministério Público, o posicionamento do Poder Judiciário alagoano e a pronta ação do Governo estadual. Destaco ainda, sinergia entre as forças e Poderes estadual e federal, de forma parceira e transparente, no combate às mazelas apresentadas, relegando a seu devido lugar as divergências de ordem político-partidárias.

É negativa, entretanto, a pouca repercussão de uma batalha duramente travada num dos mais pobres Estados da Federação. Insisto: em Alagoas, nos dias em curso, está sendo desenvolvida uma verdadeira guerra pela ética, pela cidadania e pelo direito de se removerem ancestrais óbices ao desenvolvimento de uma sociedade.

Muito negativo é comprovar-se, em pleno século XXI, que o tamanho e o corporativismo da máquina do Estado venham a contribuir para a ocorrência de prejuízos de toda espécie contra o Erário e, em consequência, contra a sociedade.

Tentarei resumir o atual cenário alagoano, destacando aqueles que, a meu ver, são os componentes mais importantes.

Há décadas Alagoas sofre de uma grave deterioração na qualidade de vida de seu povo e do rareamento das oportunidades de desenvolvimento.

Há pouco mais de 30 anos, Alagoas era considerado o “oásis do Nordeste” e a qualidade de vida dos alagoanos, apesar de não se dispor dos índices tão elaborados quanto os utilizados nos dias em curso, era considerada uma das melhores – quando não a melhor dentre viventes dos Estados nordestinos.

Quando o Governador Teotônio Vilela Filho assumiu o Governo alagoano, no dia 1º de janeiro de 2007, a realidade – amplamente conhecida por todos – era outra. Em resumo: os piores índices brasileiros eram recolhidos em nosso Estado.

Alagoas, há 15 meses, ostentava o maior índice de mortalidade infantil, o maior percentual de analfabetos funcionais e tinha 50% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.

E chamo a atenção, Sr. Presidente, para um desses dados de “campeão”: em termos proporcionais, Alagoas é o Estado com o maior gasto público do Brasil.

O primeiro desafio alagoano, nos dias em curso, não é se incorporar ao Brasil (em termos das melhores referências nacionais), mas em ser reintegrado ao

Nordeste pelo menos – pois mesmo sendo a nossa região considerada a mais sofrida do País, Alagoas havia caído muito abaixo das médias e das perspectivas nordestinas.

Hoje, ainda sofrendo das dificuldades decorrentes dessas mazelas, Alagoas começa a enxergar esperanças verdadeiras no horizonte. Porém, recentemente, um grave problema se alevantou nesse percurso – questão que abordaremos dentro de poucos instantes.

Antes, sinto-me na obrigação de fazer um curto resumo da realidade e das esperanças da população alagoana.

Nesses 15 meses, o Governo Teotônio Vilela Filho tem feito um múltiplo esforço no sentido de sanear as finanças, organizar a máquina governamental; construir e implementar projetos voltados para o desenvolvimento local, articulado e sustentável.

Durante esse período, Alagoas tem saudado todos os seus compromissos de caixa pontualmente. Funcionários, fornecedores, contrapartidas, municípios têm tido seus compromissos honrados sem postergação, assim como têm sido pagas as parcelas devidas de contratos e débitos anteriores à gestão de Teotônio Vilela Filho. Tudo isso alcançado apesar de o atual Governo ter herdado as contas do Estado em estado deplorável, com um passivo da ordem de R\$400 milhões.

Parcerias nacionais foram estabelecidas para reorganizar a máquina governamental. E aqui destaco as parcerias construídas com o INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial), e o Movimento Brasil Competitivo, que tem à sua frente, na sua liderança, o empresário Jorge Gerdau, que tem dado uma contribuição importantíssima com objetivo de ajudar ao Estado de Alagoas a sair da situação de caos em que se encontrava.

Nesse meio tempo, foram tratados investimentos na ordem de R\$5 bilhões para implementação de novos projetos empresariais no Estado, assim como temos assegurado, em função de parcerias com o Governo Federal, cerca de R\$2,5 bilhões de investimento do PAC. Estão redirecionadas ações inovadoras nas áreas estratégicas de Educação, Saúde e Segurança Pública.

A opinião pública, entretanto, viu-se chocada, nos últimos meses, pelas denúncias provenientes da chamada operação Taturana.

Tão impactantes são essas denúncias que é uma opinião praticamente unânime no Estado que uma linha divisória está traçada: antes e depois da descoberta dos fatos expostos pela operação Taturana, que atingiu em cheio a Assembléia Legislativa.

Essa operação foi desencadeada a partir de solicitação do Ministério Público Federal e de investigações realizadas pela Polícia Federal, devidamente autorizadas pela Justiça Federal.

Num resumo do caso, está sendo questionado pelos órgãos federais aqui citados qual o destino de R\$280 milhões, valor acumulado durante cinco anos, do montante destinado como duodécimo, legalmente instituído, ao Poder Legislativo. Mais de dez deputados foram indiciados, Sr. Presidente, assim como ex-parlamentares e várias outras pessoas. Estabeleceu-se, desde então, uma crise de enormes proporções.

Como não poderia deixar de ser, tal fato provocou uma profunda comoção social. Depois de um certo tempo de perplexidade, a intitulada voz rouca das ruas, tem bradado pelo completo esclarecimento do caso.

Esse escândalo policial/político soma-se às preocupações para com a realidade dantesca da segurança pública – item no qual infelizmente Alagoas não destoa dos demais Estados brasileiros, pois o crescimento avassalador do crime organizado é uma chaga nacional.

O governo estadual agiu com firmeza e em parceria com as forças federais. Procedeu a uma total reestruturação no comando da segurança pública. Tal foi a magnitude dessa iniciativa e profundidade dessa parceria que o próprio Ministro da Justiça, Tarso Genro, compareceu a Maceió para, juntamente com o Governador do Estado, dar posse aos novos dirigentes dos órgãos de Defesa Social de Alagoas.

Nesse cenário, em relação às denúncias contidas na Operação Taturana, a população tem ido às ruas em protesto quanto ao uso indevido dos recursos em apoio à proposta do Governador, no sentido de que a própria Assembléia Legislativa reavalie seus gastos e possa operar uma redução no valor do duodécimo destinado àquele Poder.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, eu dei dez a mais e, se preciso for, eu lhe darei outros dez. Isso eu faço com consciência do que é um Parlamento. **O Espírito da Lei**, de Montesquieu, está acima do Regimento. É preciso entendê-lo.

Então V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo que achar conveniente.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Entendo isso também como a solidariedade de um nordestino com o Estado que apresenta as dificuldades que aqui estou enumerando.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E também é uma inspiração em Petrônio Portela. No período mais difícil, Paulo Brossard chegou a usar

esta tribuna por três horas e meia e Petrônio, representando o poder militar, limitava Paulo Brossard para uma hora.

Então, inspiro-me em Petrônio, que permitiu que Paulo Brossard falasse por uma hora aí.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL) – Agradeço, Sr. Presidente, mas não será necessário tanto.

A meu ver, uma questão essencial suscitada por esse acontecimento no seio de um Poder Legislativo estadual diz respeito ao tamanho do Estado brasileiro – que se reflete naturalmente no tamanho da máquina de Estado, nas unidades federadas, como Alagoas.

Insisto: não estamos diante de um problema restrito a um dos poderes constituídos em nível estadual. Estamos diante de uma grave ocorrência gerada a partir dos vícios e do superdimensionamento do Estado do Brasil. Tal é o inchaço do Estado brasileiro, tão surreais são seus custos, que tamanhos disparates têm terreno fértil para eclodir. E pergunto: Acontecerão apenas em Alagoas?

A chamada Operação Taturana indica um superávit tão grande, um dos pilares do Estado que esse excesso teria sido capaz de produzir um desvio de recursos públicos da ordem de R\$56 milhões por ano. Naturalmente esses valores podem e devem ser definidos com mais exatidão ao longo das investigações. Torcemos para que não seja acrescido. Mas, mesmo que sejam reduzidos pela metade – isso é uma hipótese –, ainda assim teríamos a estonteante cifra de R\$30 milhões “sobrando” por ano, que, no caso de um Estado paupérrimo como Alagoas, é demasiado.

Tal sobra, notem os Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadores, ocorre num dos Estados menores da Federação, detentores dos piores índices sociais e econômicos do País, cujo duodécimo legislativo seria, segundo levantamento do próprio Poder, o segundo menor do Nordeste.

Não estou aqui prejulgando antecipadamente os inquéritos em curso, muito menos apoiando precipitações equivalentes aos linchamentos políticos, que, infelizmente, não têm sido raros em nosso País.

Ao tempo em que convido para reflexão sobre esse caso alagoano, em suas múltiplas facetas, destaco o crescimento e o fortalecimento da consciência política em meu Estado.

Alagoas vive um momento caótico, mas não nos desesperamos. A ciência ensina que do caos advém uma nova ordem. Afinal, do **Big Bang** surgiu o Universo.

Da pequena Alagoas e de um dos acontecimentos mais agitados que fazem parte da histórica trajetória dos alagoanos, podem surgir indicações valiosas para

o aprofundamento da democracia e reafirmação dos valores éticos na prática política, para o redimensionamento do Estado e para a reconstrução do desenvolvimento do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos nos congratular com V. Ex<sup>a</sup>, que traduz a grandeza de Alagoas. V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, tem-se dedicado, com muita competência e muita experiência, a um dos maiores problemas do mundo, a bioenergia. V. Ex<sup>a</sup> tem oferecido a esta Casa, ao País e ao mundo trabalhos importantes sobre a bioenergia. E o Estado de V. Ex<sup>a</sup> – temos que rememorar – já deu três Presidentes da República: Deodoro, Floriano e o Presidente Collor. Que V. Ex<sup>a</sup> possa até ser o quarto, assim o desejo.

Relembremos Teotônio Vilela, que foi uma das figuras mais dignas e honradas que por aqui passou. Moribundo, com câncer, se imolava e dizia “resistir falando e falar resistindo”. Hoje o seu filho governa o Estado, o nosso Senador Teotônio Vilela Filho. Então, temos toda a crença de que ele vai no rumo certo, porque está escrito no Livro de Deus “árvore boa dá bons frutos”.

Convidamos para usar da palavra o Senador de Roraima, do Partido dos Trabalhadores, Augusto Botelho.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup>, que é discípulo de Montesquieu, é muito democrático quando está aí, no comando do nosso tempo. Todos os Senadores gostam de falar quando V. Ex<sup>a</sup> está aí, Senador, porque não há muita repressão.

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Exm<sup>as</sup> Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero falar hoje aqui desta tribuna sobre o Programa Territórios da Cidadania, um programa que visa a estimular o desenvolvimento regional sustentável e garantir acesso a direitos sociais nas localidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Por isso, estão reunidas no programa ações do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais. O programa ainda conta com ampla participação das comunidades representadas nos Colegiados Territoriais. Aliás, o programa é gerido pra-

ticamente pelas comunidades; são elas que organizam suas necessidades.

O Programa Territórios da Cidadania está começando com 60 territórios, atendendo mais de 900 Municípios em todo o Brasil. Essa nova ação do Governo Federal é resultado do trabalho de 19 Ministérios, que, juntos, estão realizando 135 ações integradas. Esse trabalho começou há mais ou menos dois anos. Agora que nós estamos chegando na primeira solução e vamos ter as primeiras ações concretas.

Além disso, os recursos destinados para o programa este ano são da ordem de R\$11,3 bilhões, e a aplicação será nos territórios selecionados em função do baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e de reduzido dinamismo econômico – Municípios mais pobres, que têm mais dificuldades. Além disso, o programa prioriza Municípios com concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e beneficiários do Bolsa-Família.

Ao todo, o Territórios da Cidadania beneficiará 23,9 milhões de pessoas, sendo 973 mil famílias de agricultores familiares; 364 comunidades quilombolas e 201 terras indígenas, além de dois milhões de famílias beneficiárias do Bolsa-Família.

O Programa Territórios da Cidadania, assim como o PAC Funasa e o Programa Luz para Todos, é uma das ações em que o Governo Federal está priorizando o atendimento aos pequenos Municípios.

Este importante programa do Governo Federal, o Programa Territórios da Cidadania, vai levar para Roraima R\$67 milhões. Começou ontem e desenrola-se hoje e amanhã, na Casa João XXIII, uma reunião de que participam 250 pessoas dos Municípios que são abrangidos pelo Programa Territórios da Cidadania em Roraima. Estão discutindo as metas, as soluções e as formas de gestão.

Com esses recursos, será possível alavancar a economia do meu Estado na região sul, além de promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias que vivem nos Municípios de Caroebe, São Luis do Anauá, São João da Baliza e Caracaraí.

Segundo informações oficiais, o Programa Territórios da Cidadania ocupa, em Roraima, uma área de quase 52 mil quilômetros quadrados no sul do Estado, com mais de 33 mil habitantes, sendo 1.915 agricultores familiares – isso só no meu Estado de Roraima, na região sul –, 6.235 famílias assentadas, 387 famílias de pescadores e três terras indígenas sendo beneficiadas pelo Programa Territórios da Cidadania no meu Estado.

Existem os ribeirinhos do Baixo Rio Branco, no meu Estado, local em que – eu diria – a Nação chega menos. São pessoas que vivem praticamente isoladas,



porque, para se chegar lá, saindo dos locais mais próximos, saindo de Boa Vista, se levam três dias, descendo o rio até Santa Maria, e mais um dia, um dia e meio, dois dias para se chegar a essas localidades.

O Programa Territórios vai melhorar a qualidade de vida dos roraimenses, pois esses recursos vão facilitar a geração de emprego e de renda. Entre as ações do programa, estão previstos: apoio à gestão territorial, direitos sociais, educação e cultura, infraestrutura e produção, saúde, saneamento básico, além da destinação de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

Senador Sibá Machado, o Governo do Estado de Roraima, na figura do seu Governador, José Anchieta Júnior, e do Secretário de Agricultura, Rodolfo Pereira, está fazendo sua parte ao firmar parcerias com o Governo Federal, especialmente em questões ligadas à agricultura familiar, uma vez que quase metade da população de Roraima vive no meio rural.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores Sibá e João Pedro, quero destacar que a criação de um modelo de desenvolvimento para o sul do Estado de Roraima, com o auxílio do Programa Territórios, passa pela discussão da sustentabilidade econômica e ecológica, abrangendo uma política permanente de assistência técnica e extensão rural.

Aliás, o Governo de Roraima criou uma lei para implantar o sistema de defesa animal e florestal do meu Estado e também criou um fundo que vai sustentar o sistema de assistência técnica e extensão rural. Ações desse tipo são fundamentais para o nosso Estado, para que ele supere as dificuldades e possa promover o bem-estar de todos os seus cidadãos, de toda a gente da minha terra.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente Mão Santa.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela generosidade com o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos cumprimentá-lo.

V. Ex<sup>a</sup> viaja para Roraima ou estará aqui amanhã?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Devo viajar hoje à noite, Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É porque eu queria convocá-lo para a sessão de amanhã.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – (...) senão, teria prazer de estar aqui amanhã cedo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não chegou a esta Presidência informação de acordo para apreciação dos itens da pauta da presente sessão.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior),

que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

4

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 48, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 5, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 38, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que*

*menção, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 50, DE 2006**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 86, DE 2007**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador

Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 57, DE 2005**  
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 20, DE 1999**

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto,

com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeeira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 18, DE 1999**

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 3, DE 2001**

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 26, DE 2002**

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e  
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e  
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

17

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001,



na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os n°s 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas n°s 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas n°s 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda n° 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas n°s 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas n°s 13 a 18-CDR.

## 21

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2003 (n° 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob n° 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

## 22

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2004 (n° 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei n° 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob n° 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

## 23

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 24, de 2005 (n° 4.465/2001,

na Casa de origem), que altera a Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob n° 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

## 24

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2005 (n° 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob n° 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

## 25

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 111, de 2005 (n° 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob n°s 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda n° 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

## 26

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 118, de 2005 (n° 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**27**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**28**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**29**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

**30**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**31**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**32**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

**33**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e*

*acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Peireira.

**34**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

**35**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

**36**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de

Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

**37**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

**38**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**39**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen):

favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

40

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

42

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

43

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe

sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

44

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

45

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

46

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva*



*Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

48

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

49

**REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

50

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

51

**REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

52

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

53

**REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

54

**REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

55

**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

56

**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

57

**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

58

**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

60

**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

61

**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

62

**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

63

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

64

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,*

*também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

65

**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

66

**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

67

**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

68

**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liber-*

*dade de manifestação do pensamento e de informação).*

69

**REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

70

**REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Estando encerrada a Ordem do Dia, automaticamente o tempo do orador dobra, e não precisamos nem buscar o espírito da lei, Senador Sibá Machado. Faço isso com a intenção de prestigiar esse Senador que o Piauí empresta ao Acre.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes, porém, de voltar à lista de oradores, passamos à apreciação dos **Requerimentos nºs 496 e 497, de 2008**, de autoria, respectivamente, da Senadora Marisa Serrano e do Senador Cristovam Buarque, lidos anteriormente.

Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 498 e 499, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Jayme Campos e Gilberto Goellner, lidos anteriormente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Volta-se à lista de oradores.

Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> pode usar da tribuna pelo tempo que julgar conveniente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, um Senador que sempre vem a esta tribuna e que o Brasil inteiro já conhece por tantas citações de tão vastos conhecimentos, sobre tantas matérias e assuntos diferentes, e pela vasta cultura que tem, fruto de uma leitura invejável.

Sr. Presidente, na manhã de ontem, tivemos o lançamento do PAC da Embrapa. Estiveram presentes ao evento, além do Presidente da República, os Ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, Celso Amorim, das Relações Exteriores, diversos Governadores, como os de Santa Catarina, do Mato Grosso e do Piauí, e, é claro, a comunidade de pesquisadores do Brasil, cuja maioria é vinculada à Embrapa.

Sr. Presidente, eu fiquei muito entusiasmado com o que vi e ouvi, e o que mais me chamou a atenção foi que, no discurso do Presidente, tocou-se novamente no assunto que diz respeito aos preços dos alimentos no mundo e, concomitantemente a isso, no debate que a União Européia faz hoje culpando os biocombustíveis por esse aumento.

O Presidente Lula havia, em algumas entrevistas à imprensa nacional, afirmado que deposita no preço do petróleo a responsabilidade pelo aumento dos preços dos alimentos, mas hoje, na reunião do Conselho Político, ele anunciou uma outra vertente de observação no que tange à culpa do aumento dos preços dos alimentos no mundo. Ele lembrou que a Índia, a China, o Brasil e outros países começam a fazer um processo de distribuição de renda mínima para populações que, tradicionalmente, viviam com uma renda até abaixo de um dólar por dia. Com isso, essas famílias, essas pessoas acabam por criar uma nova demanda por alimentos, e essa tem sido, de fato, no meu entendimento, a razão para uma procura tão grande de alimentos de primeira necessidade – e não é nada supérfluo ainda –, o que coloca o preço alto, provocando, inclusive, algum impacto na área da inflação, não só no Brasil, mas em outros países.

Vendo os dados dos preços dos alimentos no Brasil, até há algumas semanas, eu imaginava que o equilíbrio do preço do milho estava se dando porque os Estados Unidos estavam utilizando parte do seu milho para produção de etanol. Isso fez com que, no



meu entendimento, o preço do milho no Brasil se equilibrasse no patamar que estamos hoje.

O Governo do Estado do Acre investiu muito forte agora na produção de uma área mecanizada, e o preço do milho está muito compensador no meu Estado. Sempre usei isto como discurso: o que estabiliza o preço do milho no Brasil é que os Estados Unidos queimam parte do seu milho, transformam parte do seu milho em etanol. Esse procedimento tira um volume muito grande do mercado internacional, que, para suprir essa necessidade, chama o Brasil a dar essa resposta.

No entanto, com a fala do Presidente Lula, cheguei à conclusão de que há algo a mais; não é apenas isso. É claro que é uma realidade que os americanos, ao transformarem parte do seu milho em etanol, tiram-no do mercado e a procura estabiliza o preço. É claro! Isso é fácil de compreender. Contudo, segundo a fala do Presidente, devido à transferência de renda mínima que a China está promovendo por conta da sua pulsante economia, à transferência mínima de renda que a Índia está fazendo por conta também da sua pulsante sua economia, e à transferência de renda que ocorre hoje no Brasil – e todos os institutos de pesquisas mostram que houve uma fortíssima transferência de renda no País por diversos vetores –, nós temos uma maior procura por alimentos.

Quero agora falar da Embrapa, Sr. Presidente, mas antes gostaria de lembrar mais uma vez que o Brasil lança a política de biocombustíveis ao mundo, criando uma legislação avançada para o setor de biodiesel, do nosso ponto de vista, porque regionaliza a produção de matérias-primas e, com isso, não ficamos vinculados apenas à soja como a grande matéria-prima para o biodiesel. Diversificamos ao máximo. Temos, por exemplo, a matriz da mamona, que ainda se revela como de muita dificuldade, porque de baixa produtividade. Além do mais, para o óleo da mamona há outros mercados que pagam melhor do que o mercado do biocombustível, o que também se coloca com um certo problema. Temos o sebo animal, especialmente o sebo do gado bovino, que era praticamente todo perdido em todos os frigoríficos do País, mas que, agora, com as plantas de biodiesel utilizando esse produto, é aproveitado e começa a dar um preço melhor inclusive à pecuária bovina.

Então, temos uma legislação que vem assegurar a produção de biodiesel por diversas matrizes no Brasil, e nenhum outro país do mundo tem condições de competir conosco neste momento.

Quanto à produção do álcool a partir da cana-de-açúcar, está provado por “a” mais “b” que tanto a sua produtividade no Brasil é uma das melhores que há no mundo como a tecnologia é uma das mais es-

táveis hoje, se considerados os países que dominam, minimamente, a técnica de produção de etanol, como é o caso americano, europeu e brasileiro.

Pois muito bem, Sr. Presidente. Na falta dessa competitividade, os europeus lançam essa idéia infame, que considero mesmo desesperadora – essa é a palavra que pode ser usada – de tratar o Brasil dessa maneira, dizendo que o biocombustível brasileiro é responsável pelo aumento dos preços dos alimentos. Então, para justificar definitivamente, isso não se sustenta. E acho que a Alemanha, hoje, dos países que compõem a União Européia, é o país que melhor juízo faz sobre esse assunto e não deveria se deixar levar por esse canto de sereia. Sim; considero isso um canto de sereia ou choro de surubim – termo que usamos muito no Estado do Acre quando uma pessoa, num debate, perde-o. Hoje, a Europa não tem um palmo de terra para a produção de etanol e de biodiesel. Não tem. Pode até dominar a tecnologia, mas não tem como competir; vai ter de utilizar, sim, parcerias com outros países. E o nosso País, hoje, tem todas as condições, penso eu, de prestar essa assessoria, essa consultoria à União Européia ou a qualquer país que assim o quiser.

Sr. Presidente, retomando o tema PAC da Embrapa, ontem lançado naquela solenidade, o que teremos é a transferência de quase R\$1 bilhão – são mais de R\$900 milhões –, além do orçamento que a própria Embrapa já tem, que é de cerca de R\$1,1 bilhão, para os próximos dois anos e meio, até 2010, que é quando se conclui o segundo mandato do Presidente Lula.

Então, recebendo esses recursos, a Embrapa irá fortalecer toda a sua rede de pesquisa, contratando, inclusive, pessoal. No projeto, prevê-se a contratação de cerca de 750 novos pesquisadores, como também todo pessoal necessário para o chamado apoio a esses pesquisadores. Serão criados vários centros de pesquisas da Embrapa, com o desafio de dar respostas cada vez melhores e maiores aos desafios da produção agropecuária brasileira.

Então, Sr. Presidente, os recursos do PAC, que virão como um reconhecimento à Embrapa pelos seus 35 anos de pesquisa no País, irão possibilitar que a empresa enfrente os desafios da agricultura brasileira. Estaremos bem mais preparados, por exemplo, para criar alternativas de bioenergia para mudanças da matriz energética e de nova base tecnológica para a mitigação e a convivência da agricultura e a pecuária com as alterações climáticas globais, bem como a redução dos desequilíbrios sociais e econômicos. Esta, inclusive, é uma frase utilizada pelo Presidente da Embrapa, o Dr. Sílvio Crestana.

Também foram concedidos prêmios a diversos pesquisadores como reconhecimento por dedicarem suas vidas ao estudo aprimorado e por colocarem nosso País na condição de campeão de um modelo de desenvolvimento sadio, veloz e abrangente a todos os setores da nossa sociedade.

Então, Sr. Presidente, preciso ainda registrar que o Dr. Silvio Crestana, Presidente da Embrapa, classificou a atual fase da empresa como memorável, entregou ao Presidente Lula o balanço social de 2008 daquela empresa com 550 ações de interesse social – afirmou que tais ações foram fundamentais para a criação de 115 mil novos empregos no País – e um lucro social de mais de R\$15 bilhões, o que dá um retorno maior que R\$13,00 para cada real aplicado nas pesquisas. Então, destino aqui meu abraço, minha reverência, minha admiração...

**O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Sibá.**

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) –** Vou já conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Minha admiração a essa empresa. Acho que é uma das empresas que provam àqueles que tanto defenderam o fim, a extinção, o chamado estado mínimo sobre tudo e para tudo, que têm limites as coisas. Quero admirar, sim, porque temos todas as condições de preservar algumas coisas que são *sine qua non* para a visão de longo prazo do nosso Brasil, de empresas do tipo da Embrapa e tantas outras mais.

Portanto, é nesse nível de emoção que quero reverenciar todas as pesquisadoras e a todos os pesquisadores, pois, a cada gota de seu suor, a cada minuto de suas preocupações, têm de ser reconhecidos pela tribuna do Senado e por todos os brasileiros.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Sibá Machado,** peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para me solidarizar com os votos de louvor que V. Ex<sup>a</sup> presta à Embrapa agora e reafirmar a minha convicção de que é pelo conhecimento que nós vamos melhorar a qualidade de vida das pessoas do Brasil. A Embrapa permitiu que nós, aumentando apenas 25% da área plantada do Brasil, tenhamos aumentado em quatro vezes 400%, a produção de alimentos no Brasil. Essa história de que estamos invadindo a área de alimentos com a cana é conversa para prejudicar, porque o Brasil está despondo com uma das alternativas futuras de fornecimento de energia mundial. Quanto à nossa cana, aquele pesquisador que foi homenageado lá é um dos pioneiros na pesquisa em cana – não me lembro do nome do professor. Isso os deixa com medo, e aí começam a colocar essa dificuldade, dizendo que florestas estão

sendo derrubadas para se plantar cana; que se está tirando área de alimento para plantar cana. No nosso País, não houve nenhuma diminuição de produção de alimentos. Não faltou alimento na mesa das pessoas. Graças a Deus, com a redistribuição da renda, todos estão comprando mais alimentos, continuamos exportando inclusive mais e a nossa safra tem aumentando ano a ano. A Embrapa é uma entidade que tem todo o respeito dos brasileiros e a estima de todos nós, brasileiros. No meu Estado, agora temos um pesquisador estudando o inajá – deve ter no seu Estado também –, que é uma palmeira parecida com o babaçu, só que é o babaçu nosso, da Amazônia, é menor um pouco. Mas há grandes promessas para produzirmos o biodiesel a partir do inajá, que é considerado uma praga: onde mexe no solo, o inajá aparece. Eu reafirmo a minha confiança na Embrapa, especialmente nos membros da Embrapa de Roraima, que inaugurou um laboratório moderníssimo. São quatro laboratórios anexados num só bloco, para continuar suas pesquisas. O Presidente Lula vai contratar mais 700 e poucos técnicos, pesquisadores, e todo o pessoal de apoio. V. Ex<sup>a</sup> já falou isso, mas estou reafirmando que isso significa que o País vai crescer mais. Esse primeiro passo dado ontem vai permitir que a Embrapa se associe às empresas de pesquisa estaduais também para trabalharem juntas, ombro a ombro, com tudo facilitado, porque havia um pouco de dificuldade de harmonizar o seu trabalho. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. E nós, brasileiros, confiamos na Embrapa e nos seus pesquisadores.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho,** V. Ex<sup>a</sup> lembrou uns dados, que vou ler agora, porque acabei de receber, em meu gabinete, o Diretor da Embrapa do Acre, Dr. Judson Valentim, um apaixonado pelo trabalho que faz. Ele está fazendo exatamente os cálculos agora dos últimos 15 anos em que a Embrapa tem trabalhado no Brasil e qual o marco de sucesso obtido por essas pesquisas.

Olhem o que ele apresentou hoje para mim: grãos no Brasil de 1990 a 2006. Base de 1990, grãos: a área colhida na época foi de 34,7 milhões de hectares; colheu em produção 54,6 milhões de toneladas, o que deu uma produtividade de 1.572 quilos por hectare. Em 2006, a área, que era de 34 milhões de hectares, subiu para 46, o que dá um crescimento de 28%; a produção, que foi de 54,6 milhões de toneladas, foi para 115 milhões de toneladas, dando um crescimento realmente muito impressionante; e a produtividade, que foi de 1.572 quilos por hectare, subiu para 2.583 quilos por hectare, o que dá um crescimento de 64%. Só nessa área, evitou-se ocupar no Brasil a incorporação nova de 25,8 milhões de hectares de terra no Brasil, ou seja, a

tecnologia pegou praticamente a mesma terra que se tinha, ocupada para a produção de grãos no Brasil, e mais que dobrou essa produção, praticamente na mesma área, o que fez com que o Brasil não precisasse esticar suas áreas plantadas.

No caso da cana, uma comparação de 90 a 2006 mostra que a área colhida de cana em 1990 foi de 4,3 milhões de hectares. A produção chegou a 263 milhões de toneladas e a produtividade, por hectare, foi de 61,5 toneladas por hectare. Em 2006, essa área de 4,3 milhões foi para 6,1 milhões de hectares. O que foi 263 milhões de toneladas foi para 457 milhões de toneladas, e a produtividade, que era 61 toneladas por hectare, subiu para 74 toneladas, o que evitou plantar uma área de 1,3 milhão de hectares. Então somando tudo, o Brasil deixou de ocupar 27,1 milhões de novos hectares, dobrando a sua produtividade praticamente na mesma área.

Isso tem que ser dito daqui para frente e reprisado porque nesse discurso que praticamente os ingleses têm iniciado lá e que é agora capitaneado pela representação da União Européia, o Brasil não pode ficar calado, e não pode ser um discurso apenas do Presidente Lula, mas tem que ser de todo o Brasil.

Os europeus não estão encontrando condições de competir com a tecnologia brasileira. Dizem que o Brasil é abençoado por Deus. E é porque tem um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados; dessa área a metade tem possibilidade, sim, de ser aproveitada para a agricultura e a pecuária.

Nós temos uma área nova – que pode ser incorporada, porque está subutilizada – de sobra de pastagens mal utilizadas que podem muito bem incrementar essas tecnologias. Podemos incrementar 60 milhões de hectares novos só com a redução de áreas de pastagens, com o aumento de tecnologia nessas pastagens. Portanto, não há país no mundo que possa competir com este – não vou dizer monstro, não é a palavra – gigantismo, que é a capacidade do Brasil.

A insolação no Brasil ocupa o maior período do ano, porque estamos em faixa de latitude, no máximo, média, de baixa a média latitude. Portanto, o sol oferece sua luz por muitos mais dias do que em outras partes do mundo. As chuvas no Brasil são muito bem distribuídas: registramos cerca de 1.500 a 2.500 milímetros de chuva muito bem regularizadas. Temos baixas altitudes, não temos o fenômeno das montanhas. Podem-se ocupar, então, muitas áreas de terras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o debate realmente é apaixonante. Dá para a gente ficar vários dias vindo aqui para dizer para os europeus que não é esse o caminho. Como se diz no bom português do Norte e do Nordeste, o caminho não é jogar barata na panela

do outro para não poder comer. Se não têm condições de competir na tecnologia e no gigantismo da pulsação da capacidade econômica rural brasileira, que venham se associar à gente. Podemos nos associar.

E o que ocorreu? Ocorreu que, já em 2006, na visão de médio e longo prazo que o Brasil hoje vive sob a liderança do Presidente Lula, negociações vêm sendo feitas com a África. Foi esse o pulo do gato, Senador Augusto Botelho: o continente africano estar numa relação muito próxima da do Brasil nesses dados – a proximidade com a linha do Equador, as áreas que podem ser utilizadas para a agricultura, as áreas antrópicas que poderão ser incluídas nesse processo.

Portanto, o Brasil não quer o caminho seguido pelos europeus ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, quando fizeram a ocupação desses países, passando por cima de suas culturas, colocando as pessoas na condição de escravos, roubando as suas riquezas. Esse caminho, o Brasil não o quer. O caminho do Brasil é o que estamos seguindo.

O que houve? O Presidente Lula determinou, em um acordo com os países africanos, que a Embrapa se instalasse na África. Este é o caminho da solidariedade: pesquisadores brasileiros vão para a África agora emprestar o seu conhecimento ao desenvolvimento daqueles países.

Temos de ter isso presente nessas negociações que se fazem na OMC, na chamada Rodada Doha. Os países do sul do mundo têm como maior potencial de suas economias a produção primária e não a secundária ou a terciária. Portanto, não dá para os países mais industrializados continuarem subsidiando sua produção agrícola como fazem hoje, chegando ao ponto de pagarem seus agricultores para não produzirem. Só vou considerar isso bom em um ponto, Sr. Presidente: é que todo país no mundo tem que ter segurança alimentar, não pode viver 100% dependente de ninguém. Com essa idéia eu concordo, mas não se pode fazer disso dominação econômica, empobrecimento dos povos do mundo.

Nesse ponto, o Presidente Lula tem razão, e o nosso País tem de servir de exemplo. O nosso País tem de dar as mãos à América do Sul. Ele disse hoje, na reunião do Conselho Político, que, nas conversas com Hugo Chávez, chamou a atenção para o fato de que a Venezuela não pode querer viver apenas do petróleo, porque há o risco de, um dia – não sei se 100%, mas num volume muito grande – acontecer de a produção de combustíveis líquidos sofrer um reverterio.

Se assim acontecer, os países que hoje vivem desse potencial, como os do Oriente Médio, os que faziam parte da antiga União Soviética, parte dos Estados Unidos e a própria Venezuela poderão enfrentar

dificuldades. É preciso produzir alimentos. Por enquanto, a situação é boa para nós, é boa para o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Roraima, que produz e vende sua produção no país vizinho. Nesse ponto é bom, mas, pensando em longo prazo, não pode a Venezuela seguir esse caminho. Concorro plenamente com o que foi dito hoje pelo Presidente Lula.

O caminho é a África, que agora se junta ao Brasil na capacidade de oferecer alimentos na quantidade e na qualidade que o mundo merece e com preços competitivos. Não se trata de aviltamento de preços, mas do oferecimento de preços de mercado com capacidade competitiva porque há tecnologia de ponta. É isso o que o Brasil vai fazer lá na África, é isso o que a Embrapa vai fazer na África do Sul e nos países com os quais o Brasil fechou esse tipo de contrato. Que a África agora ressurgir de suas cinzas, da transformação que lhe foi imposta pelos europeus no passado. Agora, seguramente, essa página da história será virada. Esse é o caminho que queremos.

Sr. Presidente, quero, encerrando, dizer que virei mais vezes à tribuna desta Casa com o maior prazer. Neste assunto, digo a V. Ex<sup>a</sup> que os europeus já perderam, e não foi por causa do discurso de um ou de outro. Poderão até querer criar mais barreiras, mas vamos ter condições de oferecer um produto de altíssima qualidade, na quantidade necessária e na qualidade que todos desejam. Os europeus ou outros povos do mundo poderão comprar os alimentos do chamado hemisfério sul, com a energia que se baseia hoje no álcool e no biodiesel brasileiro.

Trata-se, antes, de reserva de mercado, talvez de um terrorismo banal, bobo, que só vem prejudicar outros tipos de entendimento. O mundo não pode mais viver isso.

Debate-se também hoje o que ocorre na economia norte-americana. Não se deseja isso a ninguém. Nós não podemos ficar aqui fazendo torcida pela desgraça de ninguém. Nós não podemos fazer isso. Os americanos estão passando por um problema pelo qual nós não gostaríamos que estivessem passando. Agora, o que nós não queremos é que os americanos depositem na conta do Brasil ou de qualquer outro país o sucesso ou o insucesso de sua economia, não podem subir nas costas de ninguém. Esse modelo nós haveremos de combater. O modelo que nós queremos é o modelo da solidariedade.

Ainda bem que o mundo se deu as mãos. A idéia do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – realmente veio para ficar. Ainda que não tenhamos parado para estudar melhor essas novas relações, elas estão postas. A abertura de mercados é uma política acertada que segue o Governo brasileiro no âmbito de sua po-

lítica externa. Temos realmente de dar as mãos ao novo Governo do Paraguai, à Argentina, ao Uruguai, à Venezuela, à Bolívia, a todos os países da América do Sul, para que, junto com a África, junto com o sul da Ásia, mostremos ao mundo que nós temos todas as condições de oferecer o mínimo necessário para que viva com dignidade tanto a população atual de 6 bilhões de pessoas como a população projetada para o ano de 2030, de aproximadamente 10 bilhões de pessoas.

Podemos trabalhar para que todas as pessoas do mundo tenham, no mínimo, a qualidade de vida que Deus nos desejou ao criar o ser humano: que todo mundo tenha um lugar para ficar, que todo mundo tenha comida, água e dormida de qualidade para viver dignamente, segundo os desígnios de Deus.

Portanto, Sr. Presidente, com essa emoção, parabênizo a Embrapa por seus 35 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós cumprimentamos o Senador Sibá.

Apenas queríamos rememorar que a Embrapa foi criada no período revolucionário, quando era Presidente Garrastazu Médici, mas foi sobretudo a inteligência e a luz do parnaibano João Paulo dos Reis Velloso – mentor do I e do II PND, Plano de Desenvolvimento Nacional – que serviram de inspiração para o governo revolucionário.

Eu queria ainda chamar a atenção do Senador Sibá Machado para o seguinte: Sibá, seu raciocínio foi muito bom, mas, ao refletir sobre o custo dos alimentos no mundo, V. Ex<sup>a</sup> tem de levar em consideração a alta do petróleo. No período em que foi criada a Embrapa, o barril de petróleo custava dois dólares, mas foi aumentando; há dez anos, custava vinte dólares, e hoje está a cento e vinte dólares. Então, aquilo que era insignificante, o transporte, passou a ser significativo na formação dos preços dos alimentos. Hoje, em qualquer alimento que você come, os economistas botam 8% de transporte devido à alta do petróleo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente, concordar com V. Ex<sup>a</sup>. Realmente foi um esquecimento, uma falha minha: o preço do petróleo incide também, violentamente, sobre o aumento do preço dos alimentos. Mas também queria dizer que, além desse fator, há o problema de distribuição de renda minimamente na China, na Índia, no Brasil e em outros países.

Outra coisa que esqueci de dizer é que já há algum tempo tomei a decisão de apoiar, ao máximo, no meu Estado, a área de desenvolvimento da pesquisa. Anualmente, coloco emendas parlamentares, as quais tenho direito, para o fortalecimento da Embrapa do Estado do Acre, da Universidade Federal e da Fundação



de Tecnologia do Estado do Acre. E estou satisfeitiíssimo com os resultados que temos obtido.

Hoje, posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup>, nas palavras do Governador do Estado, que a nossa luta é para que todo esse movimento bom que está acontecendo no País transforme o Estado do Acre em um dos melhores Estados para se viver no Brasil, a partir de 2010.

Com isso, concluo a linha do meu pensamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Como no Piauí, quero orientar o Governador do Acre. A Embrapa foi levada ao Piauí pelo Presidente Sarney. Ele criou uma unidade na minha cidade. Quando governei o Piauí, aproveitei aquela beleza de estrutura da Embrapa, com os técnicos, com o valor humano da competência que eles têm, e instalei lá dentro a Faculdade de Agricultura e Agronomia da Uespi, dedicando-se à Carcinicultura e à Biologia Marinha.

Oriente o seu Governador a seguir o modelo que eu construí, aproveitando aquele colosso de estrutura da Embrapa, que também deve ter no Acre, e, principalmente, o material humano, que são os técnicos da Embrapa. E implantei essa faculdade com um convênio do Estado.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Senador Mão Santa...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É pela ordem que V. Ex<sup>a</sup> pede a palavra?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – É pela ordem, já que V. Ex<sup>a</sup> está falando da Embrapa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Como sou muito liberal, V. Ex<sup>a</sup> pode ficar sentado, mas o correto seria ficar de pé.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para lembrar que, na minha vizinha Venezuela, sobre a qual o Senador Siba Machado falou, dizemos que a nossa fronteira é uma linha que nos une e não que nos separa, os roraimenses e os venezuelanos. O Lula fundou uma unidade da Embrapa na Venezuela, exatamente visando dar uma alternativa ao País para desenvolver tecnologia de agricultura e de pecuária lá.

V. Ex<sup>a</sup> falou no transporte e do preço do petróleo que influiriam no preço final do alimento. A uréia, por exemplo, que é o nitrogênio, um importante adubo, é todo do petróleo. O Ministro Luiz Fernando Cirne Lima, ontem, no lançamento do PAC da Embrapa, disse que quando foi criada a Embrapa o barril de petróleo tinha mudado de US\$4 para US\$8. O mundo estava perturbado com aquela história. Veja como era. Hoje, são US\$120. Portanto, o alimento está subindo não é por causa do nosso biodiesel, do nosso álcool, mas por causa do petróleo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos seguir a lista de oradores inscritos e convidamos esse brilhante Senador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Com esse nome e nascido no Espírito Santo só poderia ter uma inteligência privilegiada.

Antes, porém, quero comunicar que estão inscritos o Senador Pedro Simon e, depois, o Senador João Pedro. São muitos Pedros aqui.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes nas galerias do Senado, senhoras e senhores que nos estão acompanhando pelo Sistema de Comunicação do Senado, apresentei a proposta de uma comissão especial mista para debatermos a reforma política. A reforma política já foi debatida nesta Casa e já foi encaminhada à Câmara. Lá, Sr. Presidente, no ano passado, por falta de acordo, Senador Augusto Botelho, a reforma política foi toda arquivada. Algumas medidas já foram aprovadas na Câmara em outros momentos, em outros anos, mas quando chegam ao Senado não têm seqüência. Por isso, apresentei a proposta ao Congresso Nacional de uma comissão mista de 11 Senadores e 11 Deputados para debater a reforma política, já que a reforma é matéria de iniciativa do Parlamento. Não é o Poder Executivo que tem que interferir neste caso, não é o Supremo Tribunal Federal, não é o Tribunal Superior Eleitoral, que tem tomado medidas com base na sua interpretação da lei que mais se parecem novas legislações. No entanto, não podemos criticar porque não tomamos as medidas necessárias com relação aos procedimentos das reformas institucionais.

É indiscutível a necessidade de o Congresso Nacional promover uma reforma constitucional e infraconstitucional do sistema político-eleitoral. Embora a referida reforma seja necessária, é urgente também que se processe uma reforma das práticas políticas do nosso dia-a-dia.

Sondagens de opinião atribuem aos políticos e ao Poder Legislativo enorme descrédito junto à sociedade. Câmara, Senado e poderes legislativos estaduais e municipais estão entre as instituições de baixa credibilidade junto à sociedade. Não seria para menos, uma vez que nos últimos três anos o Legislativo ficou exposto a um nível exagerado de denúncias e escândalos, enquanto o Executivo cumpriu, quase que soberanamente, sozinho, quase que isolado, uma agenda social e econômica de visíveis resultados e de altos índices de aprovação para o Presidente Lula.

No referido período, Câmara e Senado pouco trataram de reformas econômicas, sociais e de natureza política, que dessem sustentação ao *boom* desenvolvimentista do País. Debruçaram-se sobre quebra da ética, falta de decoro, cassação de mandato, renúncias e corrupção, sem que medidas rigorosamente eficazes fossem adotadas para que não haja casos de reincidência num horizonte próximo.

A reforma do arcabouço legal político-partidário é, portanto, imperativa diante da necessidade, primeira, de se resgatar o papel do Poder Legislativo frente ao Estado e à sociedade. Deveriam os políticos promoverem ainda uma autocrítica a respeito de sua postura, quando a rejeição popular ao Parlamento denuncia um modelo esgarçado de fazer política.

É claro que o Congresso Nacional deve preservar a sua atribuição de investigar via Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Porém, quando uma sanha policialesca faz das CPMIs agenda prioritária, acaba se distanciando do seu papel mais nobre que é o de legislar e interferir nos grandes temas de interesse social.

A dinâmica da economia mundial, a ampliação de mercados, as relações multilaterais estão ocorrendo sem interferência direta do Legislativo. É indispensável envolver o Parlamento em discussões em torno das políticas públicas de curto, médio e longo prazo, fortalecendo o combate às desigualdades internas, mas que também tratem da integração do País à economia mundial e à geopolítica global.

A reforma tributária é a oportunidade que temos de reforçar o pacto federativo, de reduzir a carga tributária que incide sobre o setor produtivo e salário dos trabalhadores e simplificar o sistema arrecadatário nacional. Mudar a dinâmica da edição de medidas provisórias seria outro ponto positivo para o resgate do papel desta Casa.

Do ponto de vista institucional, seria oportuna a decisão do Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, de aprovar nossa proposta de criar uma comissão mista e temporária para discutir a reforma política. É importante dizer que o Senador Garibaldi Alves Filho está apoiando a Oposição; ele quer discutir como ficará a distribuição dos cargos de presidente e relator.

Criaríamos com ela um fórum de discussões em torno de temas como o papel dos partidos políticos, fidelidade partidária, financiamentos públicos e privados das campanhas, papel dos Senadores suplentes, o sistema de votação.

Encontraríamos também, Sr. Presidente, o caminho para aperfeiçoar na Carta Magna o dispositivo constitucional da reeleição, por exemplo, estabelecendo – caso queiramos manter a reeleição – o afastamento

do detentor do mandato, nos três níveis do Executivo, para concorrer a mais um mandato. Essa possibilidade de o Governador, o Prefeito e o Presidente permanecerem no cargo e concorrerem à reeleição é um equívoco da nossa Constituição, aprovada pelo Congresso Nacional. Aceito o debate de um mandato único de cinco anos e aceito o debate da reeleição, com o afastamento do detentor de mandato.

Acredito que debater a reforma política, ainda em 2008, é antídoto contra a tentação do terceiro mandato. Em 2009, pode vir alguma proposta já influenciada pela campanha de 2010 de se debater o terceiro mandato. Se tivermos capacidade de debate, João Pedro, neste ano sepultaremos esse factóide, esse pseudodebate do terceiro mandato, que está sempre sendo colocado como hipótese não pelo Presidente Lula, que já disse ser contra, mas por diversos articulistas políticos e por alguns parlamentares.

Concedo um aparte ao Senador João Pedro.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Primeiro, quero dizer da importância do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Quero fazer um comentário sobre a necessidade de o Congresso Nacional – e não só o Congresso –, a sociedade organizada, instituições como a OAB, a União Nacional dos Estudantes, a CNBB, a ABI, que fez uma sessão aqui no nosso plenário... São entidades representativas com uma larga tradição. Não quero fazer uma crítica, mas reafirmar a necessidade de se fazer a reforma política, defendida nesta tarde por V. Ex<sup>a</sup>. Olhe, de 2004 para cá, o Congresso Nacional se deparou com CPIs, comissões especiais que levam à necessidade da reforma política. O Congresso Nacional deveria pautar este debate, agendar com letras maiúsculas a reforma política. Lamento que este ano estejamos por conta das eleições, do segundo turno. E nós já temos a reforma tributária, sobre a qual falarei a respeito, pois estou inscrito. Mas quero dizer da minha concordância. Os partidos, as lideranças deveriam, pós-eleição, dar início à reforma política. V. Ex<sup>a</sup> levantou alguns dados, alguns elementos para a discussão. Quero dizer da minha concordância com o mandato de cinco anos e com o fim da reeleição. No entanto, quero dizer que discordo do afastamento. Se há eleição, não há porque o candidato se afastar do cargo. Acho que temos de ter mecanismos para garantir a transparência, a legalidade, a postura dos Prefeitos, dos Governadores, do Presidente da República, no sentido de que suas ações não interferiram no processo eleitoral. Então, o Brasil, a sociedade, os partidos políticos precisam da reforma política. As normas que vêm norteando a vida política no Brasil estão obsoletas, principalmente no que se refere ao financiamento de campanhas. Defendo o financiamento público da

campanha para dar um equilíbrio e colocarmos fim ao poderio econômico que, com certeza, interfere na eleição de Parlamentares, de Vereadores, de Prefeitos, pelo Brasil afora. Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que defende a reforma política.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador João Pedro.

E a reforma política – estão aqui dois ex-presidentes do Senado, Senadores Renan Calheiros e Tião Viana – é uma agenda nossa, não é do Poder Judiciário, não é do Poder Executivo, é nossa. Ou fazemos a reforma política, ou não teremos sucesso nessa reforma institucional. Então, ela é nossa.

E esse debate polemiza. Se ele polemiza, ele dá aos Senadores e aos Deputados a oportunidade de ocuparem seu tempo estudando uma matéria importante para a sociedade brasileira. E que não fiquemos, como ficamos aqui no Senado até alguns dias atrás, num debate muito pessoal por falta de uma agenda.

A reforma tributária tramita na Câmara; a reforma política poderia tramitar na Câmara e no Senado numa comissão especial mista, que ocuparia efetivamente o nosso tempo com debates sobre uma reforma importante, que vai trazer benefícios para a sociedade.

Sr. Deputado Sibá Machado, vou lhe dar o aparte, assim que concluir meu raciocínio.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senador Renato Casagrande, ele continua Senador.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr. Senador Sibá Machado, peço-lhe desculpas, mas é que eu estava falando da Câmara.

Mesmo sendo um ano eleitoral, Senador João Pedro, é fundamental que, neste ano, nós possamos avançar na reforma política. A eleição não pode atrapalhar esse debate. E não atrapalhará. Acho que é possível em uma comissão mista seguirmos em frente. E essa é a forma de acabarmos com esse falso debate do terceiro mandato, da re-releição, é o antídoto que temos para acabar com esse debate. Essa proposta de re-releição naturalmente agride o Estado democrático de direito, porque se apresenta de forma casuística e inoportuna. Portanto, vamos acabar com isso.

Proponho a criação de uma instância que nos permita aperfeiçoar os institutos que regulam a nossa política e criamos mecanismos de combate à corrupção, ao fisiologismo, ao patrimonialismo, práticas que ainda permeiam as relações políticas e afastam os homens públicos do cidadão.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Renato Casagrande, darei dois pontos de vista para contribuir com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. O primeiro

é sobre a história do terceiro mandato. Digo para V. Ex<sup>a</sup>, com toda a segurança, que vejo só uma coisa boa nisso: reconhecer que o Presidente Lula e o Governo estão muito bem, porque, se não fosse assim, essa história estaria ridicularizada e não estaria sendo tratada aqui. Então, é a única coisa boa que vou considerar do debate do terceiro mandato. O segundo ponto é que isso não pode virar agenda do Congresso, porque está na cabeça de uma ou de outra pessoa que – acho – está dormindo mal à noite, reconhecendo que o Governo está muito bem, mas temendo que ele possa, de uma hora para outra, recomendar um prolongamento do Governo em uma terceira oportunidade. Isso, então, está mais do que colocado, pelo menos nas instâncias do meu Partido. E, em todos os momentos em que estive presente em conversas com o Presidente Lula e esse assunto foi tratado, ele foi rechaçado de primeira. Inclusive, na última vez, o Presidente chegou a dizer que teria até problemas na convivência com o PT, se essa proposta tomasse corpo dentro do nosso Partido. Portanto, não é assunto para nós.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Mas a reforma política é assunto.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Esse foi o primeiro ponto. Sobre a reforma política, quero dizer que nós tivemos um momento muito importante nesta Legislatura, especialmente no ano de 2005 para 2006. Tentou-se de tudo, inclusive a chamada mini-reforma, apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen e aprovada aqui na velocidade da luz. E, quando chegou lá...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – E foi acabar na Câmara...

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Nós temos um problema de entendimento no Congresso. Eu espero que V. Ex<sup>a</sup> tenha êxito nessa propositura.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – É por isso que eu proponho uma comissão mista; Câmara e Senado, juntos, debatendo a proposta.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Para negociar, senão a matéria não anda. Sai uma história de lá e, quando vem para cá, muda; sai uma idéia daqui, quando vai para lá, não anda ou coisa parecida. E, aí, encerrando o aparte, com muito orgulho, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que apresentei duas PECs que tratam da história do fim da reeleição. Uma das PECs, já aprovada na CCJC, diz que se encerra o instituto da reeleição no Brasil, mas que se aumenta os mandatos para cinco anos. E o Senador Marco Maciel...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – E o mandato de Senador, Senador Sibá Machado?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – O mandato de Senador da República com cinco anos – todos são com cinco anos.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Todos com cinco anos.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Linearmente, de Vereador a Presidência da República – todos com cinco anos.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sou favorável à proposta de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Várias vezes, eu ouvi pronunciamentos e li artigos do Senador Marco Maciel tratando dos problemas que o País viveu, quando teve a desconexão do mandato do Parlamento com o da Presidência da República. Concordo com ele, mas a minha PEC propõe que seja todo mundo linear. E a segunda PEC diz que todo mundo deve ser votado e empossado, executando os seus mandatos num mesmo momento. Então, são duas PECs que se somam e eu ficaria honrado se pudéssemos tirá-las das gavetas do Congresso Nacional para colocá-las ou apensá-las a outras idéias que por acaso estejam tramitando. Mas vou concordar com V. Ex<sup>a</sup> num ponto: se as duas Casas não fecharem um entendimento daquilo que pelo menos pode ser o sinal de um novo caminho do fortalecimento da democracia, a reforma política fica só na conversa e a gente não consegue implementá-la. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que traz à Casa na tarde de hoje.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Eu agradeço. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que é por isso que a reforma política é importante, porque ela gera o debate, ela cria o debate. Discutir pontos do sistema político eleitoral isoladamente não é bom, é bom discuti-los e votá-los de forma articulada. Por isso, uma comissão poderia pegar a PEC de V. Ex<sup>a</sup>, com a qual concordo, e trabalharíamos para que pudéssemos votar e aprovar, num trabalho coordenado entre Câmara e Senado.

Sr. Presidente, essa era a questão. Eu gostaria de apenas mais 30 segundos.

Hoje, eu e o Senador Tião Viana, que está aqui presente, tivemos um debate no conselho político sobre as três propostas aprovadas nesta Casa. Dois projetos do Senador Paulo Paim tratam da Previdência e a proposta de V. Ex<sup>a</sup> trata da regulamentação dos recursos para a área de saúde.

O Governo manifestou, lá, preocupação com a repercussão financeira: até 2011, R\$49,5 bilhões nos três projetos. Então, o Governo manifestou preocupação e busca um debate para poder chegar a uma alternativa.

Acho que a vantagem de termos aprovado, especialmente, a proposta de V. Ex<sup>a</sup> é que também está forçando o Congresso e o Governo a buscarem uma saída. Lá se discutiu uma alternativa – não tem nenhuma proposta formada – de como financiar esse recurso, esse aumento de recurso para a área de saúde. Discutiu-se a questão do álcool, do fumo, como aumentar recursos, arrecadação nessa área, discutiu-se a relação com planos privados, com a saúde privada, de ressarcimento para a Administração Pública, do Sistema Único de Saúde.

Então, só para informar a V. Ex<sup>a</sup> o debate que nós tivemos, que foi um debate produtivo, importante, sem solução, mas tenho certeza de que a posição do Senado vai fortalecer a busca de um caminho para aumentarmos os recursos para a área de saúde.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Renato Casagrande, eu estava atentamente ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, e concordo com o Senador Sibá quando trouxe aqui a inteligência do Senador Jorge Bornhausen. Mas atentai bem aqui, que quero dizer o que é o mais grave: que V. Ex<sup>a</sup> tenha o êxito que o Senador Jorge Bornhausen não teve!

Mas queria advertir para a maior imoralidade que existe. Vivemos, somos políticos. Senador Renan, hoje, a gente chega a uma cidade, e, aí, chega um líder. Atentai bem! Isto aqui não tem mais jeito, não! Temos de consertar, é urgente! Ô Senador Casagrande, olha isto: a gente chega a uma cidade – governei o Piauí por duas vezes –, e aí chega um líder de um Partido que nem conheço. Existem trinta Partidos neste País. Renan, ele chega com um papelzinho com trinta nomes, às vezes até na minha cidade, em que nasci, em que me criei e onde fui Prefeito e cirurgião. Não conheço nenhum nome dos candidatos. Eles dizem assim: “Olha, há trinta candidatos a Vereador. Apoiamos seu candidato, e o senhor dá R\$4 mil para cada um.”. Trinta vezes quatro são R\$120 mil. Digo: “Rapaz, não tenho mensalão, não! Isto aqui é um absurdo!”. Aí ele diz: “Não, a gente baixa para R\$3 mil, e ficam R\$90 mil.”.

Entendeu, ô Senador Renato Casagrande, a gravidade? Isso é o real.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado pela sua observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Já, já, no fim de semana, estará ocorrendo isso. Não existe esse número de Partidos. Isso não existe, e temos de ver um meio... Eles estão servindo para isso, e quem tem recursos compra mesmo.



Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros, que já presidiu esta Casa e que foi Ministro da Justiça deste País, um extraordinário Ministro da Justiça. Dou esse testemunho, porque governava o Piauí. V. Ex<sup>a</sup> foi um extraordinário Ministro da Justiça no seu mandato.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Alagoas perdeu mais um filho ilustre, agora, no último dia 17 de abril. O Major-Brigadeiro Othon Correia Netto deixou uma vida verdadeiramente de herói, aos 87 anos, no Rio de Janeiro.

Nascido em Viçosa, Othon foi um dos poucos brasileiros a sobreviver a um campo de concentração da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, em 1945. Voluntário do Primeiro Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), ele serviu durante a campanha da Itália e realizou, Sr. Presidente, 58 missões de combate em seu lendário avião P-47. Numa delas, foi abatido pela artilharia antiaérea. Feito prisioneiro de guerra, foi levado para dois campos de concentração no interior da Alemanha, de onde foi libertado no final do conflito.

Imaginem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os dramas e as intempéries que esse bravo alagoano enfrentou durante sua juventude, sobrevivendo às mais duras condições de combate e de aprisionamento!

Depois da guerra, Othon Correia Netto prosseguiu a carreira militar, exercendo várias funções de comando e Estado-Maior da Aeronáutica até 1966, quando saiu do serviço ativo da nossa FAB.

Deixo aqui, Sr. Presidente, nestas poucas palavras, meus sinceros sentimentos à viúva, Dona Lúcia; aos filhos, Othon, Lílian e Cristina; e aos quatro netos.

Saibam todos que Alagoas tem profundo orgulho de ter tido um nome de sua grandeza, que testemunhou os acontecimentos mais graves do século passado.

Que as novas gerações, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, vejam em Othon um exemplo não somente de coragem, mas de um patriota, de um pai de família dedicado, que deixará muitas saudades!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa ao pesar pelo Brigadeiro Othon Correia Netto, da nossa Aeronáutica, que nos faz lembrar do ícone daquela Força Armada, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que, em vida, deixou um pensamento muito atual, que simboliza também o pesar que tenho pela passagem de Othon Correia Netto. O Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu o período

de exceção, a ditadura civil Vargas, disse: “O preço da liberdade é a eterna vigilância.”. O Senado está nessa vigilância.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Até há bem pouco tempo, estava aqui o Senador Pedro Simon, que chamamos para usar a palavra como orador inscrito. (Pausa.)

Continuamos a chamar os oradores inscritos. Depois do Senador Pedro Simon, vem outro Pedro, o Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores do Estado do Amazonas.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente, como fiz com os que o antecederam.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa. Serei rápido.

Primeiro, quero congratular-me com os servidores e pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), essa grande instituição de pesquisa, essa empresa brasileira que tem presença nos campos desse imenso território brasileiro. A presença da Embrapa é importante sob o ponto de vista do conhecimento, da pesquisa e das contribuições que aquela empresa vem dando, principalmente nesses últimos anos.

Eu estava ouvindo o Senador Sibá falar da importância do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e de mais recursos que o Presidente Lula apresentou na tarde de ontem. Quero falar da minha alegria. A Embrapa merece, sim, mais recursos. Os servidores e os pesquisadores da Embrapa merecem um salário melhor. A Embrapa cumpre um papel estratégico dos mais importantes e é uma empresa que orgulha todos nós. Há muita coisa boa neste Brasil, e uma delas é a presença da Embrapa, principalmente o resultado dos estudos e das pesquisas dessa empresa, que está no meu Estado, em Roraima e no Pará.

Faço menção aqui à postura do Presidente Lula em atravessar o Atlântico e colocar a Embrapa nos países africanos. Agora mesmo, o Presidente veio de Gana e reafirmou o compromisso da presença da Embrapa naquele país, como já está na África do Sul. Ou seja, é importante que essa empresa pesquise e estude o campo nos países irmãos da África.

Sr. Presidente, fiz esse registro, mas vou falar da importância de a Câmara dos Deputados, de o Congresso Nacional entender que a prioridade, neste exato momento, é enfrentar e travar o debate da reforma tributária. Penso que, até julho – estaremos aqui até 17 de julho, antes do recesso do meio do ano –, essa é a prioridade da Casa. Precisamos travar um debate

sobre a reforma tributária não apenas internamente, mas também com a sociedade brasileira.

Há pouco, ouvi o Senador Renato Casagrande propor, de forma concreta, uma Comissão Mista para dar início aos trabalhos da reforma política. A reforma política é necessária, é tão urgente quanto a reforma tributária. A reforma tributária é o encontro de um vácuo, de uma distância da sociedade brasileira com a distribuição de renda. Precisamos fazer justiça do ponto de vista da distribuição de renda, da tributação, dos impostos, dos índices a serem arrecadados, enfim, da distribuição, da descentralização dos recursos. E isso só acontecerá por meio da reforma tributária.

Fiquei satisfeito. Ontem, eu soube que avançou o entendimento para a definição da Relatoria e da Presidência da Comissão que vai tratar da reforma. O ex-Ministro Antonio Palocci foi designado Presidente da Comissão que vai tratar do assunto na Câmara. Espero que a Comissão comece a trabalhar e que o Congresso Nacional faça um debate profundo sobre a reforma tributária, um debate com compromisso, com olhar democrático, compromissado com as questões sociais e com a distribuição justa da renda no País. Falo, hoje, da importância disso.

Alguns números atuais da nossa economia, do contexto político, social e econômico em que o Brasil vive são animadores. O Brasil precisa, portanto, fazer a reforma tributária. Já existem números importantes. Sr. Presidente Mão Santa, a pobreza no País, nos últimos anos, precisamente nos seis anos do Governo do Presidente Lula, diminui 20% – 19,8%, para ser preciso. Para mim, isso é importante. É uma mazela a pobreza, a exclusão econômica e social de parcela do povo brasileiro, de homens e de mulheres. Para mim, diminuir a pobreza é um índice importante. E o Governo Lula fez isso, nos últimos seis anos.

Quanto ao PAC, Sr. Presidente Mão Santa, nos próximos anos, haverá mais de R\$1 trilhão de dinheiro público, com a participação do setor privado brasileiro. Serão recursos de mais de R\$1 trilhão, R\$1,2 trilhão, destinados para investimento em infra-estrutura – este é outro número importante que aqui registro.

O investimento estrangeiro no Brasil, somente no ano de 2007, em um ano apenas, está na ordem de US\$34 bilhões. Em um ano, o investimento estrangeiro no Brasil foi superior ao de uma década de privatizações do Governo passado. Foi uma década de privatizações, a década de 90. Em um ano, o de 2007, os investimentos de US\$34 bilhões foram superiores aos obtidos em dez anos de privatizações. São números que me deixam animado com o presente, mas fundamentalmente com o futuro do País, com o futuro da sociedade brasileira.

Outro número que é importante frisar neste debate e do qual vou fazer o registro são as reservas internacionais, nossas reservas, que, hoje, estão em torno de US\$190 bilhões.

Com toda essa situação internacional, com a crise nos Estados Unidos e, agora, com o aumento dos preços dos cereais, dos alimentos – esse preço cresce, porque também há uma distribuição de renda –, com toda essa dificuldade, alguns países começam a comprar alimentos, a ter acesso a eles, e esse é um dos fatores que provocam o aumento dos preços.

Nos últimos anos, o Brasil cuidou com rigor da macroeconomia. Os números que acabei de citar são importantes. O Governo deve continuar nesse caminho, nessa trilha. Esse é o compromisso. E penso que podemos coroar este momento com a reforma tributária. Se a reforma política é importante e é um passo para consolidar e para qualificar nossa democracia, o Congresso Nacional – neste exato momento, a Câmara dos Deputados – não pode deixar de encarar e de travar o debate da reforma tributária com a sociedade civil, não somente no âmbito da Câmara dos Deputados.

Este será um ano rico, se concluirmos o debate até o meio do ano. Depois, haverá as eleições municipais, outro momento importante para reafirmarmos a democracia, a representatividade de Vereadoras e de Vereadores eleitos para as Câmaras Municipais e de novos Prefeitos. O Brasil chegará ao final deste ano, com certeza, com muita alegria, com os números da nossa economia e, acima de tudo, com a reforma tributária e com uma eleição que reafirme o presente e o futuro, com a democracia brasileira elegendo Prefeitos e Vereadores que possam fazer mais pelo povo, principalmente pelo povo simples e pobre do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Pedro, também V. Ex<sup>a</sup> tem de influenciar a sua bancada, porque esta Casa teve uma subcomissão de reforma tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, profundo conhecedor da economia do Nordeste e do Brasil, um dos maiores valores desta Casa e da política brasileira. Ele era o preferido de Mário Covas para ser Presidente da República. Então, Tasso Jereissati dirigiu essa subcomissão, debruçou-se sobre ela. E eu fazia parte dela.

Sobre a reforma política, todos nós reconhecemos que o Senador Jorge Bornhausen fez um trabalho extraordinário, com sua experiência e inteligência. Mas ela foi para a Câmara Federal e ficou enterrada. Aí, dou até razão de o Luiz Inácio, nosso Presidente, ter dito que, quando passou por lá, havia 300 picaretas. Dou testemunho de que saiu daqui uma reforma

política, pela inteligência de Jorge Bornhausen, e uma reforma tributária também, pela inteligência do Senador Tasso Jereissati.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, gostaria de usar da palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, porque não é Líder só do PCdoB. É líder do Nordeste, é meu líder.

Em tempo, também quero manifestar o reconhecimento pela brilhante sessão em que V. Ex<sup>a</sup> homenageou hoje a imprensa brasileira pelos seus 100 anos de existência.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Brilhante foi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> na sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Tenho procurado aprender com V. Ex<sup>a</sup>. O partido de V. Ex<sup>a</sup>, o PCdoB... As duas vezes em que cheguei ao Governo do Estado do Piauí foi com auxílio do partido de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade. E não deixo de reafirmar que o PCdoB nunca se arrependeu um minuto da posição que adotou.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Já pensou se o PCdoB me apoiasse para a Presidência da República!

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PC do B – CE) – Quem sabe! Já o apoiamos para Governador duas vezes. Se o partido de V. Ex<sup>a</sup> o escolher...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> vai ser o meu Richelieu.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PC do B – CE) – Gostaria de ajudá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna, em nome do meu partido, para fazer uma alusão a este acontecimento que considero de muito significado para a América do Sul, que foi a eleição do Sr. Fernando Lugo para presidir o país vizinho, integrante do Mercosul, o Paraguai.

Durantes décadas, o país esteve dominado por um único segmento, com uma coloração...

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Seis décadas.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Precisamente, seis décadas, é o que nos comunica o nosso Senador João Pedro, lá do Amazonas. Seis décadas, 61 anos de comando de uma oligarquia difícil, que instituiu também uma ditadura no Paraguai e

submeteu aquele povo, uma nação inteira... Lá, 80% da população corresponde à nação guarani, são nativos que estão ali naquele país e que falam os dois idiomas: o espanhol, do colonizador, e o guarani.

Então, é muito significativa a eleição no Paraguai. Juntamente com a eleição de Fernando Lugo, houve a eleição direta dos primeiros parlamentares, pelo voto do povo, para compor o Parlamento do Mercosul, algo que a Argentina e o Uruguai farão em 2009, e o Brasil, em 2010. Os paraguaios são os primeiros a eleger Deputados, quer dizer, parlamentares, para o Parlamento do Mercosul pelo voto direto da população de seu país. As atuais representações foram indicadas pelos parlamentos. Nós, representantes do Brasil – nove Senadores e nove Deputados Federais –, fomos indicados pelas nossas Casas respectivas, o Senado e a Câmara.

Agora, a representação paraguaia é eleita pelo povo paraguaio para o Mercosul, o que enseja maior força para este Parlamento regional, o Parlamento do Mercosul, que reúne quatro países como membros; dois como associados, que são a Bolívia e o Chile; e um em via de ser membro permanente, a Venezuela; os demais, exceto as Guianas, são membros associados. Então, é um Parlamento que vai ganhando grande fôlego, grande papel e grande destaque.

Refiro-me especialmente a esta situação, que é a nossa relação com um país vizinho e a eleição de um homem progressista, da Igreja Católica, ligado à Teologia da Libertação, um bispo que deixou o seu bispado para disputar a eleição de Presidente da República e que a ganhou, o que tem um significado histórico para o Paraguai e para a América do Sul. Esse acontecimento tem muito significado político para a frente, para a unidade dos nossos povos.

A eleição de Fernando Lugo, conhecido como “bispo dos pobres” – V. Ex<sup>a</sup> é conhecido como Mão Santa, e ele, como “bispo dos pobres” –, para Presidente do Paraguai confirma a tendência sul-americana de escolher governos voltados para o atendimento das necessidades de seus povos e dos povos do continente, e que se contrapõem às oligarquias regionais e aos representantes principalmente do imperialismo contemporâneo, que é o imperialismo norte-americano, essa nação poderosa que tem exércitos espalhados por todos os continentes.

Mal disfarçando sua torcida contra a vitória de Lugo – confirmada pelo eleitorado paraguaio no domingo –, a mídia conservadora do mundo e também brasileira arrolou, desde a campanha eleitoral, os possíveis problemas que sua escolha representaria. Seria um novo Evo Morales, diziam os jornalões, referência à defesa dos interesses do povo boliviano, que levou

o governo daquele país a renegociar, de forma muitas vezes dura, tratados lesivos à sua soberania e aos direitos do seu povo.

A principal bandeira da campanha eleitoral do novo presidente paraguaio foi a defesa da revisão dos tratados com o Brasil e com a Argentina, concretizados há mais de duas décadas, quando as ditaduras das duas nações acertaram com a ditadura paraguaia o uso do potencial hidrelétrico dos rios que fazem a fronteira entre esses países.

A nossa opinião é a de que os contratos, os tratados, devem, sim, ser respeitados. Acho que Fernando Lugo deverá respeitar os contratos com o Brasil. E o Brasil, ao mesmo tempo em que exige o respeito aos contratos, deve ter uma relação amistosa, de confiança, com o governo do campo democrático e popular que o Paraguai acaba de eleger.

Outro problema é a existência de latifundiários na faixa de fronteira e mesmo dentro do território paraguaio, já mais distante da nossa fronteira, que são os plantadores de soja. Há grandes proprietários e muita mão-de-obra brasileira. Não podemos aqui fazer uma confusão entre latifundiários, sejam paraguaios, sejam brasileiros, e os chamados “brasiguaios”, uma mão-de-obra barata, que foi levada do Brasil para se associar a uma mão-de-obra barata também do Paraguai. São duas coisas distintas: há os latifundiários no Brasil e no Paraguai e os trabalhadores dessas áreas, que são áreas rurais.

Com certeza, Fernando Lugo deverá examinar o potencial que seu país tem do ponto de vista produtivo, ainda mais se fizer uma ampla reforma agrária em seu país, que é o que devemos ao nosso povo secularmente, um problema do capitalismo que o Brasil não conseguiu resolver até hoje. Esse é um problema que também está instalado, entre as desconfiças que foram preparadas a respeito de Lugo, e que poderá ser afetado pela prometida reforma agrária que Lugo defendeu durante a campanha. Mas o principal item da campanha e da agenda com o Brasil é o Tratado de Itaipu, que viabilizou a construção daquela que é hoje a maior hidrelétrica em funcionamento no mundo.

Talvez o mais significativo, Sr. Presidente, seja ressaltarmos o papel dessa empresa. Como membro da Comissão de Infra-Estrutura do Parlamento do Mercosul, estive com deputados paraguaios e uruguaios. Formamos uma comissão de representantes dos parlamentos paraguaio, uruguaio e brasileiro e fomos até Itaipu. Fizemos uma visita a Itaipu. Itaipu não é uma empresa para ser privatizada ou estatizada. Itaipu é uma estatal binacional, pertence ao Brasil e ao Para-

guai. Todo debate, toda discussão considera essas duas partes sempre. Fomos lá, e lá está, dividida ao meio: deste lado, “x” técnicos brasileiros; do outro lado, igual quantidade de paraguaios – diretor brasileiro, diretor paraguaio.

A dívida da construção de Itaipu, que vai sendo paga até 2022, é conjunta, respaldada pelo Brasil, que é a garantia de que aquele empreendimento será pago, serão pagos os seus empréstimos. E, a partir de 2022, a parte da energia fornecida e que é do Paraguai, esse país poderá vendê-la a quem quiser. Em 2022, todo o tratado de venda da energia será reexaminado, porque isso já faz parte do tratado. Claro, o principal comprador, evidentemente, é o Brasil. Mas, se alguém pagar mais pela energia, o Paraguai tem todo o direito de vendê-la, se não for utilizá-la.

Mas qual é a minha expectativa? É que, com o Governo novo, o Paraguai possa se desenvolver de tal sorte que não precise vender a sua energia, que ele consuma a sua energia. Para isso, o Governo brasileiro já se antecipou, através de Itaipu, através do BNDES e através da sua chancelaria, dizendo: “Vamos ajudar o Paraguai, vamos ajudar a estender as linhas de transmissão para poder fornecer a energia de Itaipu para que os paraguaios possam utilizar a sua energia”. É inconcebível que o Paraguai tenha uma quantidade enorme de energia, que cruza o seu território e volta para o Brasil, e dela não possa se beneficiar.

O Brasil já se antecipou. O Governo do Presidente Lula, que já vinha conversando com o governo paraguaio, manifestou publicamente a intenção de aprofundar esses contatos. Depois da confirmação da vitória, o Chanceler Celso Amorim considerou justa a reavindicação paraguaia de renegociar o preço da energia comprada do Paraguai. O presidente eleito manifestou disposição semelhante e defendeu a racionalidade e a objetividade na negociação. Por que ele defende isso? Porque se trata de uma empresa paraguaia e brasileira. Não é uma empresa em que o Paraguai vai chegar agora e dizer: “Vou estatizar Itaipu”. Não pode. Ela é uma empresa do Paraguai, pertence ao Paraguai, só que pertence ao Paraguai e ao Brasil. E é o empreendimento binacional de maior sucesso em toda a América, do Alasca à Patagônia. Não há empreendimento com tal força na área de produção de energia, com tal êxito, entre nenhuma nação dessa região do mundo que é a América, partindo do Alasca até a nossa Patagônia, já na América do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Senador Inácio Arruda, Professor Cristovam Buar-



que, V. Ex<sup>a</sup>, que é professor, deixe-me participar desse debate.

Temos que ser justos. Uma das páginas mais bonitas do Presidente Luiz Inácio foi ele ir à África, na sua missão de relações exteriores, e pedir perdão por termos tirado os filhos africanos nos navios negreiros – e Castro Alves bradava: “Ó Deus, ó Deus, onde estais que não respondes?” – e colocarmos aqui.

Entendo que foi uma grandeza do Presidente Luiz Inácio, mas também é uma grandeza nós reconhecermos, e por isso que somos os pais da pátria, que nós devemos muito ao Paraguai. A página mais vergonhosa da nossa história foi quando os paraguaios iniciaram uma fábrica têxtil para concorrer com o poder econômico perverso da Inglaterra... O poder econômico é perverso. Isso que nós estamos assistindo dos Estados Unidos no Iraque foi mais feio. A Inglaterra, numa concorrência...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede então um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Vai já. Mas deixe-me explicar: numa concorrência do têxtil, porque quem ganhava o mundo, o comércio, eram os produtos ingleses – o tropical era inglês, a casimira era inglesa, todos os produtos têxteis, o linho era inglês –, então eles começaram a industrializar e a comercializar nesse mercado. Os ingleses deram dinheiro para o Brasil, para a Argentina e para o Uruguai para nós trucidarmos o parque industrial.

E mais: era Brasil, Argentina, Uruguai, a Inglaterra, com dinheiro, e os portugueses, que aqui estavam com medo dos franceses. Então, eram cinco países contra o nosso irmão Paraguai.

Então, quero que V. Ex<sup>a</sup>, que é do Mercosul, inclua o meu nome para ir à posse do novo presidente resgatar essa atrocidade da nossa história.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Já está incluído.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco países contra o Paraguai! É uma história vergonhosa!

Professor Cristovam Buarque, eu visitei o Museu do Paraguai e vi, em cartolina, escrito com pincel atômico essa vergonhosa história: cinco países contra ele. Então, é hora também de o Presidente Luiz Inácio – se ele não quiser, nós vamos lá –...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – ... pedir perdão por aquele massacre que foi feito ao país-irmão.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – É muito significativo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, eu ia apartear-lo para lembrar também o episódio de uma indústria desenvolvida por Delmiro Gouveia, um ipuense lá do Ceará, que resolveu que poderia represar águas, produzir energia elétrica e industrializar o Nordeste, produzindo tecido, produzindo linhas. E tinha uma linha, que hoje é chamada Linha Corrente Laranja, que pertencia aos ingleses, e os ingleses então começaram a perseguir o Delmiro Gouveia. Até hoje não foram esclarecidos o seu assassinato e a destruição das indústrias que ele começou a montar no Nordeste brasileiro.

É esse o tipo de enfrentamento. Por isto, eu considero que o Governo brasileiro tem que ser duro na defesa dos contratos e dos tratados que assinou, justos, mas sem perder a ternura para poder negociar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB-PI) – “Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás.” E Albert Einstein disse que não é a força que traz a paz, é o entendimento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – É o entendimento, e, esse entendimento, defende Lugo e defende Lula. Devemos ter racionalidade e objetividade na negociação. O que ocorre?

O Paraguai consome, infelizmente, apenas 12% da sua parte de energia, o que corresponde a 6% da energia de Itaipu. Infelizmente! O que eu gostaria é que ele já consumisse mais, porque, se assim fosse, significaria que ele estaria mais desenvolvido, estaria progredindo mais, o seu povo estaria mais bem atendido. Uma nação nativa, com o povo guarani querendo ascender, querendo crescer, querendo se desenvolver, é lógico que tem que ter o nosso entendimento, que V. Ex<sup>a</sup> levanta, que é a compreensão dos problemas para dar uma solução justa, adequada.

Veja o que ocorre: o preço da energia de Itaipu é cotado em dólar, e é evidente que o dólar está despencando no mundo. Muita gente acha que o dólar está despencando em prejuízo dos Estados Unidos. Não é isso. Ao despencar e ao se desvalorizar no mundo inteiro, os Estados Unidos não estão tendo prejuízo, estão ficando mais competitivos, os produtos americanos estão podendo ser vendidos com mais força no exterior. Como a energia é cotada em dólar, o preço da energia está caindo, o valor dessa energia está diminuindo, está decrescendo esse valor, porque o dólar está em queda. E nós comercializamos essa energia de Itaipu em dólar. Itaipu vende para o Brasil em dólar e vende para o Paraguai em dólar, pagando ao Paraguai também em dólar na parte que compra dele.

Então, a queda do dólar está causando prejuízo ao Paraguai e ao Brasil. Talvez tivéssemos de dizer que Paraguai e Brasil, unidos, vão usar outra moeda. Essa moeda não nos serve mais, essa moeda está prejudicando o Brasil e o Paraguai.

É bom examinar também desse ponto de vista, senão podemos nos enredar num problema que está longe de solução se nós tivermos como base da negociação a moeda norte-americana, porque ela está se desvalorizando, sobretudo em vantagem para os americanos e não em desvantagem. Eles têm um outro tipo de poder. Eles não têm só moeda; eles têm a moeda e têm as armas, têm as bombas, têm os aviões, têm os exércitos espalhados pelo mundo inteiro. Eles têm um outro poder de dissuasão diferente da moeda. A moeda é um dos grandes instrumentos, mas não é o único. Então, o que de principal nós devemos fazer com o Paraguai é um grande entendimento.

Lugo deve ser recebido no Brasil para um grande entendimento, e nós devemos ir, na pessoa do Presidente Lula, como temos ido seguidas vezes, ao Paraguai, para um grande entendimento.

Espero poder estar presente na posse de Lugo, acompanhado de V. Ex<sup>a</sup>, para que a gente possa fazer esse resgate importante da história brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Um momento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Pois não, Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador, eu não posso deixar de fazer um aparte ao seu discurso, pela importância dele e pela importância do assunto. O seu discurso teve a sua importância, e o assunto tem mais ainda. Nós vamos entrar em uma relação tensa, mas tensa em defesa dos interesses do Paraguai, que é obrigação do Presidente daquele país; e tensa pela defesa dos interesses do Brasil, que é obrigação do nosso Presidente. E aí eu quero dizer que, hoje, eu sinto uma certa tranquilidade nesse momento dessa tensão, porque, se há uma coisa do Governo Lula – e eu reconheço que há diversas –, mas se há uma coisa, Senador Mão Santa, que a gente tem de reconhecer que está sendo feita com compromisso e competência é a política externa. Não se abriu mão de um compromisso e não se cometeu um erro. Isso é muito raro. Não se abriu mão de compromisso... Por exemplo, mandar tropa para o Iraque. Não; não se fez. Agora, ao mesmo tempo, sem mandar a tropa, com extrema competência não se criou um contencioso com os Estados Unidos. Creio que, pelo que eu ouço por aí,

hoje no mundo existe uma espécie de instituição, que é o casamento da liderança do Presidente Lula com a competência e seriedade do Ministro Celso Amorim. Olhem bem: não há hoje um Ministro de Exterior com o prestígio do Ministro Celso Amorim, salvo aqueles cujo prestígio vem do país. A Ministra das Relações Exteriores do Estados Unidos tem prestígio porque, nos Estados Unidos, qualquer um que se colocar no cargo terá prestígio.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – A força do seu governo impõe o prestígio.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Impõe, como a Inglaterra também. A Ministra das Relações Exteriores de Israel se torna importante pelo fato de ali se ter um foco de tensões. Raramente o mundo teve um Ministro das Relações Exteriores de um país como o nosso, emergente, ou pequeno, como outros, com tanto prestígio. Eu lembro o Butrus Gali, do Egito. Realmente, ele conseguiu ser. Mas ali havia guerra, e, quando há guerra, os estadistas...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Emergem.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – (...) se sobressaem, a um custo muito alto, sobre o qual vou falar no momento em que chegar no Paraguai. Hoje conseguimos ter um Ministério das Relações Exteriores com um respeito no mundo inteiro que raramente acontece, e penso que nunca aconteceu no Brasil, que eu me lembre. Até porque ele é o que dura mais depois do Rio Branco. O Rio Branco talvez tivesse mais prestígio, mas ali o prestígio era local. Não havia a globalização de hoje. O Ministro Celso Amorim encarna uma política de compromissos e uma competência. Voltando ao compromisso: o papel na África. O Brasil hoje está presente na África, onde nunca esteve. Eu lembro, com todo o respeito que tenho ao ex-Presidente Fernando Henrique, que ele fechou a Embaixada da Tunísia e a Embaixada da Tanzânia para poupar alguns mil dólares. E, para se colocar essa bandeira em um país, merece serem gastos muitos dólares, sim, além de trazer outras vantagens; e também o prestígio que o Ministro Celso Amorim está tendo, que o anterior não teve porque fechava embaixada em vez de abrir. Há uma alta relação positiva benefício/custo na política externa. Eu defendo dinheiro para a educação, mas, na educação, se colocarmos menos de cinco bilhões, não mudamos nada; na política externa, se pusermos cem milhões, adquirimos uma presença internacional e conseguimos, inclusive, embora não seja essa a finalidade, aumentar os negócios do País. Mas não é essa a finalidade principal da política externa; é algo mais.

Então, a política externa do Brasil hoje tem sido sem erro de competência e sem margem de acabar com o compromissos. Então, eu não tenho o que falar. E isso é que me dá tranquilidade em relação ao Paraguai. Eu, às vezes, digo que o próprio Presidente Lula se preocupa muito com o presente, com a popularidade. Na política externa, ele tem dado exemplo de se preocupar com o que vem em longo prazo. Querem ver um exemplo? Se quisesse popularidade, ele teria comprado briga com o Presidente Evo Morales. Ah, teria alta popularidade! Se mandasse tanques de guerra para a fronteira com a Bolívia – bastava chegar perto –, ele viraria o rei do Brasil, porque outros presidentes fizeram isto: fazem guerra para unir o seu povo. O Presidente Lula resistiu a todas as pressões que pudessem acontecer do ponto de vista de insuflar o clima de beligerância com a Bolívia e se manteve firme no diálogo. Quando houve – chamemos assim – a “tomada” da refinaria da Petrobras, o espírito – e vim aqui fazer discurso pela paz, contra a corrente – era de invasão, de briga. E o Presidente Lula agiu com competência – e não se pode deixar de falar – graças ao fato de ter junto um Celso Amorim. Claro que o mérito de ter escolhido o Celso Amorim é do Lula. Esse casamento tem sido bom, e é isso que me dá certa tranquilidade hoje. A gente vai entrar no contencioso, porque espero que o Presidente do Paraguai cumpra o que prometeu ao seu povo, e ele prometeu negociar com o Brasil. Espero que ele cumpra isso, e espero que o nosso seja capaz de defender o Brasil. É aí que a competência do Ministro Celso Amorim e de toda equipe – não vamos falar só do Ministro –, há uma equipe ali...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – O corpo diplomático está muito afinado.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Que o corpo diplomático consiga não abrir mais do que o Brasil deve e, ao mesmo tempo, não ameaçar o Paraguai em nada. Concluo lembrando a Guerra do Paraguai. É preciso que o Brasil estude mais. É claro que há razões para o Paraguai ter mágoas. Gente, morreram 300 mil paraguaios! Tomando as populações de hoje, isso significaria nove milhões de brasileiros. Já pensou se o Brasil perdesse 9 milhões de pessoas numa guerra contra um país, por quantos séculos a gente teria ódio desse país? Acho até que os paraguaios abriram mão, Senador Mão Santa, que trouxe esse assunto, com muita rapidez. E mais: quase todos os mortos eram homens, o que criou inclusive um desequilíbrio populacional que durou décadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Crianças.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Não. E também crianças e mulheres.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eles mandaram crianças para a guerra porque não havia mais adultos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – É verdade. Engraçado, no Brasil, foram só homens porque foram à guerra; mas, no Paraguai, foram crianças e mulheres porque entraram lá nossos soldados, os da Argentina e os do Uruguai, armados pela Inglaterra, como disse o Senador Mão Santa. É natural que eles tenham suas mágoas e é obrigação da gente pedir desculpas. O Senador Mão Santa falou bem. Acho que a gente deve pedir desculpas. Já devia ter feito. Agora, não, porque, se pedir desculpa agora, parece que é por causa de Itaipu. Deixe passar alguns anos. Mas é preciso muito competência. Esta Casa tem uma responsabilidade. O Senado não pode se transformar na Casa do conflito, do insuflamento; tem que ser a Casa da pacificação, da negociação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Ô, Cristovam, estamos fazendo muito. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fez o nosso Presidente pensar. No início do Governo, um bocadinho de alopado quis ser embaixador. Aí a Comissão começou a dar bola preta, bola preta. Aí o Governo aprendeu que é só do Itamaraty. É tudo bola branca. Melhorou. Então, o Presidente Luiz Inácio teve inspiração e sorte ao nomear Celso Amorim, que tem sido para o Presidente Luiz Inácio o que Henry Kissinger foi para Nixon.

Aliás, lembro que Celso Amorim foi do governo anterior também, é um especialista. Henry Kissinger teve tamanha competência que terminou a guerra do Vietnã, acabou com aquela confusão de Guerra Fria. Celso Amorim tem sido para o Presidente Luiz Inácio o que Henry Kissinger foi para Nixon – aliás, continuou até o governo Ford.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Encerro então, Senador, lembrando o Mercosul, do qual fazemos parte. Domingo, outra vez, vamos a uma reunião. Estou de acordo com a sua preocupação de que é preciso dar um salto. É uma grande coisa. O Paraguai demonstrou que está na frente da gente, elegendo pelo voto direto seus parlamentares. Creio que a Argentina também...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Argentina e Uruguai farão em 2009.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Farão em 2009, tem razão, e nós faremos em 2010. Ali está o embrião da futura unidade latino-americana, ali está o

que Bolívar sonhou quando pensou em unificação, e ali temos nós – V. Ex<sup>a</sup>, eu e outros – uma grande responsabilidade por sermos os primeiros parlamentares do Parlamento do Mercosul. Aliás, acho que deveríamos mudar o nome, porque “merco” vem de economia, tem a ver com bolsa, e não com parlamento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – E bolsa é muito sensível...

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Tinha de ser o Parlamento dos Países do Sul, algo assim. De qualquer forma, é um Parlamento do qual o povo brasileiro ainda vai ouvir falar muito. Para mim é uma honra ser seu companheiro nesse Parlamento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – É uma honra também para mim ter V. Ex<sup>a</sup> participando comigo daquele Parlamento. V. Ex<sup>a</sup> tem uma trajetória de Governador de Estado, de reitor, de professor de universidade e fala do Mercosul na condição também de economista. V. Ex<sup>a</sup> chega e diz que deveria ser Parlasul, o Parlamento da América do Sul e não do Mercado do Sul. É um economista mostrando que o caminho mais adequado não é deixar tudo na mão do mercado, porque o mercado hoje até chora, ri, sobe, desce, e o povo sempre sofre quando o mercado se agita.

Então, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> ilustra, significativamente, este pronunciamento que nós fazemos aqui em relação à eleição do Paraguai, que elegeu um ex-bispo, um homem do povo paraguaio que, tenho certeza, irá dirigir com muita dignidade os interesses daquela população.

E considero aqui o aparte do Presidente dos trabalhos neste momento, que mostrou o que significou aquela guerra e quais eram os interesses que estavam por trás dela: eram os interesses de não deixar que a América do Sul se industrializasse. Tratava-se de sufocar a incipiente indústria que nascia; ela foi massacrada, destruída.

E eu fiz um paralelo lá com o Nordeste brasileiro, com Delmiro Gouveia. A gente podia ter começado a industrialização muito mais cedo no Nordeste brasileiro, mas ficamos atrasados em relação às outras regiões brasileiras, ficamos atrasados em relação ao Sudeste. O Norte também se atrasou por pressão das forças da época, do imperialismo da época, que era o imperialismo inglês, que também ocupou vasta área do planeta com seus exércitos.

Quero encerrar o meu pronunciamento voltando-me para essa atitude...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Um instante.

Professor Cristovam, a história é uma só.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele citou aí que o Simón Bolívar... O nosso Dom João VI, quando diz: “Filho, coloque a coroa antes que um...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Antes que um aventureiro o faça.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O aventureiro era esse Simón Bolívar, que andava derrubando tudo o que era rei.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Libertou...

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Mas havia alguns aventureiros aqui dentro. Eu só queria retomar – desculpem a interrupção – essa idéia do mercado.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

**O SR. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Essa idéia do mercado merece um debate aqui também. Hoje eu não tenho a menor dúvida de que sem mercado a gente não caminha bem, mas só com o mercado a gente caminha pior. Eu até diria que o mercado é o termômetro; a penicilina é o Parlamento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Isso é verdade.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Desculpe se eu estou usando metáforas médicas, Senador Mão Santa, pois posso cometer erros...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Puxou das mãos do Mão Santa.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Sem termômetro, poucos médicos conseguem orientar-se bem. Agora, termômetro não cura ninguém. O que cura é a penicilina, é a cirurgia, é uma mão santa, e isso não é o mercado. Mercado não cura; mercado indica. A gente tem de levar em conta, sim, o mercado; ele não pode ser ignorado. Muitos de nós, durante muitos anos, achamos que o Estado era capaz de definir a eficiência pela simples ciência do planejamento. Não. O mercado leva em conta os instintos, os gostos que estão dentro dos seres humanos, sem necessidade da opressão, da disciplina imposta pelo Estado. Agora, se for só o mercado, as coisas não andam bem. Dou um exemplo. É claro que a gente deve aproveitar essa situação da crise energética para produzir biodiesel, mas, se deixar nas mãos do mercado, os estômagos vão ficar vazios para encher os tanques dos automóveis, porque os tanques dos automóveis têm dinheiro; os estômagos não vão ter dinheiro. Aí, o mercado não funciona.



**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE)

– Claro.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Estô-mago só é satisfeito pelo mercado para os que têm dinheiro: entram no supermercado e compram. Para os que não têm, não é o mercado que resolve, é uma política humanista, de parte do Estado, dos governos, usando o dinheiro arrecadado de todos e repassando àqueles que não têm dinheiro para comprar. Então, temos que casar os parlamentos, como símbolos da democracia, e os mercados.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – E compreender que o mercado... Fica sempre a idéia de que o mercado foi criado simplesmente pelo capital. O mercado vem da Antiguidade; os mercados e os mercadores vêm de antes de Cristo. O capitalismo é mais recente, é muito novo. Não foram os capitalistas que criaram o mercado. O mercado é um instrumento de regulação dos negócios do mundo há milênios; não é uma obra de duzentos, trezentos anos atrás, mas de milênios.

Talvez o fator mais significativo e importante que temos de registrar – e o Senador Cristovam busca cristalizá-lo em seu aparte – seja essa possibilidade de transformar a política de relações exteriores do Brasil na América do Sul em algo muito forte, de muita unidade.

Vejam que a principal competição esportiva da América do Sul se chama Taça Libertadores da América. É uma clara alusão aos libertadores. Não era só o Bolívar: era Bolívar, era Sucre, era Miranda, era Abreu e Lima, que foi convocado para aquela turma para sair libertando a América, eis que já não havia mais compatibilidade entre as matrizes, as sedes das colônias em Madri e em Lisboa, e a realidade vivida pelos povos dessa região.

Além do mais, a civilização aqui era antiga. Tínhamos três grandes civilizações – Incas, Astecas e Maias – que foram praticamente dizimadas por esses colonizadores. Um dos livros espetaculares de Darcy Ribeiro trata disso. **As Américas e as Civilizações** é um livro excepcional, que todos nós deveríamos ler e examinar, entre outros títulos de Darcy Ribeiro. Esse título é significativo, porque mostra que aqui tínhamos civilizações avançadas, que tinham um espírito de atuação com o próprio mercado. Os Astecas tinham empresários, tinham um mercado. Eles foram destruídos e dizimados, assim como os Incas.

Então, nós poderíamos tratar essa política exterior brasileira... Disse bem o Senador Cristovam Buarque: é a intuição forte e bem compreendida de Lula casa-

da com uma figura excepcional, que é Celso Amorim, nessa arte de discutir o problema de países, e países vizinhos. Entre países vizinhos sempre surgem problemas. Sempre aparecem muitos problemas entre países vizinhos, mas com muita arte, com muita sabedoria, esses problemas podem ser discutidos.

Quem mais tem tido vantagens hoje, Senador Cristovam, em relação à ação na América do Sul, é o Brasil. O Brasil é superavitário em suas relações comerciais com todos os países da América do Sul. Quer dizer, o Brasil vende muito mais do que compra desses países. No entanto, deveria ser o contrário. O maior mercado é o Brasil, a maior população é brasileira, a maior economia é a brasileira, mas nós somos os que mais vendemos. Mesmo quando se trata da Venezuela, de quem compramos petróleo, a balança comercial tem distorção brutal: são US\$5 bilhões que vendemos para lá contra aproximadamente US\$300 milhões de dólares de lá para cá. É um descompasso absoluto!

Por isso é importante para o Brasil essa figura excepcional de Celso Amorim, que tem de lidar com esses interesses todos, que são interesses econômicos, políticos, sociais. É preciso estar atento a todos eles.

O corpo diplomático, a chancelaria brasileira está muito sintonizada com a situação que vivemos. Os nossos embaixadores estão muito antenados com os interesses da política externa brasileira conduzida por Lula e por seu Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Tenho a convicção de que vamos nos sair bem nessa negociação com o Paraguai. Devemos nos conduzir com racionalidade, com dureza se for preciso, mas a ternura deve sempre estar à frente, pois se trata da unidade sul-americana.

Essa unidade ajuda os povos da América do Sul e, por isso, ajuda muito o Brasil. Se o Brasil souber e tiver a capacidade de dar passos firmes para consolidar essa política, sairia mais forte e mais consagrado na América do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Inácio Arruda, V. Ex<sup>a</sup> é do Parlamento, eu não sou – V. Ex<sup>a</sup> não me convidou –, mas quero dizer que a Alemanha melhorou com o mercado europeu. A dificuldade lá é só a língua. A Espanha, por exemplo, tem o catalão, tem o basco, tem o espanhol, tem o galego. Nós praticamente só estamos hoje com uma língua na América do Sul, é oportunhol. Isso é uma realidade.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Isso é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Quem faz a língua é o povo, é o garçom, é o motorista. Então nós estamos simplificando. Não dizemos mais “obrigado”, que é complicado. Dizemos *gracias*. Eu sei que é uma realidade. Quem faz a língua é o povo. Morrem as outras. O latim, quem estudou...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – No portunhol, o *gracias* fica mais perto de graças. Então, fica-se sempre com o que é mais fácil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O portunhol é uma realidade. Hoje, você entra em um país desses e o garçom, o motorista...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Há um perfeito entendimento entre os nossos povos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Quem faz a língua é o povo.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Essa é a minha opinião; ou seja, devemos consolidar a nossa política de relações com os países da América do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que o Jânio Quadros... Ele que era um lingüista, um professor de português, chegou a pensar nisso.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Ter uma língua só na América do Sul. Enquanto não temos uma língua só, é bom aprendermos bem o português e bem o espanhol. O portunhol vai ficar muito mais fácil se compreendermos bem as duas línguas, com as suas diferenças, com as suas peculiaridades, com os seus sentidos para cada palavra que, às vezes, são muito parecidas com as nossas, mas têm um sentido...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O galego é isso. O galego é exatamente isto: a mistura do espanhol com o português.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – O galego é a nossa interseção. Se você falar com o galego, ele vai dizer que são os criadores do português e do espanhol ao mesmo tempo.

Quero concluir reafirmando a minha convicção, a convicção do meu Partido e a nossa confiança na política externa brasileira, na política externa comandada pelo Lula, mas com essa figura excepcional que é o Ministro Celso Amorim, juntamente com todo o corpo diplomático brasileiro.

Apenas um reparo, para que não cometamos nenhuma injustiça, dois grande brasileiros foram Embaixadores, meu caro Mão Santa: Paes de Andrade, em Portugal; e Tilden Santiago, em Cuba. S. Ex<sup>as</sup> são também duas personalidades da vida política brasi-

leira que buscaram desempenhar, mesmo não sendo diplomatas de carreira, sua atribuição de forma muito eficiente, com o apoio extraordinário do corpo diplomático.

Quero reafirmar minha convicção de que o Brasil terá ganhos significativos se usar sua sabedoria, sua inteligência, sua capacidade de convencimento em um debate frutuoso com o Paraguai, com a sua nova administração tendo à frente o Presidente Fernando Lugo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento, como sempre demonstrando cultura.

Professor Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> está na lista de oradores inscritos. Depois, o Senador Geovani Borges.

Professor Cristovam Buarque, uns falam em abril vermelho, mas falo no abril mais bonito. Foi o renascer da juventude estudiosa de Brasília.

Foi a página mais bonita escrita por esta cidade nos seus 48 anos. Já não acreditavam mais, quando a mocidade surgiu com a sua pureza, seu idealismo e iniciou uma campanha contra a corrupção na universidade que V. Ex<sup>a</sup> ajudou a criar.

Foi uma das mais belas páginas da História do Brasil. Brasília tornou-se realmente capital do nosso País graças à nossa mocidade estudiosa, que teve a coragem de enfrentar a corrupção, e não só a que lá existia, mas aquilo foi um sinal de indignação contra toda a corrupção que há neste País.

Com a palavra o Professor e Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, tomei conhecimento, ainda há pouco, de que aqui está nos visitando uma das mais expressivas figuras da política brasileira ao longo de todo o século XX e, sobretudo, no período da redemocratização, que é o Deputado Fernando Lyra.

Falo da sua importância...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos nos associar. Ele que também representa a grandeza do Nordeste.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Falei da sua importância do ponto de vista histórico, o que todos sabem, mas quero deixar aqui patente, Senador Mão Santa, o meu ponto de vista pessoal, o meu carinho, o meu respeito pela liderança do Fernando Lyra, a quem tive o privilégio de acompanhar como

assessor durante todo aquele período de luta pela re-democratização e, muito especialmente, a eleição do Presidente Tancredo Neves.

Para mim, foi um privilégio. Se eu for escolher algo que mostre a minha colaboração na História, eu direi, sem nenhuma dúvida, diante da televisão, que foi o fato de ter sido auxiliar do Fernando Lyra e, logo depois, como chefe de gabinete, no período inicial do Governo da chamada Nova República, quando, em poucos meses, o Ministro Fernando Lyra acabou a censura, liberou os partidos, ajudou a retomar relações diplomáticas inclusive com Cuba, e saímos fazendo tudo aquilo que era preciso para mostrar que começava um novo tempo, a partir de 1985.

Então, para mim, é um privilégio a coincidência de vê-lo aqui e espero que logo depois possamos conversar.

Sr. Presidente, vim falar de dois assuntos relacionados com a Comissão de Educação, a qual presido. Primeiro, é que, na próxima semana, já temos marcado um encontro com o Presidente Garibaldi, para entregarmos um documento – e V. Ex<sup>a</sup>, como membro da Comissão de Educação, espero que nos acompanhe –, o relatório final das diversas audiências feitas na Comissão de Educação, propondo um rumo para a educação brasileira.

Esse documento, que acaba de ser concluído – o Secretário da Comissão, Júlio Linhares, acaba de me mostrar – vai ser entregue ao Presidente Garibaldi. Eu creio que é um documento histórico. E espero que muitos queiram ler, queiram ver, criticar. O documento vai estar à disposição de todos aqueles que quiserem colaborar, pela Internet, por meio dos *sítes* do Senado.

Mas, ao mesmo tempo em que eu falo disso e presto contas, porque é uma promessa que fizemos de entregar esse documento, quero falar de uma reunião que tivemos na terça-feira, na Comissão de Educação do Senado, que fez aqui o II Seminário Internacional sobre Pobreza e Educação, Senador Wellington, algo que as pessoas não ligam. As pessoas consideram que o fim, a abolição, a superação do quadro de pobreza virá no mundo inteiro pelo crescimento econômico.

Pois um grupo de pessoas da Índia, do Brasil, da África do Sul, com o apoio também do governo britânico, têm-se reunido para discutir como superar a pobreza por meio da educação. Ontem, então, fizemos o segundo seminário. O primeiro foi em Londres, o segundo em Brasília e no próximo ano haverá um na cidade de Joanesburgo, na África do Sul.

Esse encontro se iniciou na terça-feira aqui, na Comissão de Educação, e continuou ontem e hoje em Mato Grosso do Sul. Uma coisa para a qual quero chamar a atenção foi a idéia de que pensemos o mundo como pensamos para o Brasil esse documento que vamos entregar agora. Vamos entregar um documento ao Presidente Garibaldi sobre educação no Brasil.

A idéia que surgiu é a de que precisamos desperditar para o fato de que o mundo precisa ser educado. Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo inteiro se uniu, visando o desenvolvimento econômico. Aí surgiu o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica da América Latina, Comissão Econômica da África, Comissão Econômica da Ásia, o FMI. Surgiram uma infinidade de instituições visando apoiar os países pobres para o desenvolvimento.

O incrível é que eles conseguiram do ponto de vista econômico. Hoje, não apenas o Brasil, a Índia, a África do Sul ou a China deram um salto, mas também os mais pobres países conseguiram sair da pobreza agrícola e dar entrada em algum processo industrial.

Esses organismos, ao longo de 50 anos, mudaram a realidade econômica, mas não mudaram a realidade social. E cheguei a participar muito jovem desse esforço como consultor de organismos internacionais. Morei em Honduras, no Equador, trabalhando na idéia do esforço de industrialização. Acertamos na industrialização; erramos no social.

Está na hora de fazermos, com franqueza, uma avaliação dos erros que cometemos ao acharmos que o desenvolvimento, o crescimento econômico, seria capaz de resolver os problemas sociais e superar a pobreza. O crescimento aumenta a riqueza, mas aumentar a riqueza não significa reduzir a pobreza. São coisas diferentes, porque a riqueza não se distribui. Se houvesse distribuição, ficaria pouco para todo mundo; se ficasse pouco para todo mundo – o que seria possível –, não daria para comprar aquilo de que as pessoas precisam.

Não se consegue ter educação de qualidade para as pessoas por intermédio apenas da renda. Uma pequena minoria pode comprar uma boa escola, mas não há renda para que todos comprem uma boa escola privadamente. A boa escola para todos tem de ser pública.

Não há como ter uma boa saúde para todos, do ponto de vista privado, cada um pagando a consulta do médico. Só vai haver uma boa saúde para todos, se for a saúde pública.

Então, é preciso que a gente entenda que a saída não está no investimento privado, gerando emprego, que gera renda, e que aí as pessoas comprem tudo no mercado. Não. A saída está em fazer tudo isso para dinamizar a economia, porque precisamos de uma economia dinâmica, porque precisamos de renda. No entanto, a solução da água, do esgoto, a solução para a educação, para a saúde virá dos investimentos públicos, obviamente em cooperação total com o setor privado e muitos desses setores.

Na educação, por exemplo, sem a colaboração do setor privado, a gente não vai dar o salto que deseja, mas, se deixarmos só o setor privado, nós não vamos chegar a todos.

Mas a maior de todas as mudanças de posições que a gente precisa fazer é a idéia de que o vetor do progresso está na economia de qualidade para todos e não na idéia de que o vetor do progresso está na produção industrial para o mercado. Isso é preciso, mas não vai fazer a mudança.

O progresso, daqui para frente, virá do capital. Mas o capital do futuro é o conhecimento. O capital do futuro não é mais o capital em dinheiro comprando máquinas, é o capital do conhecimento inventando as máquinas. É a invenção das máquinas que gera de fato a riqueza. Fazer uma máquina, do ponto de vista da quantidade de ferro ou de aço, não é problema, não se precisa dinheiro para isso. Precisa-se de dinheiro para desenhar a inteligência artificial que está dentro das máquinas. E isso só virá de uma revolução na educação.

Vim, na semana retrasada, Senador Wellington, de uma viagem ao Qatar, convidado pelos dirigentes para um seminário sobre democracia e educação, democracia e desenvolvimento. Vi, em pleno deserto, onde está localizada a capital, uma cidade inteira educacional. Estão levando as universidades do exterior para lá. E como são financiadas? Com o dinheiro do petróleo. Eles perceberam que o petróleo vai acabar e só tem um jeito de o país sobreviver: transformando o petróleo de hoje, que vai acabar, na inteligência de amanhã, que será permanente. Estão investindo horrores, do ponto de vista de grandeza, para fazer com que haja uma população educada.

Esse foi o tema do seminário que tivemos aqui na terça-feira e que continuou ontem, hoje e se prolongará até amanhã no Mato Grosso do Sul.

Mas há um item que quero chamar a atenção: é a idéia de que está na hora de termos organismos internacionais dedicados à promoção da educação nos países que não têm condições de, eles próprios,

fazer a revolução educacional, uma espécie de banco mundial da educação.

Se nós pegássemos hoje 1% da renda nacional, daria US\$450 bilhões. Com US\$450 bilhões, não há dúvida de que poderíamos fazer com que os países africanos superassem, em poucos anos, o analfabetismo de adultos e tivessem todas as suas crianças na escola do primeiro e do segundo grau, em poucos anos essas crianças concluiriam um segundo grau de qualidade e, em poucos anos, conseguiriam essas crianças se transformar em vetores do progresso, por meio das universidades, dos centros de ciência e tecnologia.

E, é claro, como estamos num mundo global, alguns deles vão migrar, mas a migração da população instruída não irá pressionar os países desenvolvidos, como ocorre hoje, devido à quantidade de mão-de-obra que ali chega e não encontra emprego. Isso faz com que países europeus sejam obrigados a traírem o humanismo que os caracterizou, colocando barreiras para que ali não entrem pobres do mundo inteiro. Se os imigrantes que chegassem à Europa fossem pessoas instruídas, as portas poderiam estar abertas. Isso é possível.

O que falta? Falta uma vontade nacional, uma vontade internacional para isso. Temos hoje o grupo dos oito, o grupo dos vinte, o grupo não sei de quantos, temos a Assembléia Nacional das Nações Unidas. Cada organismo internacional tem o seu conselho, mas a gente não tem na agenda desses organismos o assunto: educação.

Creio em que Gênova, numa reunião do G8, em que o Brasil, inclusive, foi convidado, colocou-se a educação, mas de uma maneira de passagem, de raspão, que nem saiu nos jornais. Por que os líderes do mundo não fazem uma reunião para discutir o problema da educação, em vez de discutirem apenas os problemas do comércio internacional? Por que não formulam um organismo internacional que de fato se preocupe, tenha recursos para investir na educação? Porque hoje o organismo internacional da educação, a Unesco, não tem os recursos necessários. Por que não faz isso?

E a idéia que surgiu também nesse encontro foi de buscar uma justificativa para isso, Senador Wellington. Só tem um jeito de buscar uma justificativa para isso no mundo de hoje, é não justificar a educação pela educação, é justificar a educação pelo que ela pode fazer para superar as necessidades. E hoje temos três necessidades a serem consideradas.



A primeira é o progresso, é o desenvolvimento. Então, é preciso convencer de que é pela educação que vamos ter o progresso.

As outras duas são o meio ambiente e a liberdade, a promoção da liberdade pelo mundo afora, a defesa da democracia. Os países desenvolvidos hoje se consideram os grandes promotores. Como ter liberdade sem educação? Fala-se de liberdade de imprensa. Que liberdade de imprensa em um país de analfabetos? Como é que a gente pode falar que a imprensa é livre, se 16 milhões de brasileiros adultos não sabem ler?

E se mais de trinta milhões sabem que c-a-s-a é casa, mas não são capazes de ler um texto completo. E mais vinte milhões são até capazes de ler um texto completo, mas não vão entendê-lo direito, porque não vão entender as notícias dos países novos, porque não estudaram geografia; não vão entender os assuntos de política, porque não estudaram aquilo que é necessário de história para se ter um acesso ao conhecimento do que se passa na política.

Não há liberdade sem educação. Não há liberdade de imprensa sem saber ler, sem entender o que se lê e sem ser capaz de reescrever o que lê.

Mas não é só isso. E a liberdade de escolha que tantos falam no mercado? Que liberdade de escolha tem quem não sabe ler para entender inclusive a publicidade? E, se sabe ler para entender a publicidade, mas não tem um emprego bom, com bom salário, que liberdade de escolher tem? Não tem liberdade de escolher aquele que não passou por uma boa educação.

Cada uma das liberdades que o mundo precisa tem por base a educação, e outra é o meio ambiente. Como é que a gente vai resolver o problema do meio ambiente, se não for pela educação? A educação fará duas coisas: primeiro, mudar a cabeça para que a gente não seja depredador da natureza, para que a gente passe a respeitar a natureza, entenda que o consumo tem de estar debaixo do interesse ecológico, que há certos consumos que devem ser proibidos, certos consumos que não devem ser feitos, porque eles destroem o futuro inteiro, porque é como se a atual geração estivesse chupando a natureza que as gerações futuras vão necessitar para comer.

É a educação que faz isso.

Mas não é só isso. É que só a educação, além de reduzir o nível de consumo aos patamares que permitam manter o equilíbrio ecológico, só a educação é que vai permitir desenvolver ciência e tecnologia capazes de substituir os recursos que são escassos,

capazes de substituir os recursos que vão-se esgotar nos próximos anos.

A educação é o caminho para um meio ambiente equilibrado, é o caminho para um mundo livre e é o caminho para um mundo em progresso, o tripé que a gente quer. A gente quer progresso, liberdade e equilíbrio ecológico.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor, permita-me ser professor por um instante. Eu tenho mais idade que V. Ex<sup>a</sup>. Então, eu queria dizer que V. Ex<sup>a</sup> está certo, é só o Brasil aceitar isso. V. Ex<sup>a</sup> está certo. V. Ex<sup>a</sup> é o nosso Darcy Ribeiro de hoje, é o João Calmon. Eu queria dar um dado muito real para o Wellington Salgado, porque ele tem esse investimento e por isso eu o admiro. Atentai bem: Itajubá. Foi um rico, é a coisa mais linda. Ele tem uma frase, lá, que eu não sei de cabeça. Mas Itajubá é uma beleza, um homem de visão fez. Eu fui. Alberto Silva ia ser homenageado como um dos engenheiros mais velhos de lá. Itajubá. E eu vi os homenageados. Olha, eram todos de multinacionais do mundo e eu acompanhando Alberto Silva. Itajubá, quer dizer, foi a visão de um homem. O Arruda é formado lá. Estou dizendo os frutos que dá. Mas o nosso, do Nordeste. Você conhece Petrolina?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois eu fui lá em Petrolina. Eu fui e vi a escola técnica, e vi a produção agrícola, e vi aviões cargueiros, Wellington Salgado, chegando, vi computadores vendo preço mundial de fruticultura.

Eu visitando, visitando, terminei a visita de noite, porque eu queria melhorar a UESPI, as faculdades. Eu queria criar uma Faculdade de Agronomia e eu aproveitei. Aí, de noite, eles estavam me esperando e eu tive de falar para os professores. Eu vi um homem... Imaginem o Wellington Salgado, assim, 30 anos mais velho. Ele se levantou chorando. Quando eu fui lá, essa Faculdade de Agronomia, que é em Juazeiro, na Bahia, tinha 37 anos. E eu disse o que eu tinha visto ali, aquela irrigação, que, hoje, é vinho, o tal Miolo; que hoje é tudo: é avião cargueiro levando – não é? – fruticultura para todo o mundo. Eu, com aquele meu diagnóstico – seis hectares de goiaba, melão, fruticultura –, disse: “Mas a causa está aqui, nesta faculdade.”. Porque eu detectei que de três mil agrônomos – porque a causa é o homem, o homem educado –, 2.600 tinham sido formados ali. Não adianta chegar a luz, chegar nada, não dava certo. É porque chegou, antes, o homem, o agrônomo formado, por isso é que é aquela beleza. Quando eu disse isso, um se levantou – olhem, é

uma cena feia –, um professor, e disse: “Precisou o senhor vir aqui. Só quem anda aqui é o João Alves, que foi Governador do Nordeste e V. Ex<sup>a</sup>”. Então, eu quero dizer que ele se emocionou, porque, quando eles fundaram aquilo, eles eram tidos como uns lunáticos, doidos. E, realmente, aquilo cresceu pela Faculdade de Agronomia que tem ao lado, em Juazeiro, na Bahia. Quer dizer, tudo ali, de três mil agrônomos que tem, 2.600 eram de lá. Se não tivesse o homem, não tinham aquela beleza.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – O senhor tem toda razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Heidelberg é uma experiência internacional. Duas vezes foi bombardeada a Alemanha, mas a respeitaram e ela ressurgiu pela sabedoria da universidade.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Mas eu queria dar...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, o Wellington Salgado merece nossa homenagem, porque ele faz investimento na educação do Brasil.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Cito outro exemplo do tipo de Petrolina, que é São José dos Campos, onde está a Embraer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Essa eu não conheço.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – A Embraer é um instituto do ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Mas voltando, Sr. Presidente, pois já tomei muito tempo e quero concluir, se nós percebermos que esse trio de objetivos – progresso, liberdade e ecologia – virá de uma coisa que os unifica, que é a educação, se percebemos que são três itens mundiais, globais, planetários, que não podem mais ser tratados como coisas de um ou outro país – como a educação, no Brasil, não pode ser tratada como coisa de município –, poderemos perceber que só um programa mundial de educação vai permitir à Humanidade encontrar um caminho, o caminho que impeça o aquecimento global, o caminho que impeça a divisão dos seres humanos de uma maneira tão brutal que vão deixar de se reconhecer como semelhantes, de tão superior que um deles vai ser ao outro, conforme os seus poderes para comprar ciência e tecnologia. E, finalmente, a liberdade. Isso é possível. Um fundo mundial, um órgão mundial, um banco mundial poderia fazer isso.

Vou concluir, porque eu não sabia que o Senador Wellington iria falar, sinceramente.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não vou, não.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Não vai.

Para concluir isso, eu creio que bastava a gente ter um imposto sobre o petróleo, no mundo inteiro. Bastava ter um pequeno imposto sobre as transações financeiras, no mundo inteiro. Um pequeno imposto permitiria à gente ter recursos necessários para que a riqueza do Planeta fosse permanente.

Estou buscando exemplo num minúsculo país do Golfo Pérsico, chamado Catar, onde vi um poço de gás, segundo eles dizem, do qual tudo o que sai vai para a educação. O que sai de um poço de gás vai para a educação. Eles estão transformando um recurso que se esgotará em um recurso inesgotável. Por que a gente não pode aprender com aquele pequeno país e tentar fazer o mesmo em escala global, em escala planetária? Isso é possível e o Brasil pode muito bem liderar um processo desse.

Nós temos, como foi falado aqui, há pouco, pelo Senador Inácio Arruda, uma diplomacia que merece toda nossa admiração, que merece todo nosso respeito e que é perfeitamente capaz de levar uma idéia como essa a se transformar em realidade.

O parlamento solta suas idéias. Pode até elaborar leis para um país, mas, para o mundo inteiro, o mais que a gente pode fazer é soltar as idéias e deixar que alguém que cuida da política externa do Brasil, que são o Presidente e o Ministro, agarre a idéia, se ela for boa, e tente levá-la para convencer os outros líderes do mundo.

Eu só posso dizer que, se não for feito pelo Brasil, ou algum país o fará ou o futuro não vai ser muito bonito. Como o futuro do Catar vai ser muito trágico se não transformarem o petróleo de hoje na inteligência de amanhã, o mundo inteiro não vai ter futuro se não formos capazes de transformar as riquezas de hoje no patrimônio permanente da inteligência no mundo inteiro. Isso é possível.

Creio que a nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na terça-feira, deu a sua contribuição ao sugerir uma proposta como essa, graças a um seminário reunindo Índia, Inglaterra, África do Sul e Brasil, inclusive com a presença de Ministros desses países.

Era isso, Sr. Presidente.

Como prestação de contas, entregaremos, na próxima semana, um relatório que propõe para o Brasil um rumo na educação e, nesta semana, propusemos, na

Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nesse seminário, algo que pode servir para o mundo inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Cristovam Buarque e Senador Wellington Salgado, para concluir essa crença na educação, eu queria relembrar um fato dos Estados Unidos, que são poderosos, que são ricos.

Thomas Jefferson foi presidente dos Estados Unidos e assinou a carta de libertação e a Constituição dos Estados Unidos.

Senador Wellington Salgado quero estimulá-lo a investir cada vez mais na educação. Aliás, peço-lhe que faça esse investimento também no Piauí, na área educacional.

Atentai bem para o túmulo de Thomas Jefferson, Professor Cristovam Buarque. Ele foi presidente dos Estados Unidos, fez a Constituição e a assinou, mas está escrito: “Thomas Jefferson, Autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos e Fundador da Universidade da Virgínia”. Essa foi a grandeza. Não colocaram: “Aqui jaz o ex-Presidente dos Estados Unidos.”

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convido para usar a palavra, depois de cumprimentar o Professor Cristovam Buarque por seu brilhante pronunciamento, o Senador do Amapá e último orador inscrito, Geovani Borges.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se todos soubessem noções básicas de primeiros socorros, muitas vítimas poderiam ser salvas.

Dentre as diversas situações de emergência médica, as causadas pelas doenças cardiovasculares e as provocadas pelas, assim chamadas, causas externas são responsáveis por altíssimos índices de mortalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Geovani Borges, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> porque, regimentalmente, encerraria esta sessão às 18h30min.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –

Eu prorrogo por mais 15 minutos para que V. Ex<sup>a</sup> faça seu pronunciamento à vontade.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>.

Por sinal, com relação ao tema que trago à tribuna hoje, espero contar com a sua contribuição, com a formação de médico que eu e V. Ex<sup>a</sup> temos. Estou informado a respeito de V. Ex<sup>a</sup>, como ex-Governador do Piauí e médico renomado naquele Estado, que tive oportunidade de conhecer e de visitar. Trago um assunto de suma importância para o Brasil, e V. Ex<sup>a</sup> vai se situar ao longo do meu discurso.

Segundo o Ministério da Saúde, 27,6% dos óbitos ocorridos no Brasil, no ano de 1998, foram devido às doenças do aparelho cardiovascular e 12% foram devido a causas externas, abrangendo os acidentes automobilísticos e a violência interpessoal.

Esses males afligem principalmente a população economicamente ativa, causando uma grande perda da capacidade produtiva do País. O trauma é responsável por 35 anos de vida perdidos em relação à expectativa média de vida no Brasil, enquanto as doenças cardiovasculares provocam a perda de 12 a 15 anos.

As situações de emergência são imprevisíveis, e os primeiros socorros, na grande maioria das vezes, infelizmente, são prestados pela população leiga, geralmente despreparada, que está próxima da vítima no momento da ocorrência.

As primeiras condutas são, portanto, regidas por medidas de lógica individual, da cultura popular ou de conhecimentos provindos de fontes inseguras. É isso que o meu projeto quer eliminar. Por essa razão, apresentei a esta Casa o PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 143, de 2008.

O projeto é prosaico, quase singelo, mas de fundamental importância para manter o bem mais precioso, que é a própria vida. Ele altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo a primeiros socorros nos ensinos fundamental e médio.

O objetivo é habilitar os jovens brasileiros a prestar os primeiros socorros a pessoas acidentadas. A finalidade do primeiro atendimento é manter os sinais vitais da vítima e evitar o agravamento do seu quadro, dando-lhe o conforto físico e psicológico até a chegada da assistência especializada.

São procedimentos simples de emergência que, se realizados de modo imediato e eficiente, podem salvar vidas. No caso dos acidentes de trânsito, por exemplo, a omissão e a falta de socorro são apontados como os principais motivos de mortes e danos irreversíveis.

Além disso, acreditamos que a experiência de participar de cursos de primeiros socorros irá desenvolver nos jovens, desde a escola, sentimentos de

solidariedade e de responsabilidade, que se revelarão úteis, principalmente quando estiverem, mais tarde, ao volante.

Ensinando conceito e finalidade, o papel do socorrista e técnicas de observação para avaliação do acidentado, as aulas teriam como objetivo detectar sinais clínicos e condutas de atendimento para acidentados e para os males que podem acometer a qualquer um de nós, tais como: paradas respiratórias e cardíacas; estado de choque; hemorragia; ferimentos e contusões; corpos estranhos na pele, ouvidos, garganta, olhos e nariz; luxações, entorses e fraturas; vertigens, desmaios e crises convulsivas; envenenamento e intoxicação; transporte de pessoas acidentadas; insolação, internação e choque elétrico; queimaduras; afogamento; mordedura de animais e picadas de insetos.

Estatísticas revelam que os principais motivos de óbitos ou seqüelas irreversíveis nas vítimas são a omissão do socorro e a falta de um atendimento eficiente de primeiros socorros.

Atitudes desesperadas e imediatistas podem levar a vítima a óbito ou ao agravamento irreversível de alguma lesão.

No Brasil, cerca de 10% do número de mortes são causadas por acidentes automobilísticos. A maioria das vítimas está na faixa etária entre 19 e 44 anos, ou seja, no período mais produtivo da vida.

Em 2004, o maior número de óbitos, no Brasil, ocorreu por afogamento e submersão em águas naturais (2.966 óbitos), seguidos por afogamentos “não especificados” (2.903), entre outros. Os Estados com maior número de casos são os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Mato Grosso do Sul.

As principais vítimas são adolescentes entre 10 e 19 anos e, em segundo lugar, adultos jovens entre 20 e 29 anos.

Nos óbitos provocados por acidentes com embarcação, o Estado campeão é o Amazonas, com 21 mortes em 2003 e 12 em 2004, seguido pelo Pará, com 11 mortes. Santa Catarina empata com o Amazonas, contabilizando também 12 mortes. No total, morreram, em 2004, 61 vítimas de acidentes com embarcações.

A preocupação com a orientação, o preparo e a participação da população leiga torna-se fundamental, pois o atendimento inicial depende de uma série de medidas que devem ser tomadas antes da chegada de equipes especializadas no atendimento de emergência pré-hospitalar. Além disso, a educação dos jovens no reconhecimento dos sinais de alerta para as emergências mais comuns pode trazer grande im-

pacto na redução do tempo e resposta dos envolvidos na ativação e na busca de um serviço de emergência capacitado.

Qual seria então o público adequado para receber esse tipo de orientação? É simples. São os estudantes, adolescentes, que estão em processo de formação e, por isso mesmo, abertos a receber novas informações, além de servirem como importantes multiplicadores do conhecimento entre seus amigos e familiares.

Como eu disse, Sr. Presidente, o projeto é simples, mas dada a sua importância, tenho certeza de que contarei com o apoio do meus Pares para vê-lo aprovado o quanto antes.

Antes de encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar aqui uma homenagem ao Senador José Sarney, Senador pelo meu Estado do Amapá, ex-Presidente da República, ex-Presidente desta Casa por duas vezes, que está de berço hoje. Isso é motivo de festa no meu Estado e no Brasil.

Encerro o meu pronunciamento, fazendo esta singela homenagem a esse grande estadista brasileiro. Ao Senador José Sarney o meu respeito, a minha admiração e os meus parabéns, em meu nome e no do Senador Gilvam Borges, em nome da família, dos meus amigos e do povo do meu Estado, o qual represento, com muita honra, nesta tribuna.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento, com esse final, lembrando a todos nós o aniversário do Presidente José Sarney.

O Presidente José Sarney é de tal maneira, que o aniversário dele não é só dele. É da D. Marly, dos filhos, de São Luís, do Maranhão, de Pinheiro, onde nasceu; é do Brasil e do mundo. O Presidente Sarney é um cidadão da cultura; é um cidadão que, sem dúvida, pegou o momento mais difícil da história do Brasil, em que este País saía de um regime de exceção, de uma ditadura militar, para uma transição democrática.

Sei que Tancredo se imolou nesse período, mas Deus escreve certo por linhas tortas: assim como escolheu Davi para vencer Golias, Moisés para o seu povo, escolheu o Presidente Sarney, para fazer essa transição democrática na paz, sem morte, com sua tolerância, com sua paciência.

E nós usufruímos dessa democracia e estamos aqui numa hora como essa. Diante de outra ditadura, militar honrado, Brigadeiro Eduardo Gomes disse, depois de livrar este País da ditadura civil de Vargas: o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. Este Senado aqui está, com os princípios e também



a inspiração maior do Presidente José Sarney, nesta eterna vigilância da democracia.

O que temos pedido é o seguinte: a Deus... E santa Kyola, atentai bem, Presidente Luiz Inácio, disse ao Presidente Sarney: “Presidente Sarney, meu filho, não deixem prejudicar os velhinhos, os aposentados do meu Brasil”. Isso é muito. Então, que essas bênçãos da santa Kyola se estendam a todos nós. Vamos lutar, para que não sejam prejudicados os nossos velhinhos e aposentados.

Evidentemente, a ele os nossos cumprimentos e os votos de felicidade junto com toda a sua família.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, tenho a honra de incorporar suas palavras ao meu pronunciamento e, somando-as às nossas, fazer uma homenagem a esse grande estadista, Presidente José Sarney, que está de berço hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo, Senador Geovani Borges, que eu devo ser o Senador que talvez tenha presidido o maior número de sessões do Senado da República.

Mas essa é uma gratidão que tenho ao Presidente Sarney, que foi o primeiro Presidente do meu mandato. Ele sempre tinha esta distinção de me convidar para presidir, quando se ausentava. Aí o Renan ficou, e, depois, o Garibaldi, e estamos aqui, com o exemplo do Presidente Sarney.

Aproveitaria esta oportunidade – ele me ensinou, talvez; quando saía, dizia “Fique aí”, justamente para eu ter a oportunidade de reivindicar pela nossa gente –; mas eu aproveitaria este momento, para reivindicar ao Presidente da República, Luiz Inácio: no Piauí, no qual ele tem muito prestígio, é muito forte, foi vitorioso todas as vezes – aliás, conseguiu fazer o Governo do Piauí ser do Partido dos Trabalhadores –, sofremos com o déficit habitacional; são 200 mil casas, segundo a imprensa. Aproveitaria este fim de sessão, para reivindicar isso ao Presidente Luiz Inácio.

E, com esse inverno, nas regiões ribeirinhas – o Piauí tem, além do Rio Parnaíba, 19 rios, seis deles perenes, e 100 lagoas –, a enchente destruiu muitas casas.

O dengue lamento informar. O Rio tem a sua importância política, mas o povo do Piauí sofre também com o dengue. Então, que o Presidente Luiz Inácio nos socorra.

Sobre as estradas do cerrado, recebi pedidos do Prefeito Chico Filho, de Uruçuí; de Zé Neto; de João Falcão; de Antunes, lá de Ribeiro Gonçalves; daqueles que trabalham no cerrado. As estradas estão intransitáveis – a Transcerrado. Hoje, tratores cobram para

rebocar as carretas. Então, a saca de soja – a esperança de riqueza daquele povo que para lá acorreu e plantou –, que custava R\$50,00, baixou para R\$30,00, em razão de não terem onde armazenar e da dificuldade do transporte. Então, que Sua Excelência o Presidente da República viabilize...

E é com muita tristeza que lamento o fato de que professoras do meu Piauí estão em greve, porque muitas não recebem o salário mínimo. Isso é uma lástima.

Reivindico, em nome de todo o Piauí – são palavras que falo em nome dos outros Senadores: Heráclito Fortes, que está nos Estados Unidos, e João Claudino –, que o Presidente da República melhore as nossas habitações e as nossas estradas, que estão intransitáveis; que combata o dengue; que minimize o sofrimento das nossas professoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Campanha contra a Emenda 29”, do jornal **Correio Braziliense**, em sua edição nº 16.411, do dia 23 de abril de 2008.

A matéria mostra, de forma clara e objetiva, que o Governo federal não tem o menor interesse na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que garante definitivamente recursos para a área de saúde. Apesar da aprovação do PLS nº 121, de autoria do Senador Tião Viana, o Governo mostra que fará de tudo para que o mesmo não aconteça na Câmara dos Deputados. Lamentavelmente, o Governo não atende sequer aos apelos de Parlamentares de sua própria base de apoio.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Lula recruta os ministros da Fazenda, Previdência e Saúde para reunião do conselho político. Idéia é alertar parlamentares que, com a regulamentação do projeto, será preciso novo financiamento

# Campanha contra a Emenda 29

ENTENDA  
O CASO

UGO BRAGA E  
DANIEL PEREIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocará amanhã uma faca no pescoço do Congresso. Na reunião do chamado conselho político — onde têm assento os líderes e presidentes dos partidos aliados —, avisará que se os parlamentares quiserem mesmo aprovar a regulamentação da Emenda 29, terão de criar um imposto para financiá-la. Os ministros Guido Mantega (Fazenda), Luiz Marinho (Previdência) e José Gomes Temporão (Saúde) foram recrutados para participar da empreitada. Trarão os argumentos técnicos com os quais Lula afiará sua navalha.

A regulamentação da Emenda 29 é o assunto do momento na Câmara. Elaborado pelo senador Tião Vianna (PT-AC), o projeto de lei complementar 121/07 foi aprovado no último dia 9 no Senado. Ao atravessar o Congresso, ganhou de cara o lobby poderoso da Frente Parlamentar da Saúde, um bloco pluripartidário que se espalha entre governo e oposição e conta inclusive com o apoio do presidente da Casa, o petista Arlindo Chinaglia (SP). Os articuladores do Palácio do Planalto já sabem

que dificilmente conseguirão barrá-lo. E, como se trata de uma injeção bilionária no Sistema Único de Saúde, tentam evitar que o presidente o vete em pleno ano eleitoral.

O argumento da equipe econômica é o de que a regulamentação obriga o governo a engessar uma fatia grande, entre R\$ 5 bi e R\$ 6 bi, dos gastos previstos para este ano. Sem o projeto de Tião Vianna, o dinheiro seria aplicado em outras despesas. Mas se for aprovado, das duas uma: o governo cancela obras ou fabrica dinheiro.

Como não quer macular o seu propagandeado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com um corte bilionário de grandes obras públicas, o Palácio do Planalto prefere fabricar dinheiro. Sendo assim, Lula chamou seus três ministros para ajudá-lo a pressionar os deputados a ressuscitarem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e inventarem outro tributo capaz de lhe permitir o que julga ser o melhor dos mundos, isto é, manter o PAC, aumentar os gastos em saúde e ainda botar a culpa da alta de impostos no Congresso Nacional.

No Parlamento, o assunto desperta paixões. Na tarde da última quinta-feira, a tradicional calmaria que toma conta da Câmara foi quebrada por uma passeata liderada pelos deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Rita Camata (PMDB-ES). Acompanhados de cerca de 30 outros manifestantes, eles adentraram no Salão Verde, todos vestidos com batas brancas, semelhantes às usadas por médicos. Bradavam palavras de ordem pela saúde pública e exigiam que Chinaglia pautasse rapidamente o projeto de Tião Vianna. Mesmo solidário ao tema, o presidente da Câmara não assumiu nenhum compromisso público. Mas a pressão só cresce.

De antemão, líderes da oposição avisam que não aceitam de forma nenhuma uma subida de impostos neste ano, mesmo que seja para custear melhorias no sistema de saúde. O líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), diz que o governo vem registrando excessos de arrecadação e que pode usá-los. O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), já se declarou favorável ao projeto de Tião Vianna. Mas os tucanos também se negam a votar pela criação da CPMF ou de qualquer outro tributo como fonte de financiamento.

## Gastos fixados

*A Emenda 29 à Constituição Federal, aprovada em 13 de setembro de 2000, estabeleceu que, naquele ano, a União gastasse na área de saúde quantia 5% superior à de 1999. E determinou também que nos anos seguintes o orçamento da saúde crescesse segundo a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Aos estados, coube separar 12% das receitas para o setor. A fatia dos municípios ficou em 15%. A regra era transitória, deveria vigorar somente até 2004. Jamais foi regulamentada, porém. Portanto, nunca foi implementada.*

*No último dia 9, o Senado aprovou projeto de lei complementar com os critérios a serem usados pelos governos federal, estaduais e municipais na elaboração do orçamento da saúde; como manda a Emenda 29. Por ele, a União fica obrigada a orçar seus gastos em saúde de forma crescente, até que o bolo atinja 10% das receitas totais em 2011.*

TEMPORÃO, MARINHO E MANTEGÁ PARTICIPARÃO DE ENCONTRO

MINISTROS DE LULA TENTARÃO CONVENCER POLÍTICOS DAS DIFICULDADES DO TEXTO

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)*

**AGENDA DO  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL  
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO**

**24-4-2008**

**Quinta-feira**

**10:00 Sessão Especial em comemoração ao Centenário de Fundação da**

Associação Brasileira de Imprensa.

Plenário do Senado Federal

**16:00 Ordem do dia – Sessão deliberativa do Senado Federal**

Plenário do Senado Federal

**17:30 Visita da Ministra Marina Silva – Ministério do Meio Ambiente**

Gabinete da Presidência do Senado Federal

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 424, DE 2008, PUBLICADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUE “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais),, para os fins que especifica.”**

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
FERNANDO CORUJA	01 a 05
JOSÉ SARNEY	06
MAURO NAZIF	07 a 11

**Índice de Emendas  
MPV 424/2008 - EMENDA**

		Total por Parlamentar
FERNANDO CORUJA	00001 a 00005	5
JOSÉ SARNEY	00006	1
MAURO NAZIF	00007 a 00011	5
<b>Total de Emendas:</b>		<b>11</b>

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00001****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO ...

**424/2008****01 DE 01**

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 52111, da MP 424/2008, o subtítulo: 05.151.0632.8969.0101 – Aquisição de Aeronaves - Nacional (Crédito Extraordinário), valor de R\$ 135.000.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 424/2008, os recursos referentes a aquisição de aeronaves, dentre as quais o avião presidencial, conhecido no jargão jornalístico como "Aerolula". Esta programação já consta da LOA/2008 com o montante de R\$ 495,4 milhões, contudo foram executados, até a edição da MP 424, apenas R\$ 1.750 milhão. Fica patente, portanto, o total descompromisso do Governo com a gestão planejada da máquina governamental. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal. Além do mais é um acinte à autonomia do Poder Legislativo, na medida em que as decisões deste é solenemente ignorada pelo Executivo, que, em detrimento das normas constitucionais e legais vigentes, altera e executa o Orçamento da União da maneira que melhor lhe aprouver.

Ademais, a urgência exigida na norma constitucional – que não se observa no caso presente – não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado FERNANDO CORUJA****SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

**22/04/2008**



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00002****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

**424/2008****01 DE 01**

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 52221, da MP 424/2008, o subtítulo: 05.122.0647.2272.4103 – Produção de Material de Emprego Militar - Nacional (Crédito Extraordinário), valor de R\$ 62.216.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 424/2008, os recursos referentes a gestão e administração da Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel – empresa do Ministério da Defesa. Tal programação deveria constar da Lei Orçamentária Anual de 2008 – LOA/2008, contudo, o Governo “esqueceu” de propor essa ação no PLOA/2008. Assim sendo, esses recursos devem ser solicitados por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na não previsão da necessidade de recursos para o transporte não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal. Além do mais é um acinte à autonomia do Poder Legislativo, na medida em que as decisões deste é solenemente ignorada pelo Executivo, que, em detrimento das normas constitucionais e legais vigentes, altera e executa o Orçamento da União da maneira que melhor lhe aprouver.

Ademais, a urgência exigida na norma constitucional – que não se observa no caso presente - não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado FERNANDO CORUJA****SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

**22/04/2008**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00003****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

**424/2008****01 DE 01**

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 39207, da MP 424/2008, o subtítulo: 26.121.0225.1D47.0101 – Estudos e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes - Nacional (Crédito Extraordinário), valor de R\$ 15.000.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 424/2008, os recursos referentes a estudos e projetos na área de transportes. Tal programação deveria constar da Lei Orçamentária Anual de 2008 – LOA/2008, contudo, o Governo “esqueceu” de propor essa ação no PLOA/2008. Assim sendo, esses recursos devem ser solicitados por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na não previsão da necessidade de recursos para o transporte não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

Ademais, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado FERNANDO CORUJA****SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

**22/04/2008**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00004****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

**424/2008****01 DE 01**

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 39101, da MP 424/2008, o subtítulo: 26.121.0225.1D47.0101 – Estudos e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes - Nacional (Crédito Extraordinário), valor de R\$ 1.500.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 424/2008, os recursos referentes a estudos e projetos na área de transportes. Tal programação deveria constar da Lei Orçamentária Anual de 2008 – LOA/2008, contudo, o Governo "esqueceu" de propor essa ação no PLOA/2008. Assim sendo, esses recursos devem ser solicitados por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na não previsão da necessidade de recursos para o transporte não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

Ademais, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado FERNANDO CORUJA****SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

**22/04/2008**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****E** **EMENDA - 00005**  
**MPV 424/2008**  
Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

**424/2008****01 DE 01**

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 24205, da MP 424/2008, o subtítulo: 19.572.0464.116K.0101 – Estudos para a Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA – no Município de Alcântara – MA (Crédito Extraordinário), valor de R\$ 40.000.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 424/2008, os recursos referentes aos estudos para a implantação do CEA. Tal programação deveria constar da Lei Orçamentária Anual de 2008 – LOA/2008, contudo, o Governo “esqueceu” de propor essa ação no PLOA/2008. Assim sendo, esses recursos devem ser solicitados por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na não previsão da necessidade de recursos para o CEA não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

Ademais, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado FERNANDO CORUJA****SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

**22/04/2008**



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00006****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 424, DE 16 DE ABRIL DE 2008

01 DE 01

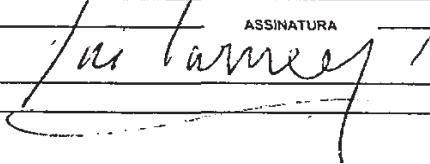
TEXTO

**EXCLUA-SE** do Anexo II, da Medida Provisória nº 424, de 16 de abril de 2008, a funcional e estrutura programática abaixo discriminada, efetuando-se os reajustes necessários à adequação dos valores da mencionada Medida Provisória:

**26 781 0631 1F53 0016** – Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá – No Estado do Amapá ..... R\$ 26.984.914,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de preservar a dotação orçamentária aprovada pela Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008", visando assegurar à Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO os recursos para a Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional do Macapá, pois essa obra é de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado do Amapá.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SENADOR JOSÉ SARNEY	AP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
22/04/2008			

**MEDIDAS PROVISÓRIAS - CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**  
**FORMULÁRIO PARA EMENDA**  
Instruções de Preenchimento

**1. INSTRUÇÕES GERAIS.**

Este formulário – destinado à apresentação de emendas a Créditos Extraordinários deverá ser, obrigatoriamente, datilografado em duas vias, uma das quais servirá de recibo.

Cada formulário deverá conter somente uma emenda, relativa a cada dispositivo que se queira alterar.

Caso outros parlamentares desejem assinar, em apoio, deverão fazê-lo em outro formulário, nos campos **TEXTO** ou **JUSTIFICAÇÃO**, datilografando imediatamente abaixo de sua assinatura, o nome do parlamentar, e as siglas do partido a que se vincula e da unidade da federação que representa.

**2. INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS**

**ETIQUETA** - Este campo se destina à aplicação da etiqueta de identificação, pela Secretaria da Comissão Mista, no ato da entrega.

**PÁGINA** - Indicar o número da página e o número total de páginas da emenda. Por exemplo, se a emenda tiver três páginas, a primeira será numerada como 1 de 3, a segunda, 2 de 3 e a última, 3 de 3.

**TEXTO** - Este campo deverá ser utilizado para a redação do texto da emenda. Se o espaço for insuficiente, usar outra folha do mesmo formulário para continuação, numerando-se esta na forma indicada no campo **PÁGINA**.

**JUSTIFICAÇÃO** - Informar, de modo conciso, as razões que motivaram a apresentação da emenda e os elementos complementares que julgar apropriados à fundamentação da proposta e à instrução de sua apreciação.

**CÓDIGO** - Não preencher. Este campo se destina ao lançamento do código Parlamentar pela Secretaria da Comissão Mista.

**NOME DO PARLAMENTAR** - Lançar aqui o nome parlamentar do autor da emenda.

**UF** - Unidade da Federação que o autor da emenda representa.

**PARTIDO** - Lançar aqui a sigla do Partido a que se acha vinculado o autor da emenda.

**3. OBSERVAÇÃO**

As emendas ao texto das Medidas Provisórias de Crédito Extraordinário deverão fazer referência clara ao dispositivo que se quer emendar (artigo, parágrafo, inciso ou alínea) e explicitar se é supressiva, aditiva, substitutiva ou modificativa.

As emendas a dotações específicas, inclusive as de anexo às Medidas Provisórias quando for o caso, deverão se referir especificamente ao projeto ou a atividade que se queira alterar.

No caso de alteração de título (denominação ou descritor) do projeto ou da atividade orçamentária (isto é, da dotação) deverá ser claramente indicado o texto que se pretende alterar e alteração a ele pretendida.

No caso de se pretender aumentar valor de algum projeto ou atividade orçamentária deve se indicar claramente qual (ou quais) dotação das Medidas Provisórias que deve ser diminuída (anulada) no mesmo valor.

No caso de se pretender incluir projeto ou atividade orçamentária novo, deverá ser claramente indicado o título (denominação) desta nova dotação e o seu valor, indicando-se ainda, qual (ou quais) projeto da atividade orçamentária das Medidas Provisórias em questão deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia.

**4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**SECRETARIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO:**

Câmara dos Deputados - Anexo Luiz Eduardo Magalhães (Anexo II) - Ala C - Sala 8 - Térreo; Fones 3216-6893 / 6894 / 6895.

**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA-COFF:**

Câmara dos Deputados - Anexo Luiz Eduardo Magalhães (Anexo II) - Ala B - Sala 114 B - Piso Superior; Fones 3216 -5109 / 5123.

**CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE-CONORF:**

Senado Federal - Anexo I, 25º Andar; Fone: 311-3318 / 3324 / 3329

**5. DEFINIÇÕES RELATIVAS A CREDITO EXTRAORDINÁRIO**

Crédito Extraordinário representa uma alteração autorizada à Lei Orçamentária vigente.

Classificam-se em suplementares (aqueles que alteram dotação já existente na Lei Orçamentária), especiais (aqueles que incluem novas dotações na Lei Orçamentária) e extraordinários (aqueles que se destinam a atender despesas imprevisíveis e urgentes, como estabelecido no art. 167, parágrafo 3º da Constituição Federal).

**6. REGULAMENTO INTERNO**

“Art. 47. As emendas a projetos de lei de crédito adicional não poderão ser admitidas:

I – no caso de crédito suplementar:

a) quando criarem subprojeto ou subatividade novos em relação ao programa de trabalho constante da Lei Orçamentária Anual vigente no exercício, atualizada pelos CREDITO EXTRAORDINÁRIO abertos, ressalvados os subprojetos genéricos;

b) quando alocarem recursos para subprojeto ou subatividade constante de unidade orçamentária não contemplada no referido projeto;

c) quando se destinarem a reforço de contrapartida de empréstimos externos, observado o disposto no art. 41, § 4º deste Regulamento;

II – no caso de crédito especial:

a) quando se destinarem a contrapartida a empréstimos externos novos, observado o disposto no art. 41, § 4º deste Regulamento;

b) quando criarem subprojetos ou subatividades novos em unidade orçamentária não contemplada nas Medidas Provisórias.”

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A aprovação pela Comissão, de emendas a quaisquer destas modalidades de créditos adicionais, dependerá de sua adequação ao que estabelecem os § 3º e 4º, do art. 41, deste Regulamento.

**EMENDA - 00007****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

TA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****INSTRUÇÕES NO VERSO****MP n.º 424/2008**

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

**TEXTO**

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 424/2008-CN, Crédito Extraordinário – do Ministério Da Justiça o seguinte subtítulo:

UO: 30101 – Ministério da Justiça

Programa: 1127 – Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Funcional Programática: 06181112720BHXXXX

Ação – APOIO A IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA – NO ESTADO DE RONDÔNIA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 30101 – Ministério da Justiça

Programa: 1127 – Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Funcional Programática: 06181112720BH0101

Ação – APOIO A IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA – NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 5.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Rondônia já foi considerado o Estado mais violento do País, puxado pelo Município de Porto Velho que em 2001 foi considerada a cidade mais violenta do país.

O rápido crescimento populacional, em seus municípios, os quais se desenvolveram sem qualquer planejamento e consequentemente sem seguir um Plano Diretor de Urbanismo, somados a algumas atividades extrativistas localizadas, desenvolveram bolsões de insegurança nas periferias das cidades e no campo.

Portanto se faz urgente destinarmos uma atenção especial na preparação da Força de Segurança do Estado promovendo a qualificação profissional do quadro de pessoal, bem como melhorar os equipamentos destinados a prevenção e coibição da violência.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**MAURO NAZIF****RO****PSB**

DATA

ASSINATURA

30/4/08

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00008****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**MP n.º 424/2008**

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 424/2008-CN, Crédito Extraordinário – do Ministério do Transporte – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT- seguinte subtítulo:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes -DNIT

Programa 1456 Vetor Logístico Amazônico

Funcional Programática: 26784145610TW0101

Ação – CONSTRUÇÃO DE TERMINAL FLUVIAL – NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO ( CAI N'AGUA) NO ESTADO DE RONDÔNIA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 1.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programa: 1456 - Vetor Logístico Amazônico

Funcional Programática: 2678414561J770103

Ação – CONSTRUÇÃO DE TERMINAL FLUVIAL NO MUNICÍPIO DE URUCURITUBA – NO ESTADO DE AMAZONAS (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Porto Velho é a Capital e o maior Município, tanto em extensão territorial quanto em população, do Estado de Rondônia. Com uma área de 34.068,50 km², o município é maior que os estados de Sergipe e Alagoas, apesar disso a sua população é de 373.917 hab, sendo assim a terceira maior capital da região Norte superado apenas pelas cidades de Manaus e Belém.. Localiza-se à margem direita do Rio afluente do Rio Amazonas. Esta Obra que consiste em terminal de passageiros, centro administrativo, armazém e recuperação dos cais flutuantes, irá fomentar as atividades locais e na região

A necessidade de dotar de infra-estrutura portuária o município de Porto Velho se faz necessário considerando que grande parte do acesso aos municípios de Rondônia é feito via fluvial. A economia do nosso estado é baseada na agricultura e pecuária que encontra o caminho para seu escoamento para Manaus e outras regiões via fluvial Essa obra será de grande importância para Rondônia, pois irá fomentar as atividades no local e na região.

Salientamos que esta obra não será apenas na infra-estrutura, pois o terminal possibilitará maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros e da navegação fluvial interior.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**MAURO NAZIF****RO****PSB**

DATA

ASSINATURA

TESTE ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00009****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

[A]

INSTRUÇÕES NO VERSO

**MP n.º 424/2008**

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 424/2008-CN, Crédito Extraordinário – do Ministério Das Cidades seguinte subtítulo:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 8007 Resíduos sólidos urbanos

Funcional Programática: 1751280071161XXXX

Ação – APOIO A SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CACOAL – RONDÔNIA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 2.000.000,00

Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 8007 Resíduos sólidos urbanos

Funcional Programática: 17512800711610101

Ação – APOIO A SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANOS (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Cacoal hoje com mais de 76.400 mil habitantes hoje produz um lixo estimado em 53.495kg de dia, totalizando 19.525 mil toneladas de lixo ano.

Devemos considerar que a micro região de Cacoal que atinge 213.395 habitantes gera 54.522 mil toneladas anos, conseqüentemente sente a ausência de um programa para a destinação final do lixo e a elevada taxa de crescimento do crescimento demográfica do município somados a

Salientamos e damos ênfase que a ausência de um planejamento para a destinação final dos resíduos sólidos, do Município, ecologicamente correta, trará com certeza um caos de conseqüências não calculadas ao meio ambiente, à saúde pública, conseqüentemente com sérios danos a população.

Com o objetivo de evitar tais transtornos para o Município de Cacoal e micro região, estamos destinando a importância acima descrita para serem aplicadas na elaboração de um **Diagnóstico de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** e na elaboração de **Projetos de Aproveitamento do Gás Metano dos Aterros Sanitários**.

Acreditamos que assim poderemos caminhar com mais segurança rumo ao futuro que se espelha muito promissor ao Município de Cacoal, em Rondônia.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**MAURO NAZIF****RO****PSB**

DATA

ASSINATURA

23/04/08

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00010**  
**MPV 424/2008**  
Mensagem 0021/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**MP n.º 424/2008**

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 424/2008-CN, Crédito Extraordinário – do Ministério Das Cidades seguinte subtítulo:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 8007 Resíduos sólidos urbanos

Funcional Programática: 1751280071161XXXX

Ação – APOIO A SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – RONDÔNIA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 3.000.000,00

Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 8007 Resíduos sólidos urbanos

Funcional Programática: 17512800711610101

Ação – APOIO A SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANOS (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Ji-Paraná nos seus trinta anos de existência é o segundo maior Município do Estado de Rondônia com mais de 113.453 mil habitantes hoje produz um lixo estimado em 102.107kg de dia, totalizando 37.269 mil toneladas de lixo ano.

Devemos considerar que a micro região de Ji-Paraná que atinge 282.559 habitantes gera 72.819 mil toneladas anos, conseqüentemente sente a ausência de um programa para a destinação final do lixo e a elevada taxa de crescimento do crescimento demográfica do município.

Salientamos e damos ênfase que a ausência de um planejamento para a destinação final dos resíduos sólidos, do Município, ecologicamente correta, trará com certeza um caos de conseqüências não calculadas ao meio ambiente, à saúde pública, conseqüentemente com sérios danos a população.

Com o objetivo de evitar tais transtornos para o Município de Ji-Paraná e micro região, estamos destinando a importância acima descrita para serem aplicadas na elaboração de um **Diagnóstico de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** e na elaboração de **Projetos de Aproveitamento do Gás Metano dos Aterros Sanitários**.

Acreditamos que assim poderemos caminhar com mais segurança rumo ao futuro que se espelha muito promissor ao Município de Porto Velho.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**MAURO NAZIF****RO****PSB**

DATA

ASSINATURA

**23/04/08**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00011****MPV 424/2008**

Mensagem 0021/2008-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS

INSTRUÇÕES NO VERSO

**MP n.º 424/2008**PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 424/2008-CN, Crédito Extraordinário – do Ministério Das Cidades seguinte subtítulo:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 8007 Resíduos sólidos urbanos

Funcional Programática: 1751280071161XXXX

Ação – APOIO A SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RONDÔNIA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 3.000.000,00

Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 8007 Resíduos sólidos urbanos

Funcional Programática: 17512800711610101

Ação – APOIO A SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ji-Paraná nos seus trinta anos de existência é o segundo maior Município do Estado de Rondônia com mais de 113.453 mil habitantes hoje produz um lixo estimado em 102.107kg de dia, totalizando 37.269 mil toneladas de lixo ano.

Devemos considerar que a micro região de Ji-Paraná que atinge 282.559 habitantes gera 72.819 mil toneladas anos, conseqüentemente sente a ausência de um programa para a destinação final do lixo e a elevada taxa de crescimento do crescimento demográfica do município.

Salientamos e damos ênfase que a ausência de um planejamento para a destinação final dos resíduos sólidos, do Município, ecologicamente correta, trará com certeza um caos de conseqüências não calculadas ao meio ambiente, à saúde pública, conseqüentemente com sérios danos a população.

Com o objetivo de evitar tais transtornos para o Município de Ji-Paraná e micro região, estamos destinando a importância acima descrita para serem aplicadas na elaboração de um **Diagnóstico de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** e na elaboração de **Projetos de Aproveitamento do Gás Metano dos Aterros Sanitários**.

Acreditamos que assim poderemos caminhar com mais segurança rumo ao futuro que se espelha muito promissor ao Município de Ji-Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**MAURO NAZIF****RO****PSB**

DATA

ASSINATURA

23/04/08

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 803 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 6697/01-1,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1060, de 2001, para manter aposentado voluntariamente por idade com proventos proporcionais o servidor AGENOR DA SILVA SANTAREM, Técnico Legislativo, NM 30, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, com as vantagens previstas na Resolução SF 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, com efeitos financeiros a partir de 7 de junho de 2001.

Senado Federal, em 24 de abril de 2008.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 804 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 1.070/05-3,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 198, de 2005, para manter aposentado voluntariamente com proventos integrais, o servidor ALBERTO GOMES SANTANA CARNEIRO, Consultor Legislativo NS 45, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, com vigência a partir de 25 de janeiro de 2005.

Senado Federal, em 24 de abril de 2008.

  
**JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO**  
Diretor-Geral Adjunto



# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**S/PARTIDO** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**PTB** - Carlos Dunga\*\* (S)

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virginio de Carvalho\*\* (S)

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Sibá Machado\* (S)  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Geovani Borges\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final:** 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(12)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(10)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) <sup>(3)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	
<b>PDT/PSOL <sup>(11)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3311-3514  
**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) <sup>(2)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
<b>PTB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PDT</b>	
VAGO	

### COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares

Leitura: 05/03/2008  
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM)

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

### 3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

**Leitura:** 25/03/2008

### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros:** 3 titulares

**Leitura:** 03/04/2008

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )	
Senador Inácio Arruda	(PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )	
VAGO	
Maioria ( PMDB )	
Senador José Nery	(PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(7)</sup>	5. VAGO <sup>(4)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(6)</sup>	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(6)</sup>	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(2,4)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Sihessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Gim Argello	1. VAGO
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

### Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmi Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(2)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo  
**Telefone(s):** 3311-3972  
**Fax:** 3311-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo  
**Telefone(s):** 3311-3972  
**Fax:** 3311-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) <sup>(9)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(10)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO <sup>(5)</sup>	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(6)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(8)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) <sup>(4)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(12)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(11)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(10)</sup>	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.

8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) <sup>(9)</sup>
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(5)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(1)</sup>
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(8)</sup>	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(7)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Fernando Collor	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Sihessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(6)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(9)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(8)</sup>	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) <sup>(6)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(5)</sup>	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Carlos Dunga <sup>(7)</sup>	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br



**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(3)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(4)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Églio Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMD).

**Secretário(a):** Églio Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(4)</sup>	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Églio Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria

**Atualização:** 09/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.  
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

<b>1ª Eleição Geral:</b> 19/04/1995  <b>2ª Eleição Geral:</b> 30/06/1999  <b>3ª Eleição Geral:</b> 27/06/2001	<b>4ª Eleição Geral:</b> 13/03/2003  <b>5ª Eleição Geral:</b> 23/11/2005  <b>6ª Eleição Geral:</b> 06/03/2007
--	--

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) <sup>(8)</sup>	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) <sup>(10)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(9)</sup>	

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br



## 2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) <sup>(2)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
VAGO
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

**Atualização:** 25/03/2008

**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

# **REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

## **COMPOSIÇÃO**

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: (VAGO)<sup>4</sup>

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)<sup>2</sup>

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) <sup>1</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).



## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moka	<b><u>a (PMDB-MS)_____</u></b>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS**